

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

MOISÉS DOS SANTOS CORDEIRO

**SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO EDUCACIONAL DO AMAZONAS
(SADEAM): o caso de duas escolas de ensino fundamental do município de
Uarini- AM**

JUIZ DE FORA
2017

MOISÉS DOS SANTOS CORDEIRO

**SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO EDUCACIONAL DO AMAZONAS
(SADEAM): o caso de duas escolas de ensino fundamental do município de
Uarini- AM**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora para a obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Câmara dos Santos

JUIZ DE FORA

2017

MOISÉS DOS SANTOS CORDEIRO

**SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO EDUCACIONAL DO AMAZONAS
(SADEAM): o caso de duas escolas de ensino fundamental do município de
Uarini- AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para qualificação no Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em ____/____/____.

Prof. Dr. Marcelo dos Santos Câmara (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Membro da Banca Externa

Membro da Banca Interna

DEDICATÓRIA

A minha esposa Elen Cristina, meus filhos Moisés Junior, Mikaelen e Mikael Felipe pelo apoio e compreensão durante os períodos de ausência e aos meus pais pelo incentivo, e por estar ao meu lado em todos os momentos da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Á Deus que tem me sustentado em sua infinita graça.

A minha família, em especial aos meus pais e meus onze irmãos por vivenciarem comigo cada conquista ao longo da minha vida.

A minha esposa e filhos pelo incentivo nas horas difíceis, pelas varias vezes que me ausentei e pelos inúmeros finais de semana em que precisei abrir mão de sua companhia para estudar.

Ao meu saudoso pai Augustinho Cordeiro (*in memorian*), por me ensinar a lutar pelos meus ideais e acreditar na realização dos meus sonhos.

A Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas, por oportunizar minha participação neste mestrado.

Ao professor orientador Marcelo Câmara, e aos agentes de suporte acadêmico Marina Terra, Luiza Vilard, Daniel Eveling e Thamyres Van Derpol pelas orientações e acompanhamento efetivo durante os períodos presenciais e virtuais.

Aos amigos e amigas que fiz durante o curso, os quais agradeço pelo carinho e companheirismo nos momentos presenciais.

RESUMO

A presente dissertação é desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/ UFJF). O caso de gestão investiga o que tem proporcionado a baixa participação e o baixo desempenho dos alunos do 7º ano do Ensino Fundamental nas avaliações externas do Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM) em duas escolas estaduais, pertencentes à Coordenadoria Regional de Educação do município de Uarini/AM, tendo como referência os resultados apresentados nas edições de 2012, 2013 e 2015, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. A escolha da temática se justifica pela necessidade de se propor ações que visem melhorias nos níveis de desempenho e percentual de participação dos alunos e, assim, elevar os resultados da coordenadoria, que está atrelada às atividades profissionais do pesquisador. A apropriação dos resultados do SADEAM e sua tradução em ações pedagógicas, que proporcionem a aprendizagem significativa dos estudantes, é um desafio presente nas atividades dos atores escolares, os quais devem criar condições ao fortalecimento da cultura da avaliação nas instituições educacionais, afim de que os dados gerados assumam relevância no processo de ensino e aprendizagem. Para tanto, utilizamos como metodologia a pesquisa de caráter qualitativo e, como instrumentos de coletas de dados, entrevistas semiestruturadas junto aos gestores e professores das escolas investigadas, além da análise documental a partir de dados oficiais disponibilizados pela Secretaria Estadual de Educação e Qualidade de Ensino (SEDUC) e pelo CAEd/UFJF, responsável pela divulgação e sistematização dos dados do SADEAM. Os pressupostos teóricos estão embasados em Condé (2012), Machado (2012), Luck (2002), Brooke (2012), Souza e Oliveira (2010), além de outros autores e documentos publicados pela Secretaria Estadual de Educação do Amazonas e do Ministério da Educação (MEC). A pesquisa apontou como principais resultados: a falta de divulgação dos resultados pela equipe gestora; a não apropriação dos resultados do SADEAM junto aos professores e comunidade; ausência de suporte às escolas da SEDUC-AM e da Coordenadoria Regional de Educação; falta de profissionais como pedagogos e professores habilitados em Língua Portuguesa e Matemática; e ausência de Plano de Intervenção Pedagógica e monitoramento. Esses achados permitiram elencar ações descritas no Plano de Ação Educacional (PAE), direcionadas a quatro dimensões: SEDUC, Coordenadoria Regional, Gestão Escolar e Professores, visando melhorias no percentual de participação e proficiência dos alunos das escolas investigadas.

Palavras-Chave: Avaliação Externa. Desempenho. Participação. Apropriação de Resultados.

ABSTRACT

This thesis is developed on the approach of the Professional Master degree in Education Management and Assessment (PPGP) of the Public Policies and Education Assessment of the Federal University of Juiz de Fora (CAED/UFJF). The case of management in study will investigate what has provided the small participation and low performance of the students of the 7th grade of Elementary School in the external evaluations of the Educational Performance Assessment System of Amazonas (SADEAM) in two schools from the Regional Education Coordination of the city of Uarini, in the state of Amazonas, using as reference the results presented in the 2012, 2013 and 2015 editions, on the subjects of Portuguese and Mathematics. The choice of this theme is justified by the necessity of presenting actions that aim an improvement on the levels of performance and the students' participation percentage and, therefore, improve the results of the Coordination that is related to the professional activities of the researcher. The appropriation of SADEAM's results and their translation into pedagogical actions that provide students' significant learning is a challenge present in the activities of the school community, that must create conditions to the strengthening of the evaluation culture in the educational institutions, in order that the generated data takes relevance in both processes of teaching and learning. Therefore, to achieve this purpose, we will use as methodology the research in a qualitative character and, as instruments of data collection, the application of semi-structured interviews directed to managers, teachers and students of the investigated schools, in addition to the documental analysis obtained from official data provided by the Amazon State Office of Education and Teaching Quality (SEDUC) and by CAED/UFJF, responsible for the dissemination and systematization of SADEAM's data. The theoretical support is based on Condé (2012), Machado (2012), Luck (2002), Brooke (2012), Souza and Oliveira (2010), in addition to other authors and documents published by the Amazon State Office of Education and Teaching Quality and the Education Ministry (MEC). Primarily, the research has pointed: the lack of the dissemination of the results by the managing staff; the non-appropriation of SADEAM's results by the teachers and community; lack of support to SEDUC's (Amazon State Office of Education and Teaching Quality) schools and Regional Education Coordination; lack of professionals such as pedagogues and teachers qualified in Portuguese and Mathematics; absence of a Pedagogical Intervention Plan and monitoring. These discoveries enabled listing actions described in the Educational Action Plan (PAE), directed to four dimensions: SEDUC, Regional Education Coordination, School Management and teachers, aiming improvements in the percentage of participation and proficiency of the students in the investigated schools.

Key Words: External Evaluation; Performance; Participation; Results Appropriation

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Diretores da Escola Estadual Edson Melo - 2012 a 2016	35
Quadro 2 –	Caracterização dos Padrões de Desempenho do SADEAM.....	50
Quadro 3 –	Padrões de Desempenho por Nível de Proficiência Matemática 7º ano do Ensino Fundamental	51
Quadro 4 –	Distribuição dos alunos por padrão de desempenho nas duas escolas e na Rede Estadual de Educação do Amazonas – 7º ano – Matemática SADEAM 2012, 2013 e 2015	52
Quadro 5 –	Padrões de Desempenho por Nível de Proficiência Língua Portuguesa 7º ano do Ensino Fundamental.....	57
Quadro 6 –	Distribuição dos alunos por padrão de desempenho nas duas escolas e na Rede Estadual de Educação do Amazonas – 7º ano – Língua Portuguesa – SADEAM 2012, 2013 e 2015	58
Quadro 7 –	Ano de implantação dos sistemas de avaliação por país, América Latina	67
Quadro 8 –	Descrição da trajetória profissional e formação acadêmica dos sujeitos que fizeram parte da pesquisa	84
Quadro 9 –	Achados da pesquisa e ações propostas.....	110
Quadro 10 -	Ações a serem desenvolvidas no âmbito da SEDUC-AM	114
Quadro 11 -	Ações a serem desenvolvidas no âmbito da Coordenadoria regional de Educação de Uarini-AM	118
Quadro 12 -	Ações a serem desenvolvidas no âmbito da Gestão Escolar.....	123
Quadro 13 –	Ações a serem desenvolvidas no âmbito dos professores de Língua Portuguesa e Matemática	128

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Taxa de Aprovação, reprovação e evasão Escola Estadual Edson Melo, anos finais, período de 2012 a 201535
- Gráfico 2 – Taxa de aprovação, reprovação e evasão, Escola Estadual Cinthia Régia, Ensino Fundamental anos finais, período de 2015 e 201646

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – IDEB, anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, Brasil e Rede Estadual do Amazonas, anos de 2005 e 2007	24
Tabela 2 – Percentual de bonificação por resultados, relativo ao crescimento (Escolas, Coordenadorias Distritais e Regionais)	27
Tabela 3 – Percentual de frequência para recebimento da bonificação para os profissionais da educação lotados nas escolas estaduais	28
Tabela 4 - Distribuição de alunos do Ensino Mediado por Tecnologia nas comunidades rurais do município de Uarini-AM, matriculados na Escola Estadual Edson Melo em 2016	37
Tabela 5 - Área de formação dos professores da Escola Estadual Edson Melo nos anos de 2014, 2015 e 2016.....	40
Tabela 6 – Escolas estaduais instituídas numa perspectiva ambiental, localização geográfica e modalidade de ensino atendida.....	42
Tabela 7 – Demandas de alunos que vão de outras comunidades para estudar na Escola Cinthia Régia Gomes do Livramento no ano de 2016	44
Tabela 8 – Formação dos professores presenciais da Escola Estadual Cinthia Régia Gomes do Livramento em 2016	47
Tabela 9 - Resultados das médias de proficiência da Rede Estadual de Ensino e das escolas pesquisadas no SADEAM 2012, 2013 e 2015 – 7º ano do Ensino Fundamental – Matemática.....	49
Tabela 10 – Padrões de Desempenho e Percentual de Participação no SADEAM em Matemática do 7º ano do Ensino Fundamental das escolas estaduais do município de Uarini.....	55
Tabela 11 - Resultados das médias de proficiência da Rede Estadual de Ensino e das escolas pesquisadas no SADEAM 2012, 2013 e 2015 – 7º ano do Ensino Fundamental – Língua Portuguesa	57
Tabela 12 - Percentual de participação dos 10 municípios com piores índices de participação da rede estadual de ensino, 7º ano do Ensino Fundamental nas edições do SADEAM de 2012, 2013 e 2015	60
Tabela 13 - Percentual de participação dos 10 municípios com os melhores índices de participação	58
Tabela 14 – Número de entrevistado por segmento escolar	82

LISTA DE ABREVIATURAS

AM	Amazonas
ANEB	Avaliação Nacional da Educação Básica
APMC	Associação de Pais, Mestres e Comunitários
CAED	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CDE	Coordenadoria Distritais de Educação
CESPE	Centro de Seleção e Promoção de Eventos
CNS	Curso Normal Superior
CRE	Coordenadorias Regionais de Educação
DLI	Dinâmicas Locais Interativas
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas
FAS	Fundação Amazonas Sustentável
IDEAM	Índice de Desenvolvimento da Educação do Amazonas
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPTV	<i>Internet Protocol Television</i>
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MG	Minas Gerais
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAE	Plano de Ação Educacional
PCE	Programa Ciências na Escola
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PPGP	Programa de Pós-Graduação Profissional
PPP	Projeto Político Pedagógico

PSS	Processo Seletivo Simplificado
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
SAD	Sistema de Avaliação de Desempenho
SADEAM	Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SCA	Sistema de Controle Acadêmico
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino
SIGEAM	Sistema Integrado de Gestão Educacional do Amazonas
TCT	Teoria Clássica dos Testes
TIC	Tecnologia de Comunicação e Informação
TRI	Teoria de Respostas ao Item
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UNB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 A AVALIAÇÃO EXTERNA DA EDUCAÇÃO BÁSICA: O SADEAM NO CONTEXTO DE DUAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL	21
1.1 O SURGIMENTO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO EDUCACIONAL DO AMAZONAS	21
1.2 PANORAMA DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE UARINI-AM	31
1.3 O PERFIL DAS ESCOLAS PESQUISADAS E SEUS AGENTES ESCOLARES.....	33
1.3.1 A Escola Estadual Edson Melo.....	34
1.3.2 A Escola Estadual Cinthia Régia Gomes do Livramento	42
1.4 RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES DO SADEAM EM MATEMÁTICA	48
1.5 RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES DO SADEAM EM LÍNGUA PORTUGUESA.....	56
2 ANÁLISE, APROPRIAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS: AÇÕES REALIZADAS NA ESCOLA	63
2.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS SOBRE AVALIAÇÃO EXTERNA: SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO EDUCACIONAL DO AMAZONAS	64
2.1.1 O SADEAM como indicador da qualidade da educação do Estado do Amazonas.....	65
2.1.2 Gestão escolar, reflexos de suas ações na construção de indicadores educacionais nas avaliações externas do SADEAM	69
2.1.3 Interpretação, apropriação e utilização dos resultados das avaliações externas.....	73
2.1.4 Relação entre o SADEAM e a prática docente dos professores	77
2.2 PERCURSO METODOLÓGICO.....	80
2.3 ANÁLISE DOS DADOS	83
2.3.1 Trajetória profissional, acadêmica e principais responsabilidades da função em que estão atuando os sujeitos da pesquisa (gestores e professores) das escolas estaduais Edson Melo e Cinthia Régia Gomes do livramento	83
2.3.2 Tratamento dado ao SADEAM, formas de divulgação e acesso aos resultados das avaliações pelas escolas estaduais Edson Melo e Cinthia Régia Gomes do Livramento	85
2.3.3 Interpretação, apropriação e utilização dos resultados do SADEAM pelos gestores e professores e intervenções pedagógicas.	98

3	PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA A MELHORIA DO PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO E DESEMPENHO DOS ALUNOS NAS AVALIAÇÕES EXTERNAS DO SADEAM	105
3.1	JUSTIFICATIVA DE UM PLANO DE AÇÃO, UMA PERSPECTIVA DE INTERVENÇÃO FUTURA	106
3.2	PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL (PAE)	108
3.2.1	Plano de ação na dimensão da SEDUC-AM	112
3.2.2	Plano de ação na dimensão da Coordenadoria Regional de Educação do município de Uarini-AM	116
3.2.3	Plano de ação na dimensão da Gestão Escolar.....	121
3.2.4	Plano de ação na dimensão dos professores de Língua Portuguesa e Matemática	126
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
	REFERÊNCIAS	135
	APÊNDICE A - Roteiro de entrevista do Gestor de escola.....	143
	APÊNDICE B - Roteiro de entrevista do professor de Língua Portuguesa e Matemática	146

INTRODUÇÃO

Nas décadas de 1980 e 90, a expansão das avaliações externas no Brasil ocupou uma posição central nas políticas públicas educacionais, firmando o compromisso de elevar a qualidade do ensino ofertado nas escolas brasileiras, tendo como foco o “Plano Decenal de Educação para Todos”, criado em 1993 pelo Governo Federal. Esse plano delegou responsabilidades para que estados e municípios melhorassem seus indicadores educacionais, utilizando, para isso, a avaliação em larga escala como um mecanismo para o monitoramento deste processo na busca de melhorias.

Esse plano, através das metas estabelecidas, veio consolidar as perspectivas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), criado em 1990, levando estados e municípios a desenvolverem mecanismos de avaliação nos sistemas de ensino em âmbito nacional, estadual e municipal, visando, sobretudo, qualificar o processo de aprendizagem do aluno, “fornecendo informações sobre o desempenho e resultados dos sistemas educativos para gestores educacionais e de ensino, família e sociedade” (MACHADO, 2012, p. 71).

Todavia, existem visões divergentes sobre as avaliações externas, instrumentos capazes de fornecer informações úteis às unidades educacionais e redes de ensino de todo Brasil, ao auxiliar na busca pela melhoria da qualidade da educação. De um lado, a defesa de que a utilização dos resultados, de forma coesa pela equipe escolar, demanda o desenvolvimento de processos que geram eficácia. Por outro lado, há o reconhecimento de que estas estão alheias ao cotidiano escolar. Como define Machado, a avaliação externa “é todo processo avaliativo do desempenho das escolas desencadeado e operacionalizado por sujeitos alheios ao cotidiano escolar” (MACHADO, 2012, p. 71).

Nessa perspectiva, cabe reconhecer que a avaliação em larga escala apresenta limites e possibilidades, sobretudo pelas necessidades do entrelaçamento dos dados obtidos com os dados das avaliações internas, produzidas nas próprias escolas. A partir desse alinhamento, há a capacidade de redirecionar as políticas públicas educacionais, visando atender, de fato, as reais necessidades das escolas, refletindo positivamente no fazer pedagógico dos professores e, conseqüentemente, dando maior relevância aos dados elencados por esta modalidade de avaliação.

O Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM), que foi implantado em 2008, vem a cada edição se efetivando como um instrumento que se propõe a fornecer um diagnóstico anual da situação educacional da rede estadual de ensino do Amazonas, a partir do Índice de Desenvolvimento da Educação do Amazonas (IDEAM). Este índice possui características semelhantes ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que surgiu com a finalidade de atender um dos aspectos do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que passou a vigorar por meio do Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007b).

Esse plano visa monitorar os avanços e retrocessos da educação ofertada em cada instituição educacional brasileira, a partir de metas estabelecidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) até o ano de 2021, seguindo “os resultados alcançados pelos países que fazem parte da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)” (SILVEIRA; FERRON, 2012, p. 4). E, nessa perspectiva, ele também procura garantir, em regime de colaboração, “as normas gerais da educação na articulação com o desenvolvimento socioeconômico que se realiza no território, ordenado segundo a lógica do arranjo educativo local, regional ou nacional” (BRASIL, 2007b, p.11).

O IDEB “combina os resultados de desempenho nas provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) com taxa de aprovação de cada uma das unidades – escolas e redes – para as quais é calculado” (MACHADO; ALARVASE, 2013, p. 15). Essas avaliações são desenvolvidas a cada dois anos, intervalo que permite ao SADEAM, por meio do IDEAM, construir um diagnóstico específico da educação do estado do Amazonas.

O SADEAM avalia o 3º e 5º ano do Ensino Fundamental anos iniciais, 7º e 9º anos do Ensino Fundamental anos finais e o 1º e 3º ano do Ensino Médio. No entanto, nos anos em que acontecem as avaliações do SAEB e Prova Brasil, o 5º e 9º do Ensino Fundamental e o 3º ano do Ensino Médio não são avaliados.

Para gerar o IDEB, utilizam-se os resultados das avaliações do SAEB dos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e o 3º ano do Ensino Médio, séries/ano que também são utilizadas pelo SADEAM para gerar o IDEAM. Já os resultados do 3º e 7º ano do Ensino fundamental e o 1º ano do Ensino Médio são apresentados na escala de proficiência, na qual é destacada a distribuição percentual dos alunos nos

padrões de desempenho nas categorias: abaixo do básico, básico, proficiente e avançado.

Esses instrumentos visam auxiliar a formulação de políticas públicas, servindo de base para tomadas de decisões, tornando-se uma importante política de prestação de contas à sociedade sobre a eficácia dos serviços oferecidos à população. Além disso, eles também procuram subsidiar a implementação de ações que promovam a equidade e a qualidade da educação.

O SADEAM, a partir de seus instrumentos e sistematização, busca possibilitar a cada unidade educacional uma reflexão sobre os seus resultados, com vistas a uma compreensão dos indicadores, atrelados a cada realidade educacional. Nesse sentido, faz-se necessário repensar as ações da escola, visando uma compreensão mais detalhada de cada elemento apresentado pelos resultados das avaliações externas. Dessa forma, há a possibilidade de uma fotografia da realidade educacional, apontando indicadores que representam particularidades inerentes a cada instituição e mostrando os pontos que necessitam de intervenções.

A avaliação externa se torna útil quando há um cruzamento dos dados, implicando numa combinação de fatores que permitam um olhar específico a cada realidade escolar, considerando o contexto macro e micro da escola na rede de ensino na qual está inserida.

Destacado dessa forma, um dos fatores que merecem atenção pela equipe gestora, corpo docente e demais agentes que compõe a comunidade escolar é o percentual de participação dos alunos nas avaliações externas. Esse é um dado importante para que se tenha maior confiabilidade nos indicadores aferidos através do desempenho dos alunos. Para o SADEAM, os dados são fidedignos quando houver 80% de participação dos alunos do ano escolar avaliado em cada edição, seguindo o que determina a portaria instituída pelo INEP nº 174 de 13 de maio de 2015 (BRASIL, 2015).

As escolas estaduais do município de Uarini- AM, principalmente no 7º ano do Ensino Fundamental, nas edições do SADEAM de 2012, 2013 e 2015, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, têm apresentado baixo percentual de participação. Além disso, as duas escolas, que fazem parte da Coordenadoria Regional de Educação (CRE) do município de Uarini-AM e atuam com o 7º ano do Ensino Fundamental, apresentam também baixo desempenho nas avaliações do SADEAM. Dessa forma, ambas estão no padrão de desempenho abaixo do básico,

classificação onde se encontram os alunos que ainda não adquiriram as habilidades mínimas para a etapa de ensino na qual se encontram. Tal cenário nos coloca uma questão que merece atenção e que gerou uma proposta de investigação, o foco desta pesquisa.

Quando se compara o percentual de participação dos alunos do 7º ano do Ensino Fundamental das escolas estaduais nas avaliações do SADEAM nas edições de 2012, 2013 e 2015, é possível perceber que elas apresentam um percentual abaixo da média da rede estadual de educação do Amazonas, ocasionando reflexos negativos nos resultados da Coordenadoria Regional.

Em relação ao desempenho, as escolas apresentam uma média de 59,8% em 2012; 54,1% em 2013; e 51,0% em 2015 no padrão de desempenho abaixo do básico na disciplina de Matemática. Em Língua Portuguesa, os resultados se apresentam em 35,6% na edição de 2012; 37,8% em 2013; e 37,5% em 2015 no padrão de desempenho abaixo do básico.

As escolas estaduais Edson Melo e Cinthia Régia Gomes do Livramento, foco deste estudo, apresentam-se num cenário marcado por uma diversidade de alunos de diferentes faixas etárias e distintos níveis de aprendizagem, com características sociais e culturais peculiares, com destaque para o caboclo da Amazônia e indígenas. Em sua maioria, esses estudantes são filhos de agricultores, haja vista que a principal atividade econômica do município é a produção da farinha de mandioca.

As duas escolas, que atuam com os anos finais do Ensino Fundamental, enfrentam desafios como um alto índice de evasão e repetência escolar, bem como a falta de professores habilitados em áreas como Letras, Matemática, Física, Química, atuando nestas áreas de conhecimento os professores que são formados, em sua maioria, em Normal Superior.

A presente pesquisa pretende, portanto, investigar: **Quais os fatores que têm proporcionado a baixa participação e o baixo desempenho dos alunos do 7º ano do Ensino Fundamental das duas escolas estaduais do município de Uarini-AM nas avaliações do SADEAM?**

O caso de gestão apresentado neste trabalho está atrelado à minha atuação como coordenador regional de educação do município de Uarini/AM. Respondo pelas ações de caráter pedagógico e administrativo de três escolas estaduais, sendo o agente de integração entre os atores escolares que trabalham dentro da escola e a

Secretaria Estadual de Educação do Amazonas (SEDUC-AM). Além disso, tenho como principal atribuição coordenar os projetos e programas educacionais a serem implementados no âmbito de cada unidade educacional.

O coordenador regional assume, assim, o compromisso de fazer cumprir as metas estabelecidas pela SEDUC-AM, tendo como foco o currículo escolar, planejamento, avaliação interna e externa, além de construir coletivamente com a comunidade escolar ações de melhorias educacionais, e tornar concretas as normativas atreladas ao Regimento Interno das Escolas Estaduais do Amazonas.

No caso específico da Coordenadoria Regional de Educação de Uarini, na qual são atendidas as três etapas da educação básica e a modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), esse profissional assume diferentes papéis. Isso ocorre, pois nos municípios com apenas três escolas não existem os cargos de adjuntos pedagógico e administrativo, profissionais responsáveis pela organização pedagógica e administrativa das escolas pertencentes à coordenadoria.

A proposta da pesquisa busca, deste modo, se apropriar de instrumentos que permitam compreender o cenário educacional da rede estadual de ensino e do município nos anos finais do Ensino Fundamental. Além disso, busca respostas para essa situação que se desenhou atualmente, fundamentando-se na literatura já existente e em práticas do cotidiano escolar. Assim, a equipe gestora e o corpo docente das duas escolas estaduais do município de Uarini, que atuam com o 7º ano do Ensino Fundamental, são os sujeitos da pesquisa, com os quais serão realizadas entrevistas. Após coleta e levantamento de dados, é proposto um plano de ação, visando à melhoria dos indicadores das escolas estaduais de ensino fundamental de Uarini nas avaliações externas do SADEAM.

Buscando atender o que propõe o estudo, os objetivos específicos são: (a) descrever as principais características relacionadas à realidade educacional de duas escolas estaduais do município de Uarini, que atuam com os anos finais do Ensino Fundamental, destacando a baixa participação e o baixo desempenho dos alunos do 7º ano do Ensino Fundamental nas avaliações externas do SADEAM, tendo como referência as edições de 2012, 2013 e 2015; (b) analisar os dados elencados no decorrer da pesquisa, buscando compreender o que tem proporcionado a baixa participação dos alunos do 7º ano do Ensino Fundamental, relacionando-a com o baixo desempenho nas edições do SADEAM dos anos de 2012, 2013 e 2015; (c) e por fim, propor um plano de intervenção com ações direcionadas à melhoria dos

indicadores educacionais das escolas estaduais do município de Uarini, que atuam com o Ensino Fundamental anos finais, visando o aumento da participação e a melhoria do desempenho dos alunos no SADEAM.

Neste sentido, o trabalho está estruturado em três capítulos. O capítulo 1 descreve as características do caso de gestão, destacando o problema a ser investigado. Dessa forma, parte do contexto macro, apresentando as avaliações externas como uma política que se efetiva no Brasil a partir do SAEB. Depois, há o foco no contexto micro, destacando-se a implementação do SADEAM e seus resultados, num cenário em que o estado do Amazonas se encontrava com resultados críticos nas avaliações externas, em âmbito nacional.

Para isso, serão apresentadas as características da Coordenadoria Regional de Ensino do município de Uarini para, em seguida, destacar as duas unidades escolares que serão objetos de estudo do trabalho. Nesse sentido, será apresentado o contexto no qual está inserida, bem como os resultados nas avaliações externas do SADEAM nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, no 7º ano do Ensino Fundamental, nos anos de 2012, 2013 e 2015.

O capítulo 2 tem como perspectiva analisar os resultados da referida pesquisa, destacando pontos relevantes e que interferem nos resultados da participação e proficiência dos alunos nas avaliações do SADEAM das escolas aqui focadas. Essa etapa é crucial para compreender o cenário da educação da rede estadual no município no atual momento, construindo um referencial teórico para fundamentar as discussões elencadas ao longo do trabalho.

Por fim, o capítulo 3 desta dissertação se constituirá na proposição de um plano de ação, direcionado ao enfrentamento da problemática em destaque, tendo como foco os dados elencados ao longo do processo. As ações serão constituídas visando à melhoria da proficiência dos alunos do ensino fundamental das duas escolas estaduais do município de Uarini, tendo em vista o percentual de participação e o desempenho nas avaliações do SADEAM. Nessa perspectiva, há a necessidade de um olhar específico a cada situação vivenciada pelos atores escolares, suas concepções, desafios e perspectivas.

1 A AVALIAÇÃO EXTERNA DA EDUCAÇÃO BÁSICA: O SADEAM NO CONTEXTO DE DUAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL

Neste primeiro capítulo, será descrito o processo de implantação do Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas, destacando suas principais características enquanto uma política de avaliação externa que vem a cada ano se efetivando como um instrumento de gestão pública.

Tendo como perspectiva a efetivação do SADEAM no cenário brasileiro, serão inicialmente apontados aspectos relacionados ao surgimento desse sistema, contextualizando com o início do SAEB, num cenário em que a busca pela qualidade da educação tem gerado maior relevância aos dados aferidos por esta modalidade de avaliação, tornando-as “o carro-chefe de várias iniciativas de sistemas que se apoiam no desempenho dos alunos” (SOUZA; OLIVEIRA, 2010, p. 799).

Em sequência, será apresentado um panorama da Coordenadoria Regional de Ensino do município de Uarini-AM, à qual as escolas pesquisadas pertencem, para posteriormente descrever as suas principais características em suas variadas dimensões.

Por fim, serão destacados os percentuais de participação e os resultados de desempenho das escolas estaduais Edson Melo e Cinthia Régia Gomes do Livramento nas avaliações externas do SADEAM, no 7º ano do Ensino Fundamental, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática nas edições de 2012, 2013 e 2015. Além disso, será feita uma comparação com as médias da rede estadual de ensino do Amazonas. Destaca-se que no ano de 2014, o SADEAM não avaliou o 7º ano do Ensino Fundamental, assim como em 2016, o que levou a lançar um novo olhar em relação aos caminhos metodológicos a serem tomados no decorrer da pesquisa.

1.1 O SURGIMENTO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO EDUCACIONAL DO AMAZONAS

A busca constante pela qualidade da educação, frente às crescentes demandas educacionais e os resultados obtidos por nossas escolas no cenário nacional, tem levado estados e municípios a implantarem sistemas próprios de avaliação, a fim de obterem dados que pudessem subsidiar a elaboração de novas

políticas públicas educacionais. No caso da educação básica, a avaliação externa vem também “paulatinamente ultrapassando as cercanias das escolas, estreitando a distância entre o avaliador (governo) e o avaliado (escola) e produzindo referenciais nacionais de qualidade de ensino” (MACHADO, 2012, p. 72).

As avaliações externas, em geral, são planejadas e elaboradas a partir de um sistema de avaliação e, posteriormente, são aplicadas, seguindo um modelo de padronização pré-estabelecido, a um grande número de pessoas, o que comumente chamamos de larga escala. Machado e Alavarse (2013, p. 2) afirmam que a avaliação externa “contempla amplo contingente de participantes e resulta em um conjunto de informações que pode orientar ações das mais variadas ordens nas políticas educacionais”. Tais avaliações possuem metodologias e objetivos diferentes daquelas realizadas pelos professores em sala de aula.

Para Freitas (2009, p. 47), essa avaliação é um instrumento de “acompanhamento global de redes de ensino com objetivos de traçar séries históricas do desempenho dos sistemas, que permitam verificar tendências ao longo do tempo, com a finalidade de reorientar políticas públicas”, construindo elementos que servirão de base para futuras intervenções, seja de caráter pedagógico ou administrativo.

Os resultados aferidos pela aplicação de testes padronizados têm como objetivo, segundo Silva (2012, p. 36), financiar medidas que visem o avanço do sistema de ensino e atendam a dois desígnios principais: prestação de contas à sociedade sobre a eficácia dos serviços educacionais oferecidos à população; e promoção de equidade e qualidade da educação, através da implementação de ações, a partir de tais resultados.

Nesse sentido, o resultado de uma política pública se dá a partir do monitoramento, que, segundo Condé (2012, p. 95), “é acompanhar a implementação para verificar o cumprimento das ordenações e corrigir erros”. Esse processo deve ser constante, permitindo, assim, a adoção de medidas corretivas para melhorar a sua operacionalização. De acordo com Silva, Moreira e Câmara (2015, p. 262), “por meio de reflexões conjuntas sobre os resultados [...] será possível identificar os pontos que merecem atenção, possibilitando intervenções mais eficientes”.

A implementação do SAEB, em 1990, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), como primeiro sistema de avaliação em larga escala em nível nacional, conforme Vilardi (2015), acontece a partir da

preocupação de realizar um diagnóstico do desempenho dos alunos de toda educação básica pública e privada. Uma vez atingida à universalização do acesso, apresenta-se a oportunidade de focar na melhoria da qualidade do ensino ofertado (VILARDI, 2015), onde as avaliações externas constituem instrumentos que apontam as necessidades educacionais, podendo auxiliar no processo de tomada de decisões.

Vale destacar que as mudanças introduzidas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (BRASIL, 2007b), responsável por expandir o papel da avaliação externa, ultrapassa o tradicional objetivo do diagnóstico dos sistemas educacionais, passando a fundamentar-se em três principais pilares de inovação, segundo Fernandes e Gremaud (2009): i) a incorporação dos objetivos do *accountability*¹; ii) a criação de um indicador sintético da qualidade da educação básica, que considera tanto o desempenho dos estudantes em exames padronizados quanto a progressão desses alunos e; iii) a definição de metas tanto para o país quanto para os sistemas de ensino e escolas.

Segundo Burgos e Cenegal (2011 apud VILARDI, 2015), este contexto marca a passagem do eixo descentralização-autonomia-participação para o eixo centralização-responsabilidade-avaliação dos resultados. Além disso, essa realidade também é marcada pela influência

das novas exigências derivadas da globalização e da competitividade econômica, no qual as autoridades estatais fazem alianças e desenvolvem estratégias de maneira a hegemonizar as orientações acerca da avaliação (BONAMINO; OLIVEIRA, 2013, p. 36).

Os resultados do SAEB apontaram a deficitária situação da educação brasileira, impulsionando um “efeito de cadeia” nos estados, inclusive no Amazonas. Os resultados das avaliações nacionais no ensino fundamental no estado do Amazonas não eram satisfatórios, sendo eles abaixo da média nacional, conforme destacado na Tabela 1:

¹ O termo *accountability* tem sido traduzido como transparência, responsabilização, prestação de contas e outras (FERNANDES; GREMAUD, 2009).

Tabela 1 – IDEB, anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, Brasil e Rede Estadual do Amazonas, anos de 2005 e 2007

Rede de ensino	Anos iniciais		Anos finais	
	2005	2007	2005	2007
Brasil	3.9	4.3	3.3	3.6
Amazonas	3.3	3.9	2,7	3.3

Fonte: INEP (2017). Tabela elaborada pelo autor.

Os dados apresentados na Tabela 1 demonstraram a necessidade de um diagnóstico específico na Rede Estadual de Ensino do Amazonas, que apontasse de forma peculiar, as suas reais necessidades educacionais e assim direcionasse a elaboração de políticas públicas.

Conforme Condé (2012), só existe necessidade e insurgência de uma política pública quando há um problema. Portanto, diante do quadro em que se apresentava a educação do estado do Amazonas, uma intervenção eficaz que sanasse o problema e melhorasse substancialmente a qualidade de ensino precisaria ser adotada. Nesse sentido, o IDEB se mostrou como um diagnóstico que deflagrou a “crise” do resultado, fazendo com que o problema viesse à tona e precisasse entrar para a agenda (geralmente governamental) que, segundo Condé (2012, p. 8), é uma lista de questões (*issues*²) relevantes e conduzidas pelo poder constituído.

Para entrar na agenda, é necessário que o problema ganhe relevância, haja vista que “nem tudo vai para seu domínio” (CONDÉ, 2012, p. 85), e atenda a algumas condições, conforme indica este autor, como: o interesse do governo eleito; seja resultado de uma crise que demande solução imediata da questão; resulte de uma janela de oportunidade a partir de uma crise, “de uma situação dramática ou da abertura de espaço sobre um tema que antes não se apresentava” (CONDÉ, 2012, p. 85).

Segundo Condé (2012, p. 87), “o processo de formulação/desenho de políticas públicas nunca é meramente técnico, é também político, refletindo valores e estratégias de quem dele participa”. Denota-se, nessa perspectiva, que há várias pressões internacionais que indicam, de alguma maneira, o caminho das políticas públicas em nível mundial, especialmente as relacionadas à educação.

² O termo *issues* é uma lista de questões (geralmente governamental) relevantes e conduzidas pelo poder constituído (CONDÉ, 2012, p. 8).

A escolha pela *accountability* como lastro do SADEAM não é isenta das preconizações dos bancos internacionais. Para Bonamino e Sousa (2012), a expansão dessa cultura tem ocupado lugar central na agenda mundial, estabelecendo novos parâmetros de gestão.

Dentre os marcos presentes na formulação e na implementação das políticas educacionais brasileiras nas duas últimas décadas, ganham destaque as avaliações com elementos comuns a propostas realizadas em outros países, expressando uma agenda mundial. Além de outros objetivos, as iniciativas de avaliação associam-se à promoção da qualidade do ensino, estabelecendo no limite, novos parâmetros de gestão dos sistemas educacionais (BONAMINO; SOUSA, 2012, p. 375).

Uma vez detectado o problema e tendo este entrado na agenda das prioridades para uma política pública, é o momento de escolher as alternativas. O governo do estado do Amazonas optou pela vertente do diagnóstico por avaliação em larga escala, criando o Sistema de Avaliação de Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM), que é pautado em ações de intervenção pedagógica, de formação continuada para os professores e gestores escolares, e na política da *accountability*.

Neste sentido, o uso dos resultados das avaliações externas, no processo de tomadas de decisões, é algo que necessita de uma reflexão mais profunda, tendo em vista que generalizar uma determinada realidade é perigoso, sobretudo quando não se atenta para fatores como o percentual de participação, que representa os alunos que efetivamente participam dos testes.

Por outro lado, esses dados podem ser úteis, no sentido de proporcionar possíveis respostas aos problemas relacionados a um contexto no qual a escola está inserida. Quando mensurados de forma correta, eles podem

ser usados com múltiplos potenciais: fontes de informações rigorosas, sistemáticas e confiáveis; prisma de visualização e reconhecimento das características do sistema de ensino; e mecanismo de estímulo à mudança (AMAZONAS, 2013, p. 14).

Nessa perspectiva, podem ser considerados tanto no que concerne a organização, como na definição de metas para o sistema de ensino, sempre em busca de garantia de investimento de forma eficiente e coesa.

A implantação do SADEAM se deu a partir do Decreto nº 6.094/2007 (BRASIL, 2007b), que trata da implementação do “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, no qual foram estabelecidas 28 diretrizes que determinavam a atuação em regime de colaboração das esferas federal, estadual e municipal, visando melhorias na educação.

A efetivação do SADEAM, como política de avaliação do Estado do Amazonas, ocorreu através da Portaria do Gabinete do Secretário de Educação nº 2.636/2008, edição 31.437, de 26 de setembro de 2008 (AMAZONAS, 2008b), sendo implementado pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE), da Universidade de Brasília (UNB). O CESPE coordenou os trabalhos no estado até o ano de 2010. A partir de 2011, a instituição responsável pela execução da avaliação do SADEAM no Amazonas passou a ser de responsabilidade do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), atuando até o presente momento.

De acordo com Brooke (2012), a política de *accountability* ou responsabilização indica principalmente “a transferência do ônus pelos esforços de melhoria em direção à escola e dão o sentido cabal à palavra responsabilização” (BROOKE, 2012, 143, grifos do original), incluindo nesta esteira o pagamento ou não de incentivos. No estado do Amazonas, foi implementado a política de bonificação “Prêmio Escola de Valor”, como parte integrante do SADEAM.

Essa bonificação foi regulamentada seguindo o que determina a Lei nº 3.279 de 22 de julho de 2008, na qual o governo do estado criou o “Fundo Estadual” e o “Programa de Incentivo ao Cumprimento de Metas da Educação Básica”, concedendo, o pagamento de prêmios como o 14º e 15º salário aos gestores, pedagogos, professores e demais servidores da escola que atingissem as metas estabelecidas pela Secretaria de Educação (AMAZONAS, 2008c). No mesmo ano, por meio do Decreto nº 28.164, de 17 de dezembro (AMAZONAS, 2008d), foi regulamentado o “Prêmio de Incentivo ao Cumprimento da Educação Básica” e o “Prêmio Escola de Valor”.

No caso do estado do Amazonas, a política de avaliação sofre forte influência da política de bonificação, “Prêmio Escola de Valor”, que permite uma comparação entre todas as escolas, a partir dos resultados aferidos nos testes, destacando as de melhores e piores resultados e premiando aquelas que alcançarem as metas projetadas pela SEDUC-AM.

Através do Decreto nº 31.487, de 2 de agosto de 2011 (AMAZONAS, 2011a), a legislação foi modificada, aumentando os valores da premiação como também estendendo o prêmio as escolas, que mesmo não alcançando as metas, obtivessem os maiores crescimentos em termos absolutos. Assim, tanto a premiação criada em 2008, como a sua ampliação em 2011, foi instituída, de acordo com a SEDUC-AM, com o propósito de incentivar as escolas a melhorarem seu desempenho nas avaliações externas do SADEAM (AMAZONAS, 2011a).

No ano de 2015, por meio do Decreto nº 35.983 de 26 de junho, o “Prêmio Escola de Valor” e o “Prêmio de Incentivo ao Cumprimento de Metas da Educação Básica”, novamente foram alterados. Dessa vez, foi instituído o valor fixo de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e ainda R\$ 1.000,00 (um mil reais) para cada sala de aula das escolas que alcançassem as metas estabelecidas (AMAZONAS, 2015c). A bonificação direcionada aos profissionais da educação se constituiu a partir do percentual de crescimento da escola. Para uma melhor compreensão dessa mudança, a Tabela 2 apresenta o percentual de bonificação por resultados, relativos ao crescimento (Escolas, Coordenadorias Distritais e Regionais).

Tabela 2 – Percentual de bonificação por resultados, relativo ao crescimento (Escolas, Coordenadorias Distritais e Regionais)

Metas de crescimento	0,1	0,2	0,3	0,4	0,5	0,6	0,7	0,8	0,9	1
Bonificação	10%	20%	30%	40%	50%	60%	70%	80%	90%	100%

Fonte: Amazonas (2015c).

Como se pode observar na Tabela 2, a bonificação direcionada aos servidores da rede passa a ter como critério o percentual de crescimento da escola na qual está lotado, deixando de ser pago os 14º e 15º salários como ocorria até a edição de 2014. Na nova perspectiva, a frequência do servidor é o principal critério para que tenha direito a bonificação. A tabela 3 apresenta o percentual de frequência, com os respectivos valores da bonificação para os profissionais da educação lotados nas escolas estaduais.

Tabela 3 – Percentual de frequência para recebimento da bonificação para os profissionais da educação lotados nas escolas estaduais

Até o percentual de frequência de ano escolar	Valor da bonificação
94%	100%
93%	75%
92%	50%
Inferior a 92%	0%

Fonte: Amazonas (2015c).

De acordo com a Tabela 3, para que o servidor tenha direito em receber 100% da bonificação, é necessário apresentar frequência nas suas atividades escolares igual ou superior a 94%. Por outro lado, se apresentar um percentual de frequência igual a 92%, terá direito a 50% da bonificação e, caso apresente resultado inferior a 92%, não receberá bonificação. Outra mudança significativa apresentada nesta nova versão da política de bonificação do estado do Amazonas é a premiação de R\$ 200,00 (duzentos reais), destinada a 01 (um) aluno de cada turma da Rede Estadual de Educação do Amazonas, selecionados através do Sistema Integrado de Gestão Educacional do Amazonas (SIGEAM), tendo como referência a maior média em todas as disciplinas que fazem parte do currículo escolar.

Essa questão tem direcionado às escolas a responsabilidade por melhores resultados, havendo foco nas metas estabelecidas pela Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas para cada edição do SADEAM. Dessa forma, tornou-se um importante instrumento dentro da política de *accountability*, e se expandiu, inclusive, para a rede municipal.

A avaliação externa do estado do Amazonas teve como foco de análise o desempenho dos alunos da rede estadual de ensino, sendo avaliadas no Ensino Fundamental as habilidades relativas às áreas de conhecimento de Língua Portuguesa e Matemática, tendo como referência a matriz do SAEB. Para o Ensino Médio, foram avaliados os conhecimentos gerais e interdisciplinares, com base na matriz de competências do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) utilizada até 2008.

As avaliações do SADEAM ocorriam inicialmente com uma estimativa de atendimento de 3.506 turmas da rede estadual de ensino, da capital e interior, com um quantitativo de 117.875 alunos, nos 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano

do Ensino Médio. Em 2011, após a parceria com o CAED, o sistema de avaliação foi ampliado para os 3º e 7º anos do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio.

Como uma política que visa alcançar um número significativo de estudantes em caráter censitário, a metodologia utilizada para avaliar os resultados de desempenho no SADEAM é idêntica às usadas no SAEB e Prova Brasil. Os dados são analisados com base nas duas principais teorias psicométricas: Teoria Clássica dos Testes (TCT) e Teoria de Resposta ao Item (TRI).

Os resultados analisados a partir da Teoria Clássica dos Testes (TCT) são calculados de uma forma muito próxima às avaliações realizadas pelo professor em sala de aula. Consiste, basicamente, no percentual de acertos em relação o total de itens do teste, apresentando, também, o percentual de acerto para cada descritor avaliado (AMAZONAS, 2015b, p. 20).

Na TRI, o grau de conhecimento do aluno, em determinada disciplina, é estimado considerando um, dois ou três parâmetros dos itens que integram os instrumentos de avaliação. No caso do SAEB e SADEAM, usam-se três parâmetros, permitindo “a produção de uma medida mais robusta do desempenho dos alunos, porque leva em consideração um conjunto de modelos estatísticos capazes de determinar um valor/peso diferenciado para cada item” (AMAZONAS, 2015b, p. 20). Esses parâmetros constituem-se de:

- a) Discriminação – capacidade do item em distinguir os alunos com diferentes níveis de habilidades;
- b) Dificuldade – proficiência requerida do indivíduo para ter uma probabilidade de 50% de responder o item de forma correta;
- c) Probabilidade de acerto ao acaso – probabilidade de que o aluno com pouca proficiência julgue o item de forma correta, respondendo-o ao acaso. Utilizando-se dessas características dos itens, é possível medir o nível de proficiência de cada respondente. E juntamente com os métodos de equalização, torna-se possível analisar as habilidades dos alunos em uma escala comum (PASQUALI, 2003, p. 4).

O formato das avaliações é definido a partir da matriz de referência, que é um recorte da matriz curricular de cada etapa de ensino. Os testes são aplicados a um universo de alunos das séries avaliadas em cada edição e “os resultados levam em consideração cada uma das habilidades presentes nas matrizes de referências” (AMAZONAS, 2008a).

A matriz de referência do SADEAM tem como base as habilidades presentes na matriz do SAEB, bem como nos Parâmetros Curriculares Nacionais e na Proposta Curricular do Estado do Amazonas para o Ensino Fundamental e Ensino Médio. Os conteúdos selecionados para compor a matriz de referência são considerados essenciais para cada etapa de escolaridade avaliada.

A matriz está estruturada em Domínio/Tópico ou Tema, Item e Descritores. O Domínio/Tópico ou Tema agrupam, por afinidade, um conjunto de habilidades indicadas pelos descritores. Cada item avalia uma habilidade específica contida na matriz. Já os descritores constituem as habilidades associada aos conteúdos que fazem parte do currículo escolar, que serão avaliados através de um item (AMAZONAS, 2008a).

A avaliação externa do estado do Amazonas buscou melhorar o desempenho dos alunos da rede estadual de ensino. Neste sentido, o SADEAM implementou o Índice de Desenvolvimento da Educação do Amazonas (IDEAM), visando possibilitar o desenvolvimento educacional do estado, em consonância com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Estes índices se aproximam no seu desenho, por levarem em conta dois fatores básicos amalgamados, que geram a nota em si: proficiência dos alunos nas provas (SADEAM para o IDEAM e Prova Brasil para o IDEB) e a taxa de aprovação da escola. O cálculo é gerado do produto entre estes dois fatores (SILVA, MOREIRA, CÂMARA, 2015). É neste sentido que “o IDEAM estabelece uma relação direta entre avaliação interna e externa” (VIEIRA, FERNANDES, MELO, 2015, p. 289).

Assim, o SADEAM se apresenta como uma avaliação externa e censitária, com o objetivo de oferecer informações relevantes para orientar a formulação de políticas públicas, bem como oferecer às escolas dados que precisam ser analisados e interpretados pela equipe gestora e corpo docente para, posteriormente, junto aos dados das avaliações internas, redirecionar o projeto pedagógico da escola.

Na próxima seção, será apresentado um panorama da Coordenadoria Regional de Educação do município de Uarini, descrevendo informações relevantes em relação à sua estrutura organizacional e funcional.

1.2 PANORAMA DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE UARINI-AM

As diversidades e dimensões geográficas do estado do Amazonas representam um dos maiores desafios da educação, tendo em vista as dificuldades de acesso e logística aos municípios do interior, sendo necessária uma complexa estrutura para atender os desafios impostos por essas diversidades, que variam segundo características locais peculiares a cada município.

Essas peculiaridades exigem da SEDUC-AM demandas de cunho pedagógico e administrativo que requerem uma estrutura organizacional complexa, sendo dirigida pelo Secretário de Estado da Educação do Amazonas, com o auxílio de um Secretário Executivo e de quatro secretários executivos adjuntos, responsáveis pela gestão dos diversos departamentos que compõem essa secretaria.

Dentre os secretários executivos adjuntos, destacam-se o da Capital e Interior. O Secretário Adjunto da Capital responde pelas demandas das escolas localizadas na cidade de Manaus, atuando junto às Coordenadorias Distritais de Educação (CDEs). O Secretário Executivo Adjunto do Interior é o profissional nomeado para atender especificamente às demandas das escolas espalhadas nos 61 municípios do interior do estado do Amazonas, buscando, conjuntamente com as Coordenadorias Regionais de Educação (CREs), atuar frente aos desafios e diversidades peculiares a cada município. Compete ao Secretário Adjunto do Interior coordenar a execução das políticas públicas educacionais voltadas às escolas do interior, fazendo-se cumprir a legislação específica, atendendo as especificidades locais.

A implantação das Coordenadorias Regionais de Educação (CREs), nos municípios que possuíam cinco ou mais escolas, e as sete Coordenadorias Distritais de Educação (CDEs), localizadas em Manaus, foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº 3.642 de 26 de julho de 2011 (AMAZONAS, 2011b), que determinou como uma de suas principais atribuições a:

[...] coordenação, implementação, assessoramento e acompanhamento das ações desenvolvidas nas unidades escolares, a partir das diretrizes emanadas dos órgãos da Secretaria, bem como representação e intermediação das demandas e propostas das escolas da rede estadual de ensino junto à Instituição (AMAZONAS, 2011b, p. 2).

Em 2014, nos municípios que possuíam até quatro escolas, foram implantadas Coordenadorias Regionais de Educação, contemplando todos os 62 municípios, sendo eles: Alvarães, Uarini, Marã, Japurá, Tonantins, Caapiranga, Apuí, Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro, Juruá, Beruri, Ipixuna, Anori, Tapauá, Jutai, Rio Preto da Eva, Canutama, Novo Airão, Puiní, Guajará, Itamarati, Presidente Figueiredo, Silves, Urucará, Amaturá e Manaquiri.

Até o ano de 2014, o município de Uarini pertencia à Coordenadoria Regional do município de Tefé, que respondia principalmente pelas questões administrativas, incluindo o Setor de Pessoal. Além de Uarini, a Coordenadoria Regional de Tefé era responsável pelos municípios de Alvarães, Marã, Japurá e Juruá. Nesses municípios, era nomeado o gestor de uma das escolas para responder por algumas questões junto à SEDUC-AM, porém, certas demandas eram de competência do coordenador, sendo necessário encaminhá-las à sede da coordenadoria, o que levava tempo, dificultando o processo de resolução.

Assim, a Coordenadoria Regional de Ensino do município de Uarini foi implantada no ano de 2014, atendendo à Portaria do Gabinete do Secretário de Educação de nº GS 538 de 26 de junho, que determinou a nomeação de um coordenador regional de ensino, passando a cumprir com as determinações previstas para a execução das atividades que competem a essa função (AMAZONAS, 2014b).

Entre as competências atribuídas às Coordenadorias Regionais de Educação, pode-se destacar o acompanhamento das ações direcionadas às escolas estaduais, fazendo-se cumprir o que determina o Regimento Interno da Rede Estadual de Ensino. Nessa perspectiva, procura-se o alcance das metas projetadas nas avaliações externas, cumprindo com o compromisso de oferecer uma educação de qualidade à população, acompanhando, divulgando e monitorando os resultados do SADEAM.

A Coordenadoria Regional de Ensino de Uarini responde por três escolas no município, sendo duas localizadas na área urbana e uma na zona rural, atendendo o Ensino fundamental anos iniciais e finais, Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos. Pelo fato de possuir apenas três escolas, a coordenadoria não possui os Coordenadores Adjuntos Pedagógicos e Administrativos, como ocorre nos municípios com dez ou mais escolas. Faz parte de sua estrutura organizacional o

Setor de Pessoal, responsável pela parte burocrática dos servidores que atuam na rede estadual de ensino. A mesma não possui prédio próprio, funcionando em uma sala da Escola Estadual Edson Melo.

De acordo com o Censo Escolar de 2015 (AMAZONAS, 2015a), a Coordenadoria Regional de Educação do município de Uarini possuía 1.442 alunos da educação básica e 224 da Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como 89 docentes e 23 servidores administrativos distribuídos nas três escolas estaduais.

Para que se tenha uma melhor compreensão do caso de gestão, será apresentado o perfil das duas escolas estaduais que atuam com os anos finais do Ensino Fundamental, destacando seus agentes escolares.

1.3 O PERFIL DAS ESCOLAS PESQUISADAS E SEUS AGENTES ESCOLARES

Como foi destacado na seção anterior, a Coordenadoria Regional de Educação do município de Uarini-AM possui três escolas estaduais, porém, serão objetos de estudo da pesquisa apenas as duas que atuam com o 7º ano do Ensino Fundamental. A Escola Estadual Hermano Stradelli atende o Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º ano) e a modalidade da Educação de Jovens de Adultos. Dessa forma, esta seção visa apresentar o perfil das escolas estaduais Edson Melo e Cinthia Régia Gomes do Livramento, destacando suas principais características, desafios e conquistas, focando nos atores escolares e os relacionando com fatores internos e externos as escolas.

O campo de estudo compreende a minha atuação profissional no decorrer dos anos de 2014 e 2015, quando exerci a função de coordenador regional de ensino, que me levou a conhecer os resultados do SADEAM das escolas estaduais do município de Uarini. Nessa perspectiva, pude averiguar que os alunos do 7º ano do Ensino Fundamental apresentavam baixa participação, bem como baixo desempenho, com médias inferiores a Rede Estadual de Educação do Amazonas.

Essa situação incômoda fez brotar o anseio em compreender, de forma mais clara, o que tem levado as escolas estaduais Edson Melo e Cinthia Régia Gomes do Livramento a apresentarem um baixo percentual de participação dos alunos do 7º ano do Ensino fundamental nas avaliações externas do SADEAM, para posteriormente propor um plano de intervenção.

1.3.1 A Escola Estadual Edson Melo

A Escola Estadual Edson Melo tem sua história vinculada ao desenvolvimento educacional do município de Uarini, sobretudo quando se trata da oferta do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. O crescimento populacional do município fez surgirem novas demandas, assim como novos desafios, sendo necessário oportunizar a população um ensino que atendesse às suas reais necessidades.

Assim, a Escola Estadual Edson Melo foi criada sob o Decreto-Lei nº 12.937, de 17 de abril de 1990 (AMAZONAS, 1990), para atender o Ensino Fundamental, na época, de 1ª a 8ª série e Ensino Médio. A princípio, o Magistério foi o primeiro curso oferecido em nível médio no município, atendendo uma demanda de 370 alunos.

A escola está situada na zona urbana e é uma referência no atendimento nas etapas de ensino que oferece, possuindo uma estrutura modelo padrão da SEDUC-AM, com 10 salas de aula, sala da secretaria, sala da diretoria, sala dos professores, refeitório e depósitos. Atualmente, ela atende o Ensino Fundamental, anos finais, e Ensino Médio.

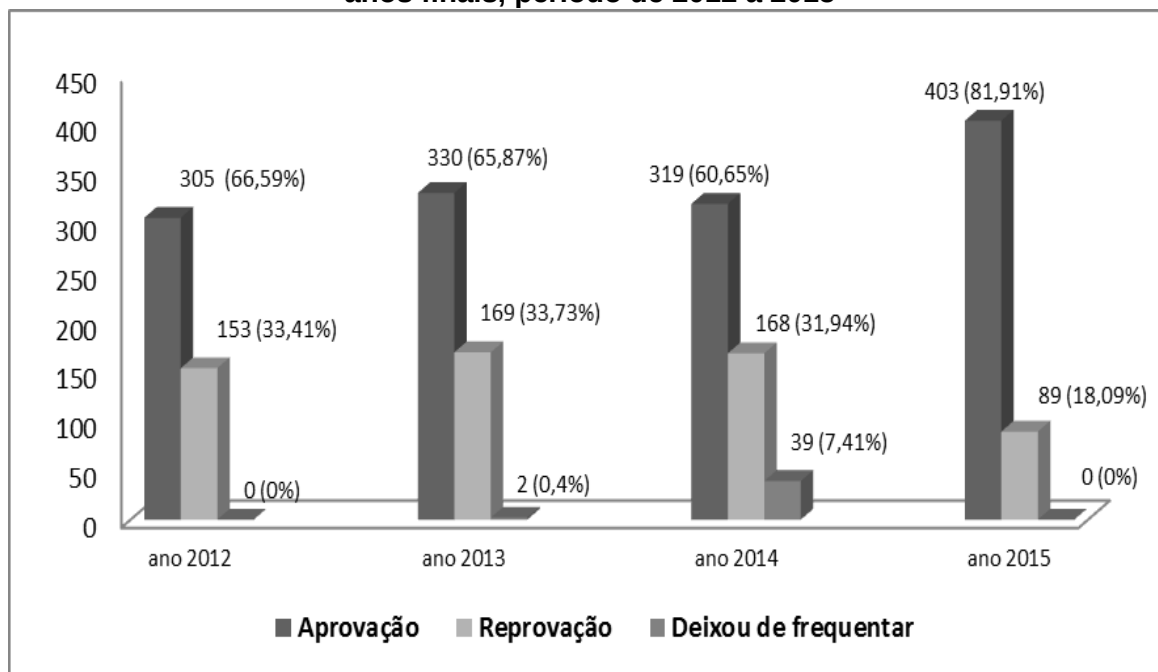
No ano de 2016, segundo dados do Sistema Integrado de Gestão Educacional (AMAZONAS, 2016a) da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC-AM), a Escola Estadual Edson Melo possuía, além das 10 salas de aulas ativas na zona urbana, mais 11 salas de Mediação Tecnológica nas comunidades rurais, atendendo a 16 turmas de Ensino Fundamental nos anos finais (6º ao 9º ano) e 22 turmas de Ensino Médio, distribuídos nos turnos matutino, vespertino e noturno, totalizando 903 alunos.

A escola é responsável pelo atendimento de toda a demanda do Ensino Médio, zona urbana do município de Uarini, portanto, recebe um percentual de cerca de 40% de alunos principalmente da rede municipal de ensino. Em relação ao Ensino Fundamental, parte de sua clientela migra da Escola Estadual Hermano Stradelli, que atende os anos iniciais do Ensino Fundamental (cerca de 70% de sua demanda de 6º ano), e os demais alunos são oriundos da sede da rede municipal e da zona rural.

Essa realidade vivenciada pela escola constitui um dos desafios que podem ter reflexo em questões como os índices de aprovação, reprovação e evasão escolar, tendo em vista que muitos alunos chegam à escola com problemas de

aprendizagem. O Gráfico 1 destaca esses indicadores nos anos de 2012 a 2015, no Ensino Fundamental, de 6° ao 9° ano:

Gráfico 1 – Taxa de Aprovação, reprovação e evasão Escola Estadual Edson Melo, anos finais, período de 2012 a 2015



Fonte: SIGEAM (AMAZONAS, 2016a). Gráfico elaborado pelo autor.

No Gráfico 1, nota-se que nos anos de 2012, 2013 e 2014, a Escola Estadual Edson Melo apresentou um elevado índice de reprovação nos anos finais do Ensino Fundamental, acima de 30%. Essa realidade reflete nos percentuais de aprovação, que se apresentou com 66,59% em 2012, 65,87% em 2013 e 60,65% em 2014. Por outro lado, o percentual de evasão se mostrou bem abaixo, praticamente em 0% nos anos de 2012 e 2013 e um aumento pouco expressivo em 2014, com 7,41%. No ano de 2015, os resultados apresentaram um aumento de cerca de 20% no índice de aprovação, e expressiva queda no percentual de reprovação se comparado com os anos anteriores, ambos com 81,91% e 18,09%. O percentual de evasão se apresentou em 0%.

A escola atua ainda como Escola Matriz de 11 turmas de Ensino Médio no Ensino Mediado por Tecnologia, distribuídas em 09 comunidades espalhadas pela zona rural do município, permitindo à população ribeirinha a oportunidade de dar continuidade aos estudos, sem sair do lugar onde vivem.

A própria proposta do projeto destaca que, além das distâncias a serem superadas, a falta de infraestrutura escolar da rede estadual nessas localidades e de

professores qualificados para atuarem em todas as áreas de conhecimento que fazem parte do Ensino Médio justificam a necessidade de ações que envolvam a mediação tecnológica (AMAZONAS, 2014a).

A SEDUC-AM conta com uma estrutura tecnológica que permite a transmissão das aulas em tempo real via satélite, pelo sistema IPTV, das disciplinas e séries, através do Centro de Mídia. O Centro de Mídias é um complexo educacional, formado por vários estúdios localizado em Manaus, de onde o professor ministrante transmite suas aulas para todo interior do estado, bem como para outras áreas da cidade de Manaus.

O Ensino Mediado por Tecnologia exige a presença de dois atores principais para que as aulas aconteçam e os alunos tenham bons êxitos: o professor ministrante e o professor presencial.

De acordo com a SEDUC-AM, o professor ministrante é um profissional graduado, especialista ou mestre em uma das disciplinas que compõe a grade curricular, responsável pelo planejamento e elaboração das aulas de sua disciplina com o auxílio de pedagogos, supervisores e técnicos. Esses profissionais devem transformar as aulas em um produto televisivo, a ser transmitida para as salas de aula diária e simultaneamente para todo o estado (AMAZONAS, 2014a).

O professor presencial, que atua em cada sala de aula espalhada pelo interior do estado, é responsável pela funcionalidade do programa e pela mediação tecnológica e pedagógica no *locus* de cada sala de aula. A ele cabe “orientar e incentivar os alunos quanto ao cumprimento das normas pedagógicas e sobre as especificidades do projeto” (AMAZONAS, 2014a, p. 11).

Assim, o professor presencial é o profissional encarregado pela funcionalidade do programa em sala de aula, orientando e acompanhando os alunos nas aulas, na resolução das Dinâmicas Locais Interativas (DLI), revisão das aulas e pela aplicação das avaliações que são elaboradas pelos professores ministrantes, bem como pelo envio das notas dos alunos ao Sistema de Controle Acadêmico (SCA) do Centro de Mídias e à secretaria da escola matriz.

Para exercer suas atribuições, o professor presencial precisa ter nível superior em qualquer área de formação e ser contratado por meio do processo seletivo, realizado pela SEDUC-AM, para atuar nas comunidades, no decorrer de dois anos. Não é necessário ser graduado nas disciplinas que são ministradas por módulos pelo centro de mídias, já que essa exigência recai sobre o professor

ministrante. Para melhor compreensão de como estão distribuídas as turmas do Ensino Mediado por Tecnologia nas comunidades rurais do município, a tabela 4 apresenta esses dados no ano de 2016:

Tabela 4 - Distribuição de alunos do Ensino Mediado por Tecnologia nas comunidades rurais do município de Uarini-AM, matriculados na Escola Estadual Edson Melo em 2016

Comunidades	Séries atendidas	Número de alunos
Barroso	1º Ano E M	21
Nova Esperança	1º Ano E M	18
Alegria	2º Ano E M	16
Porto Braga	2º Ano E M	17
Porto Praia	2º e 3º Ano E M	38
São Sebastião	2º e 3º Ano E M	35
Vila Alencar	2º Ano E M	20
Aiucá	3º Ano E M	16
Boca Mamirauá	3º Ano E M	14
TOTAL DE ALUNOS		195

Fonte: SIGEAM (AMAZONAS, 2016a). Tabela elaborada pelo autor.

Como se pode observar na Tabela 4, a Escola Estadual Edson Melo, através do Ensino Mediado por Tecnologia, atende a 195 alunos do Ensino Médio, distribuídos em 09 comunidades rurais, localizadas nos mais longínquos lugares do interior do município de Uarini. Dessa forma, é elevada de forma significativa a escolaridade média da população, bem como abre oportunidades para que o caboclo ribeirinho conclua seus estudos nos locais onde moram.

Essas comunidades apresentam características peculiares à região amazônica, com desafios que dificultam o cumprimento do calendário escolar, como as cheias e secas do Rio Solimões, pois algumas dessas escolas estão situadas em terras de várzeas³, sendo necessário adaptar sua estrutura física para atender a essa realidade.

As escolas, onde são instalados os kits, (TV, CPU, nobreak, teclado, etc.) e antenas do Ensino Mediado por Tecnologia, pertencem à rede municipal de ensino. Geralmente, as escolas estão localizadas em um prédio pequeno em madeira com uma sala de aula onde também são atendidos os alunos da rede municipal no turno diurno. Algumas dessas localidades ficam distantes da sede do município, cerca de

³ Terra de várzea são planícies inundáveis no período das cheias dos rios da Amazônia, onde são instalados pequenos povoados com moradias adaptadas para essa realidade. Os rios que inundam as terras de várzeas são de água que carregam sedimentos (barrentas), como os rios Amazonas, Madeira e Solimões.

dois dias de viagem em um barco a motor com rabeta⁴, o que dificulta o acesso à escola matriz que está situada na zona urbana e é para onde são enviados os materiais como merenda, material didático, uniforme escolar, dentre outros.

A estrutura administrativa e pedagógica da escola estadual Edson Melo está organizada de forma padrão, atendendo o critério básico considerado pela SEDUC para o seu funcionamento, sendo classificada como Escola Tipo III, segundo o Regimento Geral das Escolas Estaduais do Amazonas (AMAZONAS, 2010a). Ela está centrada na figura do gestor, que representa o ator principal no processo de tomada de decisões, sendo responsável pela organização, planejamento e execução das ações no interior da escola. Além disso, tem como uma de suas atribuições coordenar e integrar todos os agentes escolares, na perspectiva de cumprir com o papel da escola diante da sociedade.

A escola não possui pedagogo, essa atribuição é exercida por um professor que trabalha como apoio pedagógico nos turnos matutino e vespertino, responsável por auxiliar o corpo docente. Ele atua, principalmente, no planejamento das atividades escolares e no acompanhamento das demandas do dia a dia da escola, como a indisciplina, a infrequência dos alunos, os problemas de aprendizagem, o distanciamento da família, dentre outros.

Desde o ano de 2012, recorte utilizado neste trabalho, a Escola Estadual Edson Melo vivencia mudanças frequentes de gestores. De acordo com o Regimento Geral das Escolas Estaduais do Amazonas, em seu artigo 140,

os gestores de estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino serão escolhidos e indicados pela autoridade competente, submetido a um processo seletivo, sendo nomeado pelo Secretário de Estado da Educação, através de ato administrativo próprio (AMAZONAS, 2010a, p. 42).

Esse instrumento normativo, que rege as ações da rede estadual, não determina o período de um mandato do gestor escolar, apenas estabelece requisitos para exercer funções como: mérito; competência técnica; probidade administrativa; liderança junto à comunidade escolar e disponibilidade de tempo integral, com dedicação exclusiva à escola durante o seu período de gestão (AMAZONAS, 2010a)

⁴ O barco a motor com rabeta é o principal meio de transporte da região, utilizado pelo caboclo ribeirinho para se locomover de uma localidade para outra. É uma canoa construída em madeira e adaptada para receber um motor interno, acoplado à rabeta e à hélice, que ficam externas na popa, o que facilita o acesso aos rios da Amazônia.

O quadro 1 apresenta os profissionais que atuaram no período de 2012 a 2016, destacando sua formação e tempo de gestão na escola.

Quadro 1 - Diretores da Escola Estadual Edson Melo - 2012 a 2016

Nº	Profissionais	Formação acadêmica	Período que exerceu a função de gestor
01	Ana Maria Bittencourt da Costa	Licenciatura em Geografia	01/09/2009 à 01/04/2013
02	Evalcimeire Ferreira Rodrigues	Licenciatura em Normal Superior	09/04/2013 a 10/02/ 2014
03	Ronilson de Souza Queiroz	Matemática	10/02/2014 à 01/07/2016
04	Gezilda Alexandre da Silva	Licenciatura em Normal Superior	01/07/2016 até os dias atuais

Fonte: SIGEAM (AMAZONAS, 2016a). Quadro elaborado pelo autor.

De acordo com os dados apresentados no Quadro 1, é possível perceber que a Escola Estadual Edson Melo, nos últimos sete anos, foi gerenciada por quatro gestores diferentes. No entanto, apenas a professora Ana Maria Bittencourt atuou num período de quatro anos e sete meses, sendo que os demais profissionais não completaram três anos na gestão da escola.

O planejamento das atividades escolares é realizado bimestralmente por área de conhecimento, com a participação da direção, apoio pedagógico e professores. Essas datas são determinadas pela SEDUC-AM no calendário escolar elaborado no início do ano letivo, que devem ser seguidos por todas as escolas pertencentes à Rede Estadual de Educação do Amazonas.

No ano de 2012, a Escola Estadual Edson Melo recebeu o Prêmio Escola de Valor, política de bonificação do SADEAM, através do desempenho dos alunos do Ensino Médio. Na ocasião, a escola recebeu o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para serem investidos em melhorias de infraestrutura e de aspectos pedagógicos da escola. Apesar disso, nos últimos anos, a escola tem apresentado resultados insatisfatórios no que se refere à proficiência dos alunos, ou seja, podemos dizer que a bonificação não refletiu diretamente na melhoria de seus indicadores educacionais.

Em relação aos espaços de aprendizagem, apoio e equipamentos, a escola possui: uma biblioteca, com um acervo de aproximadamente 300 livros, em pleno

funcionamento; um Laboratório de Informática e um de Ciências, que, atualmente, encontram-se desativados por falta de manutenção e equipamentos; e uma sala do Centro de Mídias, responsável pelas transmissões de informações da Secretaria Estadual de Educação, bem como oferta de cursos de formação continuada para os professores e gestores.

A quadra da escola se encontra sem condições de uso e as aulas de Educação Física ocorrem na área externa da escola. A escola não possui Sala de Recursos Multifuncionais, e os alunos especiais são atendidos na Escola Estadual Hermano Stradelli, que recebe toda a demanda da rede estadual no município.

Segundo dados do Censo Escolar de 2016 (AMAZONAS, 2016a), a escola possui um corpo docente formado por 50 professores, que atuam nas diversas áreas de conhecimento nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, bem como na Mediação Tecnológica, realizada nas comunidades rurais. Um dos maiores desafios da escola é o fato de a maioria dos professores atuarem em disciplinas fora de sua área de formação, sobretudo nas áreas de Letras e Matemática. Para melhor compreensão desta situação, a Tabela 5 apresenta o quantitativo de professores e as suas respectivas áreas de formação nos anos de 2014, 2015 e 2016:

Tabela 5 - Área de formação dos professores da Escola Estadual Edson Melo nos anos de 2014, 2015 e 2016

Áreas de formação	2014	2015	2016
Artes	-	-	02
Biologia	03	02	03
Ciências	04	02	-
Curso Normal Superior	22	27	19
Educação Física	03	04	02
Física	-	-	01
Geografia	04	04	04
História	03	03	05
Letras	04	03	04
Matemática	03	02	06
Pedagogia	01	01	03
Química	01	01	01
Religião	-	-	-
TOTAL	48	49	50

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do SIGEAM (AMAZONAS, 2016a).

Como destacado anteriormente, a Tabela 5 apresenta o perfil do corpo docente da Escola Estadual Edson Melo no período de 2014 a 2016. Como se pode observar, quase metade dos professores que atuam na escola tem como área de formação o Curso Normal Superior (CNS), que foi ofertado através do programa do

Governo do Estado do Amazonas PROFORMAR, e possibilitou aos professores estatutários/integrados cursar uma licenciatura.

Nessa perspectiva, é notória a carência de professores licenciados em áreas específicas, como Física, Química e, sobretudo, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, que representam a maior demanda da escola. De acordo com o SIGEAM, em 2014 eram necessários 11 professores habilitados em Letras e 11 em Matemática para atender à demanda da escola. No entanto, atuaram apenas três licenciados em Matemática e quatro em Letras. Destaca-se que a escola não atende a educação infantil e ensino fundamental anos iniciais.

Em 2015, a quantidade de professores habilitados em Normal Superior que atuaram na escola ultrapassou 50% de todo corpo docente, destacando mais uma vez a falta de professores licenciados nas diversas áreas de ensino. No ano de 2016, percebe-se que há um aumento de professores licenciados em Matemática, fator que pode estar relacionado com a conclusão do curso de licenciatura na referida disciplina no ano de 2015. Porém, dos 06 professores, 04 são oriundos do Processo Seletivo Simplificado da SEDUC-AM, com contrato de 02 anos, ou seja, atuarão apenas nos anos de 2016 e 2017.

Outra mudança foi à redução de professores habilitados em Normal Superior atuando em disciplinas fora de sua área de formação, que em 2015 representava um total de 27 professores. Em 2016, esse número baixou para 19 professores, sendo que cinco estão lotados no Ensino Mediado por Tecnologia, atuando nas comunidades rurais e exercendo a função de professor presencial.

Em relação às demais áreas de formação, observa-se que não houve mudanças significativas. Em Letras, no ano de 2014, o quantitativo de professores licenciados era de quatro. Em 2015, o número teve uma leve queda, havendo apenas três professores, mas houve, novamente, um aumento para quatro no ano de 2016, situação que se apresenta em outras áreas de ensino.

Segundo o SIGEAM, em 2016, dos 50 professores que atuam na Escola Estadual Edson Melo, 17 possuíam vínculos estatutário/efetivos; 11 eram estatutário/integrados, professores que por meio do Decreto nº 21.712 de 23 de fevereiro de 2001 (AMAZONAS, 2001) ingressaram no magistério sem passar por concurso público; e 22 são professores em contrato temporário, advindos do Processo Seletivo Simplificado (PSS), realizado pela SEDUC-AM para atuar nos anos de 2016 e 2017.

Assim, é possível afirmar que um dos desafios enfrentados pela Escola Estadual Edson Melo se refere ao corpo docente, devido à carência de professores com formação em áreas específicas e à alta rotatividade, uma vez que um número significativo de docentes atua em contrato temporário.

1.3.2 A Escola Estadual Cinthia Régia Gomes do Livramento

A Escola Estadual Cinthia Régia Gomes do Livramento, objeto de estudo desta pesquisa, apresenta padrões físicos e pedagógicos diferenciados das demais escolas da rede estadual pertencente à Coordenadoria Regional de Ensino do município de Uarini-AM, por se localizar numa área de conservação ambiental, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDS-Mamirauá).

A escola foi fundada por meio do Decreto nº 30.232 de 26 de junho de 2010, através da parceria firmada entre a SEDUC-AM e Fundação Amazônia Sustentável (FAS). A FAS é uma organização brasileira não governamental, sem fins lucrativos, de utilidade pública estadual e federal, criada em 20 de dezembro de 2007, por meio de uma parceria entre o Governo do Estado do Amazonas e empresas privadas. A sua missão é a de promover o envolvimento sustentável, a conservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida das comunidades ribeirinhas do estado do Amazonas (AMAZONAS, 2009).

Com uma proposta pedagógica inovadora, a Escola Estadual Cinthia Régia compõe um grupo de oito instituições espalhadas em todo o Estado do Amazonas, em seis municípios. O público alvo é composto pelo denominado caboclo ribeirinho, que reside em áreas rurais e vive em contato com a natureza. A proposta busca alternativas sustentáveis que garantam às gerações presentes e futuras a sobrevivência, sem causar prejuízos ao meio ambiente.

Buscando contextualizar as instituições que apresentam essas características, o Quadro 2 destaca as escolas e suas localizações geográficas, situando os municípios e as modalidades de ensino com as quais atuam:

Quadro 2 – Escolas estaduais instituídas numa perspectiva ambiental, localização geográfica e modalidade de ensino atendida

Município/escola	Localização geográfica	Modalidade de ensino
------------------	------------------------	----------------------

Carauari – 02 núcleos	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Cujubim	Cursos técnicos
Iranduba – 01 núcleo	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Negro	Ensino Fundamental e Ensino Médio
Itapiranga – 01 núcleo	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Negro	Ensino Fundamental e Ensino Médio
Manaus - 01 núcleo	APA do Rio Negro	Ensino Fundamental e Ensino Médio
Novo Aripuanã - 02 núcleo	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Juma	Ensino Fundamental e Ensino Médio
Uarini – 01 núcleo	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá	Ensino Fundamental e Ensino Médio

Fonte: FAS/SEDUC-AM (AMAZONAS, 2009). Quadro elaborado pelo autor.

De acordo com os dados apresentados no Quadro 2, os núcleos de desenvolvimento sustentável, como são denominados pelos moradores das comunidades, estão localizados em áreas de preservação ambiental. Eles são mantidos por organizações não governamentais que, juntamente com as pessoas que ali residem, realizam diversas ações educativas, voltadas para a sustentabilidade, o que torna viável a inserção de uma proposta pedagógica que tenha como princípio a educação ambiental.

Das oito unidades destacadas, apenas as escolas do município de Carauari não atendem o Ensino Fundamental e Ensino Médio, estando sob sua responsabilidade os cursos técnicos. Essas instituições são mantidas pelo governo do estado, através da SEDUC-AM e da Fundação Amazonas Sustentável, que financia projetos voltados à sustentabilidade, bem como investe na infraestrutura e na manutenção de materiais pedagógicos.

Assim, a Escola Estadual Cinthia Régia Gomes do Livramento apresenta uma estrutura em madeira em um modelo padrão peculiar à região amazônica, sendo ela composta por: seis salas de aula, um Laboratório de Informática em funcionamento, uma Biblioteca, uma sala onde funciona a Secretaria, uma cozinha e dois banheiros. Localizada em uma comunidade polo, denominada de Punã, atende alunos de nove localidades vizinhas, que utilizam transporte escolar.

Além disso, ela atende o Ensino Fundamental (anos finais), e o Ensino Médio, por meio do Ensino Mediado por Tecnologia, implantado no ano de 2007 com o

propósito de oferecer às populações ribeirinhas a possibilidade de cursar o Ensino Médio.

Para melhor compreensão do contexto no qual a Escola Estadual Cinthia Régia Gomes do Livramento atua, a Tabela 6 destaca as comunidades com os seus respectivos alunos, assim como o nível de ensino que atende:

Tabela 6 – Demandas de alunos que vão de outras comunidades para estudar na Escola Cinthia Régia Gomes do Livramento no ano de 2016

Comunidades	Número de alunos por etapa de ensino		
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	EJA
Campo Novo	-	04	-
Caridade	-	06	02
Coady	06	15	-
Fonte de Luz	-	05	-
Ingá	-	02	02
São Sebastião	-	05	-
Santa Domícia	-	04	-
Saúde	-	02	-
Vila Soares	-	07	-

Fonte: Elaborada pelo autor, com base em dados da secretaria da escola (2016).

Conforme destacado anteriormente, a Tabela 6 apresenta os dados de alunos oriundos de outras localidades, que se deslocam por meio de transporte escolar fluvial para a Comunidade de Punã, onde está situada a Escola Estadual Cinthia Régia Gomes do Livramento. Como se observa, 60 alunos se deslocam de outras localidades para estudar na escola, estando a maioria na etapa de Ensino Médio. Nessa perspectiva, esses estudantes buscam concluir seus estudos, o que reforça a importância do trabalho realizado junto à sociedade uariniense, em particular a população ribeirinha.

A comunidade de Punã é um grande polo no município, com uma estrutura para atender as localidades vizinhas nas diversas áreas (saúde, educação, ação social, dentre outras). Ela se localiza às margens do Rio Solimões, estando a cerca de 6 quilômetros da sede do município, num percurso de cerca de uma hora e vinte minutos em barco com motor rabeta. Neste percurso, situam-se seis comunidades com demandas de transporte para os alunos que estudam na escola, pois nestas localidades são oferecidos apenas os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Até o ano de 2006, o Ensino Médio era ofertado apenas na sede dos municípios, o que dificultava a continuidade dos estudos dos residentes nas

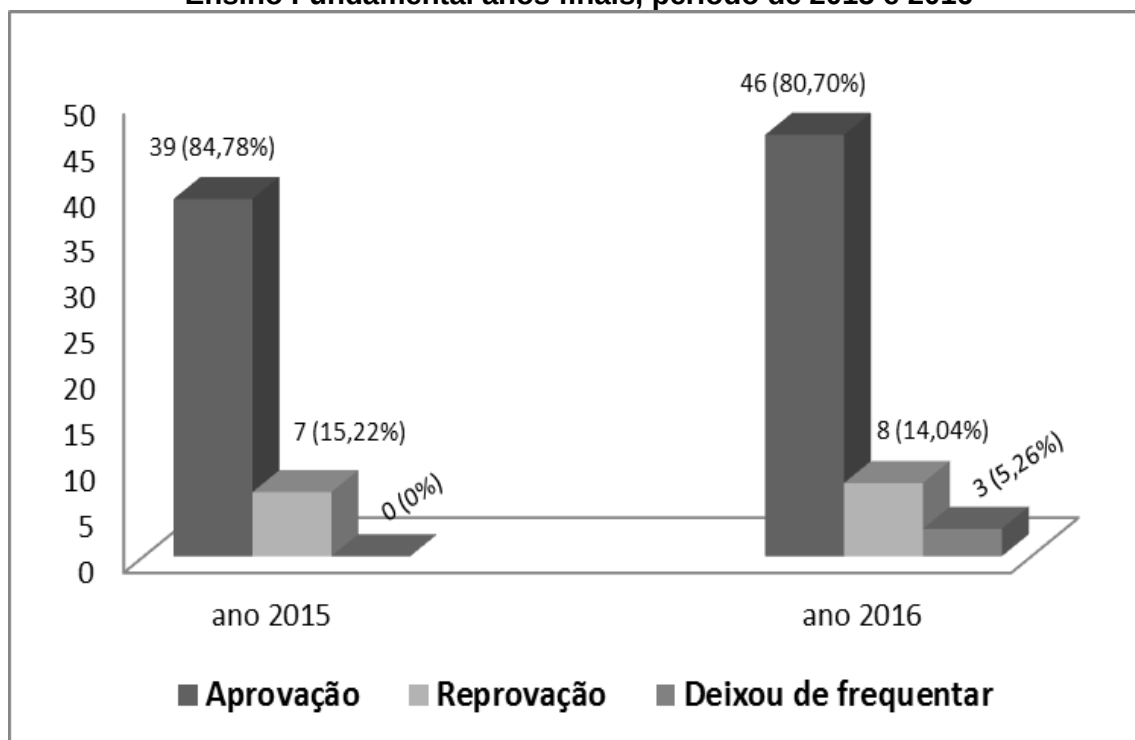
comunidades rurais. Com a utilização das tecnologias de comunicação e informação (TIC), capazes de transmitir e receber dados por meio de satélite, o estado buscou cumprir os dispositivos legais que determinam a obrigatoriedade da oferta do Ensino Médio à população.

Em 2010, quando iniciou suas atividades, a escola atendia apenas ao Ensino Médio, funcionando no turno noturno. Em 2011, passou a atender também à EJA, com o Ensino Fundamental Anos Finais, com professor presencial. A partir de 2014, a escola inicia o atendimento ao Ensino Fundamental Anos Finais, através da mediação tecnológica, funcionando no turno vespertino.

De acordo com o Censo Escolar de 2016 (AMAZONAS, 2016a), a escola atende à uma demanda de 197 alunos, distribuídos nos turnos vespertino e noturno, sendo 57 discentes do Ensino Fundamental Anos Finais; 108 do Ensino Médio; e 32 da EJA. Essa demanda é composta, em sua maioria, por filhos de agricultores, e chefes de famílias que retiram da terra a sua subsistência.

Apesar de se apresentar num contexto desafiador, e atendendo à uma demanda com características específicas, a escola tem buscado cumprir com o seu papel social, apresentando bons resultados nos índices de aprovação e evasão escolar. Porém, há um elevado percentual de reprovação, quando se analisa a demanda atendida pela escola, conforme apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Taxa de aprovação, reprovação e evasão, Escola Estadual Cinthia Régia, Ensino Fundamental anos finais, período de 2015 e 2016



Fonte: SIGEAM (AMAZONAS, 2016a). Gráfico elaborado pelo autor.

Como é possível observar, a escola apresentou uma leve queda no percentual de aprovação, cerca de 4% no período de 2015 para 2016. Em relação à reprovação, percebe-se que o número se manteve estável, havendo redução de 1% em 2016. Quanto ao percentual de evasão, houve um aumento de 5% no ano de 2016.

Esses dados demonstram que a baixa participação dos alunos nas avaliações do SADEAM, de 61, 3% na edição de 2015, não tem relação com os índices de aprovação, reprovação e evasão escolar, pois no período de realização das provas, 95% dos alunos estavam estudando.

A Escola Estadual Cinthia Régia Gomes do Livramento possui um corpo docente formado por 11 professores que atuam de forma presencial em sala de aula. A escola não possui secretário nem apoio pedagógico. Para melhor compreensão do corpo docente da escola, a Tabela 7 apresenta um perfil dos professores, com as suas respectivas áreas de formação:

Tabela 7 – Formação dos professores presenciais da Escola Estadual Cinthia Régia Gomes do Livramento em 2016

CURSO SUPERIOR	TOTAL DE PROFESSORES
Licenciatura Plena em Pedagogia	02
Licenciatura Plena em Letras	01
Normal Superior	08
TOTAL	11

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados do SIGEAM (AMAZONAS, 2016a).

Como se pode perceber na Tabela 7, a maioria dos professores presenciais que atuam na escola possui formação em Normal Superior, fator que pode estar associado a uma das exigências do projeto, que é residir na mesma comunidade em que prestará serviços. Outra questão associada a esses dados, relacionada também à Escola Edson Melo, diz respeito ao programa do Governo do Estado PROFORMAR, que licenciou em Normal Superior um número significativo de professores que atuavam nas comunidades rurais.

A escola possui um quadro docente que se altera a cada dois anos, tendo em vista que todos os professores são do Processo Seletivo Simplificado (PSS) da SEDUC-AM, o que representa um dos desafios enfrentados e que pode, de certa forma, refletir nos resultados das avaliações externas do SADEAM. Porém, desde a sua fundação no ano de 2010, a escola é dirigida pelo mesmo gestor.

A Fundação Amazônia Sustentável (FAS), em parceria com a SEDUC/AM, desenvolve projetos pedagógicos voltados para a sustentabilidade, como a Horta Escolar; a Reutilização e Reaproveitamento de Resíduos Sólidos; o Reflorestamento e Uso Sustentável dos Recursos Naturais; a Biblioteca Aberta; e o Intercâmbio de Saberes.

A escola participa, em todos os anos, da seleção de projetos pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Amazonas (FAPEAM), do Programa Ciências na Escola (PCE). Dessa forma, aprova a uma média de três projetos por ano, nos quais os principais agentes são alunos que desenvolvem, juntamente com o professor/coordenador, uma pesquisa científica com base em dados sobre a realidade da escola.

Em 2016, foi implantado o projeto de criação de abelhas que, conjuntamente com as demais ações, torna a escola um espaço de produção de aprendizagem significativa, onde os discentes são os principais agentes do processo, sendo coautores na construção do conhecimento. Nesse sentido, valorizam os saberes que mantém viva a esperança de se construir uma sociedade ecologicamente correta.

Na seção seguinte, será apresentado o desempenho dos alunos nas avaliações externas do SADEAM na disciplina de Matemática, com destaque para as escolas que são objetos de estudo da pesquisa.

1.4 RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES DO SADEAM EM MATEMÁTICA

As duas escolas estaduais, objetos de estudo desta pesquisa, apresentam características diferenciadas, por se localizarem em espaços com peculiaridades próprias. A escola estadual Edson Melo se situa na zona urbana e sua clientela é formada, em sua maioria, pelo ensino regular, sendo que cerca de 95% residem na sede do município. Já a escola estadual Cinthia Régia Gomes do Livramento possui características de escolas do campo, num contexto marcado por desafios geográficos. Nesse sentido, atua por meio do Ensino Mediado por Tecnologia, tendo uma clientela formada por cerca de 40% de alunos de outras localidades.

As escolas seguem as mesmas normas estabelecidas pela SEDUC-AM e foram concebidas para o atendimento regular em três turnos: matutino, vespertino e noturno, forma de atendimento seguido pela maioria das escolas da rede, haja vista que existem as escolas em tempo integral, onde o aluno frequenta as atividades escolares no turno diurno.

Além disso, a proposta pedagógica curricular do Ensino Fundamental do 6º ao 9º e Ensino Médio da Rede Estadual de Educação do Amazonas tem como perspectiva

vincular o conhecimento a aquisição de competências, consolidando a preparação para o exercício da cidadania e propiciando formação básica para o trabalho, a luz da LDB e das Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental e Ensino Médio (AMAZONAS, 2004, p. 13).

É a partir da proposta curricular da rede estadual de ensino do Amazonas que as escolas nortearão suas atividades pedagógicas. A partir dela, sistematizam os conteúdos que serão ministrados no decorrer de cada etapa de ensino, bem como definem que habilidades devem ser desenvolvidas para que os alunos sejam capazes de exercer a sua cidadania de forma plena.

Um dos desafios é garantir o acesso e a permanência do aluno na escola, dando condições para que aprendam e esse aprendizado seja significativo, útil em

sua vida em sociedade, proporcionando, assim, uma educação pública de qualidade. Isto implica em compreender até que ponto a educação ofertada à população atende às suas reais expectativas, o que torna relevante os Sistemas de Avaliação de Desempenho (SAD), num momento em que as demandas do mundo contemporâneo exigem mudanças nos sistemas educacionais.

As escolas estaduais do município de Uarini/AM, que atuam com os anos finais do ensino fundamental, participam das avaliações do SADEAM nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, cabendo às escolas se apropriarem dos resultados, interpretando-os junto à comunidade escolar. Nesse contexto, a disciplina de Matemática será destacada nesta seção, focando nos resultados do 7º ano do Ensino Fundamental das escolas estaduais Edson Melo e Cinthia Régia Gomes do Livramento, tendo como referência a escala de proficiência e destacando os padrões de desempenho, além do percentual de participação dos alunos.

As escolas selecionadas para a pesquisa apresentam média de proficiência, bem como o percentual de participação nas avaliações externas do SADEAM na disciplina de Matemática, abaixo da média da Rede Estadual de Educação. Para uma melhor compreensão desta situação, a Tabela 8 destaca as médias de proficiência da rede estadual de ensino e das escolas investigadas, nos anos de 2012, 2013 e 2015.

Tabela 8 - Resultados das médias de proficiência da Rede Estadual de Ensino e das escolas pesquisadas no SADEAM 2012, 2013 e 2015 – 7º ano do Ensino Fundamental – Matemática

ESCOLAS	SADEAM 2012	SADEAM 2013	SADEAM 2015
Escola Estadual Edson Melo	195,2	197,1	204,4
E. E. Cinthia Régia Gomes do Livramento	---	---	181,1
Coordenadoria Regional	195,2	197,1	200,1
Rede Estadual	211,8	211,7	220,7

Fonte: SADEAM (AMAZONAS, 2016a). Tabela elaborada pelo autor.

Como se observa, a Escola Estadual Cinthia Régia Gomes do Livramento participou pela primeira vez das avaliações do SADEAM com o 7º ano do Ensino Fundamental em 2015, e apresentou uma proficiência bem abaixo da Escola Estadual Edson Melo, assim como da Rede Estadual de Educação do Amazonas. Em contrapartida, a Escola Estadual Edson Melo apresentou um aumento de cerca de 9 pontos, no entanto, está 16 pontos abaixo da média da rede estadual.

Nas edições de 2012 e 2013, a proficiência média da Coordenadoria Regional é a mesma da Escola Estadual Edson Melo, por ser a única escola que atendia essa etapa de ensino na rede estadual de ensino. Em 2015, a proficiência da Coordenadoria Regional é resultado da média das escolas estaduais Edson Melo e Cinthia Régia Gomes do Livramento.

Outro aspecto que merece destaque, além da média de proficiência, é a distribuição dos alunos por padrão de desempenho em ambas as escolas. Os resultados de proficiência, aferidos no SADEAM, são agrupados em Padrões de Desempenho. Eles são definidos através de cortes numéricos que agrupam os níveis de proficiência, definindo um perfil para cada escola. Esses cortes dão origem a quatro Padrões de Desempenho: Abaixo do Básico, Básico, Proficiente e Avançado.

Essa distribuição apresenta o percentual de alunos que realizaram os testes nas áreas de conhecimentos avaliadas, levando em consideração as habilidades e competências aferidas na matriz de referência. Cada item avaliado constitui uma habilidade e, dependendo dos erros e acertos, são classificados nos padrões de desempenho abaixo do básico, básico, proficiente e avançado. A proficiência média de cada escola é resultado do percentual de alunos em cada padrão de desempenho, que são caracterizados, conforme descrito no Quadro 13:

Quadro 3 – Caracterização dos Padrões de Desempenho do SADEAM

(continua)

PADRÃO DE DESEMPENHO	CARACTERIZAÇÃO
ABAIXO DO BÁSICO	Neste Padrão de Desempenho, o aluno demonstra carência de aprendizagem do que é previsto para a sua etapa de escolaridade. Ele fica abaixo do esperado, na maioria das vezes, tanto no que diz respeito à compreensão do que é abordado quanto na execução de tarefas e avaliações. Por isso, é necessária uma intervenção focada, para que possa progredir em seu processo de aprendizagem.
BÁSICO	O aluno que se encontra neste Padrão de Desempenho demonstra ter aprendido o mínimo do que é proposto para o seu ano escolar. Neste nível, ele já iniciou um processo de sistematização e domínio das habilidades consideradas básicas e essenciais ao período de escolarização em que se encontra.

Quadro 3 – Caracterização dos Padrões de Desempenho do SADEAM

(conclusão)

PADRÃO DE DESEMPENHO	CARACTERIZAÇÃO
PROFICIENTE	Neste Padrão de Desempenho, o aluno demonstra ter adquirido um conhecimento apropriado e substancial ao que é previsto para a sua etapa de escolaridade. Neste nível, ele domina um maior leque de habilidades, tanto no que diz respeito à quantidade quanto à complexidade, as quais exigem um refinamento dos processos cognitivos nelas envolvidos.
AVANÇADO	O aluno que atingiu este Padrão de Desempenho revela ter desenvolvido habilidades mais sofisticadas e demonstra ter um aprendizado superior ao que é previsto para o seu ano escolar. O desempenho desse aluno nas tarefas e avaliações propostas supera o esperado e, ao ser estimulado, pode ir além das expectativas traçadas.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações do CAEd (2017).

Conforme destacado no Quadro 3, os Padrões de Desempenho permitem uma interpretação pedagógica das habilidades desenvolvidas pelos alunos entre os diferentes níveis, que vão do mais baixo ao mais elevado. Por meio deles, é possível verificar até que ponto o aluno adquiriu os conhecimentos necessários, relevantes e substanciais do que é previsto para a sua etapa de escolaridade, tendo em vista as habilidades aferidas na matriz de referência. Nesse sentido, é importante estar atento para o percentual de alunos que se encontram nos níveis mais baixos, neste caso, nos padrões abaixo do básico e básico, pois são mais vulneráveis ao insucesso escolar.

Essa caracterização “corresponde a intervalos numéricos estabelecidos na Escala de Proficiência. Esses intervalos são denominados Níveis de Desempenho e um agrupamento de níveis consiste em um Padrão de Desempenho” (AMAZONAS, 2015, p. 26). O Quadro 4 apresenta o intervalo entre os Níveis de Proficiência na disciplina de Matemática no 7º ano do Ensino Fundamental:

Quadro 4 – Padrões de Desempenho por Nível de Proficiência Matemática 7º ano do Ensino Fundamental

PADRÕES DE DESEMPENHO	INTERVALOS
ABAIXO DO BÁSICO	Até 200 pontos
BÁSICO	De 200 a 250 pontos
PROFICIENTE	De 250 a 325 pontos
AVANÇADO	Acima de 325 pontos

Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações da Revista Pedagógica SADEAM (AMAZONAS, 2015b).

Analisando o Quadro 4, é possível destacar que o intervalo de um Nível de Proficiência para outro varia a cada 50 pontos, segundo as competências aferidas em cada item avaliado, distribuídas nos Padrões de Desempenho Abaixo do Básico, Básico, Proficiente e Avançado, caracterizando cada unidade educacional a partir dos seus resultados. Para uma melhor compreensão e comparação entre as duas escolas, tendo como referência a escala de proficiência da Rede Estadual de Educação, a Figura 1 apresenta a distribuição dos alunos por padrão de desempenho na disciplina de Matemática, nos anos de 2012, 2013 e 2015.

Figura 1 – Distribuição dos alunos por padrão de desempenho nas duas escolas e na Rede Estadual de Educação do Amazonas – 7º ano – Matemática SADEAM 2012, 2013 e 2015

(continua)

Escola/Instituição	Distribuição dos alunos por padrão de desempenho				
Rede Estadual	2012	211.8	39,3	45,0	15,4 0,3
	2013	211.7	40,8	41,7	17,1 0,4
	2015	220.7	30,8	46,8	21,6 0,8
Coordenadoria Regional	2012	195.2	59,8	37,9	2,3
	2013	197.1	54,1	35,7	10,2
	2015	200.1	51,0	42,3	6,7
Escola Edson Melo	2012	195.2	59,8	37,9	2,3
	2013	197.1	54,1	35,7	10,2
	2015	204.4	47,1	44,7	8,2



Fonte: Amazonas (2016b). Adaptado pelo autor.

Como se observa na Figura 1, o resultado da proficiência dos alunos do 7º ano do Ensino Fundamental, na disciplina de Matemática, se apresenta em um cenário preocupante em ambas as escolas, o que é refletido nos resultados da Coordenadoria Regional de Educação de Uarini. Os resultados das duas escolas, assim como o da coordenadoria, estão com percentuais de alunos acima da rede estadual, quando se tem como referência os padrões de desempenho abaixo do básico e básico.

Com um olhar específico sobre a Escola Estadual Edson Melo, percebe-se que nas últimas edições, ela conseguiu reduzir o percentual de alunos no padrão de desempenho abaixo do básico. Em 2012, apresentava um percentual de 59,8%, sendo reduzido para 54,1% em 2013 e, conseqüentemente, 47,1% na edição de 2015. Porém, está acima da rede estadual, que em 2015 apresentou um percentual de 30,8% de alunos no padrão de desempenho abaixo do básico.

Podemos observar, ainda, mudanças nos padrões de desempenho básico e proficiente na Escola Estadual Edson Melo. Em 2013, 35,7% dos alunos se encontravam no padrão de desempenho básico. Já na edição de 2015, esse índice subiu para 44,7%. Da mesma forma, no padrão de desempenho proficiente, houve uma queda de 10,2% em 2013 para 8,2% em 2015.

No caso da Escola Estadual Cinthia Régia Gomes do Livramento, como já foi mencionado, que participou pela primeira das avaliações do SADEAM, os resultados não são satisfatórios. Nota-se que no padrão de desempenho abaixo do básico, o percentual de alunos é de 68,4%, e 31,6% estão no padrão de desempenho básico. Esse resultado reflete diretamente o desempenho da coordenadoria, que apresentou uma leve redução no percentual de alunos no padrão de desempenho abaixo do

básico, uma vez que em 2013, o índice era de 54,1%, passando para 51,1% em 2015. Nos padrões de desempenho proficiente e avançado a escola apresenta percentuais de 0%.

Outro aspecto importante, ao analisar o resultado da escola, e que constitui o foco desta pesquisa, é o percentual de participação dos alunos nas avaliações externas, o que requer um estudo sistemático e processual da realidade educacional investigada. Essa é uma questão que merece destaque, tendo em vista a relevância dos dados que são elencados nas avaliações, e que servem de subsídios para a formulação de novas políticas públicas. Dessa forma, não se atentar para este dado pode gerar uma incoerência, podendo levar a decisões “que dizem respeito a alunos, professores e gestores, ou seja, de gestão educacional, sendo capazes de mudar vidas, ao serem tomados como media única no processo avaliativo”. (SILVEIRA; FERRON, 2012, p. 8).

O percentual de participação é um dado que é tratado pelo INEP na Prova Brasil como critério para que os resultados das escolas sejam divulgados. Em 2013, a Portaria nº 304 de 21 de junho determinou que para a divulgação dos resultados de desempenho de cada unidade escolar pública e de cada município, foi estabelecido o critério de participação mínima de 50% nas provas, em relação ao número de matrículas declaradas ao Censo Escolar de 2013 (BRASIL, 2013).

Na edição seguinte, realizada em 2015, o INEP, por meio da Portaria nº 174, de 13 de maio, apresenta uma mudança significativa em relação ao percentual de participação dos alunos na ANRESC/Prova Brasil para que os resultados sejam divulgados, definindo que escolas e municípios terão os resultados das avaliações divulgados se houver participação mínima de 80% de sua clientela em relação ao número de matrículas declaradas ao Censo Escolar de 2015 (BRASIL, 2015).

Essa mudança direcionou para o SADEAM uma nova perspectiva em relação aos critérios de participação nas avaliações externas, definindo que para se aferir dados fidedignos, é necessária participação mínima de 80% dos alunos na série/ano avaliada, seguindo o que determina o INEP. Para uma análise mais detalhada desta questão, a Tabela 9 apresenta o percentual de participação dos alunos do 7º ano do Ensino Fundamental das duas escolas objeto de estudo da pesquisa, bem como da rede estadual de ensino nas edições do SADEAM de 2012, 2013 e 2015 na disciplina de Matemática.

Tabela 9 – Padrões de Desempenho e Percentual de Participação no SADEAM em Matemática do 7º ano do Ensino Fundamental das escolas estaduais do município de Uarini

Escola	Edição	Padrão de desempenho	Alunos previstos	Alunos efetivos	Participação %
Escola Edson Melo	2012	Abaixo do básico	122	87	71,3
	2013	Abaixo do básico	151	98	64,9
	2015	Básico	117	85	72,6
Escola Cinthia Régia	2015	Abaixo do básico	31	19	61,3
Coordenadoria Regional	2012	Abaixo do básico	122	87	71,3
	2013	Abaixo do básico	151	98	64,9
	2015	Abaixo do básico	148	104	70,3
Rede Estadual	2012	Básico	43.815	35.456	80,9
	2013	Básico	42.365	33.259	78,5
	2015	Básico	38.770	32.535	83,9

Fonte: SADEAM (AMAZONAS, 2016b). Tabela elaborada pelo autor.

Ao analisar a Tabela 9, é possível observar que na disciplina de Matemática, a Escola Estadual Edson Melo avançou do padrão de desempenho abaixo do básico para o básico. Em relação ao percentual de participação, dado significativo nesta pesquisa, ao analisar as três últimas edições do SADEAM, é possível aferir que em 2012, tanto a escola como a coordenadoria apresentaram um percentual de participação de 71,3, reduzindo este indicador para 64,9 em 2013, elevando para 72,6 e 70,3 o índice de participação da escola e da coordenadoria em 2015.

Cabe destacar que a Rede Estadual de Ensino do Amazonas, nas edições do SADEAM de 2012, 2013 e 2015, não apresentou avanços significativos que possibilitassem uma mudança de padrão de desempenho, como se observa na Tabela 9, mantendo-se no Básico nas três últimas edições. A Coordenadoria Regional de Ensino do município de Uarini, por sua vez, apresenta-se no padrão de desempenho abaixo do básico nas edições do SADEAM de 2012, 2013 e 2015.

Na edição de 2015, surge um dado novo, que reflete nos resultados da Coordenadoria Regional de Educação de Uarini, o percentual de participação da Escola Estadual Cinthia Régia Gomes do Livramento, que participa pela primeira vez do SADEAM com o 7º ano do Ensino Fundamental. Nessa perspectiva, apresentou um padrão de desempenho abaixo do básico e com percentual de participação de 61,3%, abaixo da Escola Estadual Edson Melo.

Quando se compara os resultados das escolas e da coordenadoria com a Rede Estadual de Educação do Amazonas, é possível afirmar que nas últimas edições do SADEAM, apresentaram percentual de participação abaixo da média da

rede estadual, com 78,5%, e 83,9% nas edições de 2013 e 2015 respectivamente, evidenciando-se dessa forma, como uma questão a ser investigada.

A próxima seção apresenta os resultados do SADEAM na disciplina de Língua Portuguesa do 7º ano do Ensino Fundamental das duas escolas estaduais do município de Uarini, tendo como referência a Rede Estadual de Educação do Amazonas.

1.5 RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES DO SADEAM EM LÍNGUA PORTUGUESA

A disciplina de Língua Portuguesa, um dos componentes curriculares obrigatórios da educação básica, faz parte da área de linguagens, sendo assegurada legalmente pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 210, § 2º (BRASIL, 1988), e pela LDB, artigo 26 (BRASIL, 1996). Ambas destacam que o currículo da base nacional comum do Ensino Fundamental deve abranger, obrigatoriamente, o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, além do conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente a do Brasil, bem como o ensino da Arte, Educação Física e o Ensino Religioso (Constituição Federal, art. 210, §2º, e art. 32, §3º da LDB) (BRASIL, 1988).

Nas avaliações externas do SADEAM, a disciplina de Língua Portuguesa é utilizada nos testes em todas as etapas de ensino da educação básica e na modalidade da EJA, tendo como base as habilidades descritas na matriz de referência, que é um recorte do currículo escolar.

Assim, as escolas objeto de estudo da pesquisa participam de cada edição das avaliações do SADEAM na disciplina de Língua Portuguesa, e os resultados são apresentados através da escala de proficiência, destacando o percentual de alunos em cada padrão de desempenho. Além disso, também é apresentado a proficiência média, que classifica a escola como Abaixo do Básico, Básico, Proficiente e Avançado e, por último, também é demonstrado o percentual de participação.

A seguir, será apresentada a Tabela 10, que destaca a média de proficiência em Língua Portuguesa do 7º ano do Ensino Fundamental da Rede Estadual de Ensino do Amazonas e das duas escolas pesquisadas.

Tabela 10 - Resultados das médias de proficiência da Rede Estadual de Ensino e das escolas pesquisadas no SADEAM 2012, 2013 e 2015 – 7º ano do Ensino Fundamental – Língua Portuguesa

ESCOLAS	SADEAM 2012	SADEAM 2013	SADEAM 2015
Escola Estadual Edson Melo	189,9	188,7	190,4
Escola Estadual Cinthia Régia Gomes do Livramento	–	–	174,5
Coordenadoria Regional	189,9	188,7	187,5
Rede Estadual	206,3	206,6	215,9

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis em SADEAM (AMAZONAS, 2016b).

De acordo com os dados da Tabela 10, a média de proficiência da Coordenadoria Regional de Educação do município de Uarini se encontra abaixo da média da rede estadual de ensino, em 2012, 2013 e 2015, mantendo-se praticamente estável. Já a rede estadual, de 2014 para 2015, cresceu 9,3 pontos percentuais.

A Escola Estadual Edson Melo, em 2013, apresentava uma proficiência média de 188,7 e passou para 190,4 em 2015. Porém, estava abaixo da média da Rede Estadual de Educação do Amazonas. Por sua vez, a Escola Estadual Cinthia Régia Gomes do Livramento, como já foi destacado, participou pela primeira vez das avaliações externas do SADEAM, com o 7º ano do Ensino Fundamental, e obteve resultado bem abaixo da média do estado. O Quadro 6 apresenta os intervalos dos níveis de proficiência na disciplina de Língua Portuguesa, no 7º ano do Ensino Fundamental.

Quadro 6 – Padrões de Desempenho por Nível de Proficiência Língua Portuguesa 7º ano do Ensino Fundamental

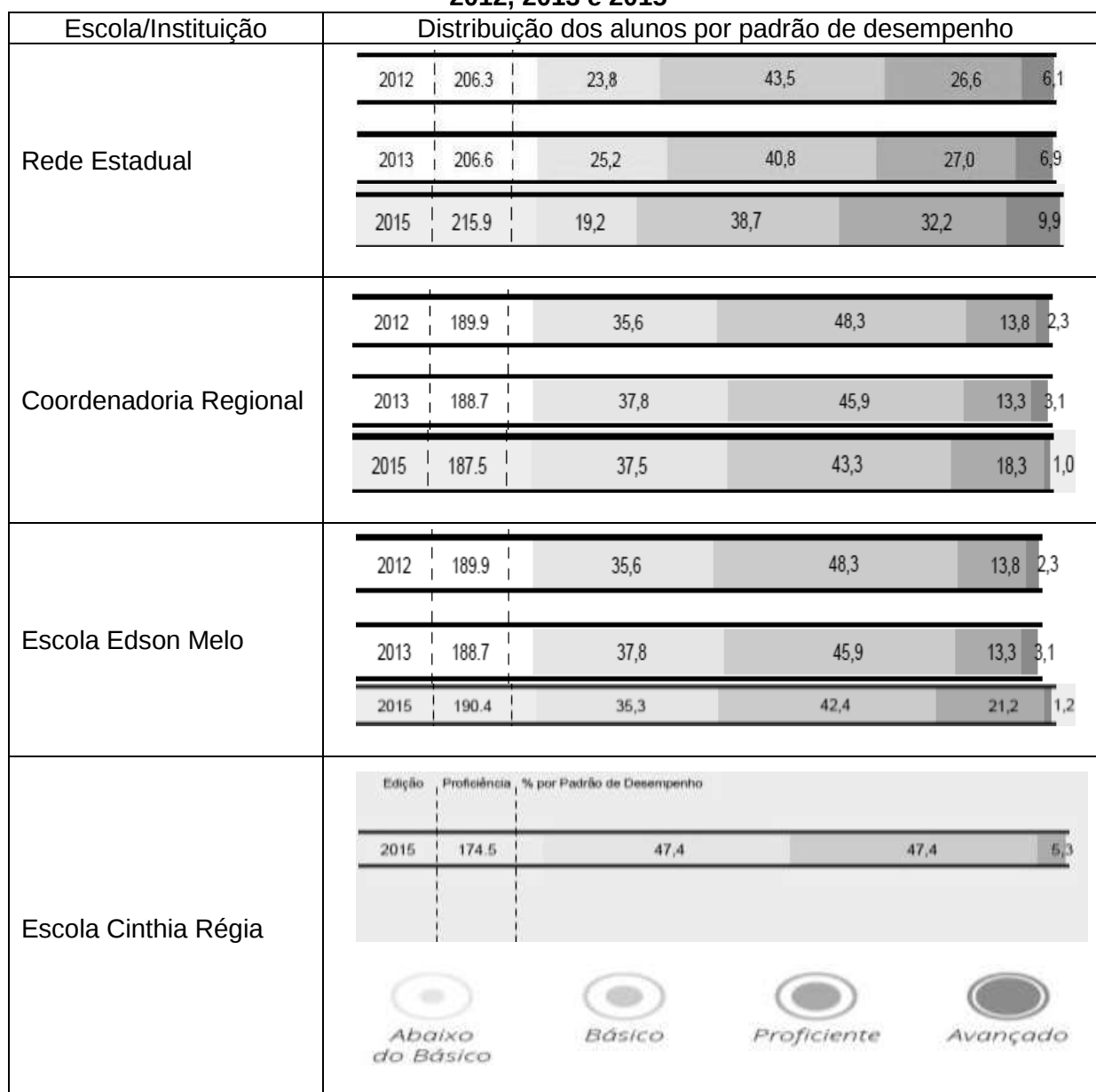
PADRÕES DE DESEMPENHO	INTERVALOS
ABAIXO DO BÁSICO	Até 175 pontos
BÁSICO	De 175 a 225 pontos
PROFICIENTE	De 225 a 275 pontos
AVANÇADO	Acima de 275 pontos

Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações da Revista Pedagógica SADEAM (AMAZONAS, 2015b).

Assim como na disciplina de Matemática, em Língua Portuguesa cada nível de proficiência apresenta um intervalo de 50 pontos, porém, com valores menores. Esses níveis constituem a base da construção de indicadores educacionais, que caracterizam as escolas em um dos padrões de desempenho.

Para que se tenha uma melhor compreensão da situação das duas escolas destacadas na pesquisa, em relação ao desempenho dos alunos do 7º ano do Ensino Fundamental nas avaliações do SADEAM na disciplina de Língua Portuguesa, a Figura 2 apresenta as escalas de proficiência, com a distribuição dos alunos nos padrões de desempenho.

Figura 2 – Distribuição dos alunos por padrão de desempenho nas duas escolas e na Rede Estadual de Educação do Amazonas – 7º ano – Língua Portuguesa – SADEAM 2012, 2013 e 2015



Fonte: Amazonas (2016b). Adaptado pelo autor.

Conforme destacado, a Figura 2 apresenta a distribuição dos alunos nos padrões de desempenho, com foco nas médias de proficiência na disciplina de

Língua Portuguesa do 7º ano do Ensino Fundamental das escolas estaduais pertencentes a Coordenadoria Regional de Uarini. Quando se analisa o percentual de alunos distribuídos nos padrões de desempenho, sobretudo o abaixo do básico e básico, é possível averiguar um melhor desempenho em Língua Portuguesa em relação à Matemática, no entanto, o resultado está abaixo da média da Rede Estadual de Educação.

Em 2012, a coordenadoria apresentou a distribuição percentual de 35,6 no padrão de desempenho abaixo do básico e 48,3 no básico, enquanto que a rede estadual apresentou 23,8 no padrão de desempenho abaixo do básico e 43,5 no básico. Na edição seguinte, no ano de 2013, a coordenadoria regional aferiu uma média de 37,8 no padrão de desempenho abaixo do básico e 45,9 no básico. Por outro lado, a rede estadual teve os resultados de 25,2 e 40,8 nos padrões de desempenho abaixo do básico e básico respectivamente.

Em 2015, a Escola Cinthia Régia Gomes do Livramento participou pela primeira vez com o 7º ano do Ensino Fundamental nas avaliações do SADEAM na disciplina de Língua Portuguesa, e seu desempenho refletiu no resultado da coordenadoria, que apresentou uma distribuição percentual de 37,5 no padrão de desempenho abaixo do básico e 43,3 no básico, enquanto que a rede estadual aferiu um percentual de 19,2 no padrão de desempenho abaixo do básico e 38,7 no básico.

O percentual de participação dos alunos nas avaliações do SADEAM é aferido, levando em consideração o quantitativo de alunos que efetivamente fizeram as provas. No ensino fundamental, os testes de Língua Portuguesa e Matemática são realizados em um único dia, logo, o percentual de participação é o mesmo nas duas disciplinas avaliadas.

Nesta perspectiva, o percentual de participação dos alunos na Escola Estadual Edson Melo em Língua Portuguesa se constituiu em 71,3% em 2012; 64,9% em 2013; e 72,6% na edição de 2015. Já a Escola Estadual Cinthia Régia Gomes do Livramento apresentou um percentual de 61,3% no ano de 2015. Em relação aos resultados da coordenadoria, nas edições de 2012 e 2013, o índice de participação é o mesmo apresentado pela escola Edson Melo. Em 2015, o percentual foi de 70,3%.

Para uma melhor compreensão da dimensão do caso que se apresenta, a Tabela 11 destaca o *ranking* dos 10 municípios do estado do Amazonas,

representados pelos resultados das Coordenadorias Regionais de Educação, com os piores índices de participação nas avaliações do SADEAM em 2012, 2013 e 2015 no 7º ano do Ensino Fundamental.

Tabela 11 - Percentual de participação dos 10 municípios com piores índices de participação da rede estadual de ensino, 7º ano do Ensino Fundamental nas edições do SADEAM de 2012, 2013 e 2015

EDIÇÕES					
2012		2013		2015	
Município	Participação %	Município	Participação %	Município	Participação %
Barcelos	76,0	Santa Izabel do Rio Negro	79,1	Maués	79,1
Careiro	74,6	Tabatinga	79,0	Borba	79,0
Canutama	72,8	Pauini	78,6	Pauini	78,8
Uarini	71,3	Japurá	77,6	Amaturá	78,6
Jutai	70,4	Careiro	73,8	Maraã	74,0
Atalaia do Norte	67,7	Amaturá	69,2	Jutaí	72,9
Rio Preto da Eva	67,2	Maraã	65,5	Atalaia do Norte	70,4
Maraã	67,1	Atalaia do Norte	65,1	Uarini	70,3
Benjamim Constant	66,9	Uarini	64,9	Irlanduba	64,4
Anamã	58,6	Presidente Figueiredo	62,0	Juruá	61,5

Fonte: SADEAM (AMAZONAS, 2016a). Tabela elaborada pelo autor.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 11, é possível afirmar que, nas edições do SADEAM de 2012, 2013 e 2015, dos 62 municípios que participaram das avaliações, apenas três aparecem no ranking das 10 coordenadorias regionais com os piores índices de participação no 7º ano do Ensino Fundamental: Atalaia do Norte, Maraã e Uarini. Ambos apresentam uma queda de 2012 para 2013 e um leve aumento em 2015.

O município de Uarini-AM, foco do estudo da pesquisa, na edição de 2012 apresentou um percentual de participação de 71,3%, ocupando a 56ª posição. Em 2013, com um percentual de 64,9%, aparece na 61ª posição, estando à frente apenas do município de Presidente Figueiredo. Na edição seguinte, ano de 2015, apresentou uma participação de 70,3%, ocupando a 60ª posição no *ranking* à frente dos municípios de Irlanduba e Juruá.

É notória a evolução de municípios como Amaturá, que avançou de 69,2% em 2013 para 78,6% em 2015; e Pauini, que se manteve próximo dos 80% de

participação, com 78,6% em 2013 e 78,8% no ano de 2015. Outra observação relevante é o fato de a maioria das Coordenadorias Estaduais de Educação dos municípios apresentarem percentual de participação acima da meta estabelecida pelo INEP de 80%.

Em 2015, o primeiro município, ranqueado entre os 10 piores índices de participação, apresentou percentual de 79,1%, o que é significativo, tendo em vista que as avaliações do SADEAM são aplicadas nos 62 municípios que fazem parte do estado do Amazonas. Esse dado vem fundamentar o caso de gestão que ora se apresenta, evidenciando-se como algo que necessita de um processo investigativo.

Por outro lado, destacam-se os municípios com os melhores percentuais. A Tabela 12 apresenta os 10 municípios com os melhores percentuais de participação dos alunos do 7º ano do Ensino Fundamental nas avaliações externas do SADEAM nas edições de 2012, 2013 e 2015.

Tabela 12 - Percentual de participação dos 10 municípios com os melhores índices de participação da rede estadual de ensino, 7º ano do Ensino Fundamental nas edições do SADEAM de 2012, 2013 e 2015

EDIÇÕES					
2012		2013		2015	
Município	Participação %	Município	Participação %	Município	Participação %
Tapauá	97,6	Nhamundá	95,3	Nhamundá	97,5
Novo Airão	95,7	Canutama	93,9	Manaquiri	97,5
Nhamundá	93,9	Parintins	92,4	Anamá	97,1
Codajás	92,5	Manicoré	92,4	Itacoatiara	96,0
Juruá	91,5	Tapauá	92,4	Anori	95,5
Boa Vista do Ramos	91,3	Carauari	92,1	Manicoré	95,4
Manacapuru	91,2	Envira	92,1	Novo Aripuanã	95,1
Itacoatiara	90,9	Lábrea	91,9	São Paulo de Olivença	94,6
Santa Isabel do Rio Negro	90,5	Novo Airão	91,6	Envira	94,3
Ipixuna	90,5	Urucará	90,2	Santa Izabel do Rio Negro	94,1

Fonte: SADEAM (AMAZONAS, 2016a). Tabela elaborada pelo autor.

Ao analisar a Tabela 12, observa-se que os 10 municípios em destaque apresentam percentuais de participação acima de 90% nas três edições do SADEAM. É notória a evolução de alguns municípios como Canutama que em 2012

encontrava-se entre os 10 piores índices com 72,2% e na edição seguinte apresenta um percentual de 93,9%, que o coloca entre os 10 melhores ocupando a segunda posição na tabela 12. O município de Santa Izabel do Rio Negro é destaque nas três edições, onde em 2012 encontrava-se entre os 10 melhores percentuais com 90,5%, em 2013 entre os 10 piores com 79,1% e em 2015 volta a ocupar posição entre os que mais se destacaram em participação com percentual de 94,1%.

Destacam-se ainda os municípios de Anamá que em 2012 apresentou o pior índice de participação com 58,6% e em 2015 o terceiro melhor percentual com 97,1%. Já o município de Juruá, na edição de 2012, aparece entre os 10 melhores índices de participação com 91,5% e em 2015 apresenta queda considerável com percentual de 61,5% ocupando a última posição na tabela 11. Cabe destacar ainda, o município de Nhamundá que ocupa nas três edições posições significativas, onde em 2012 apresentou o terceiro melhor percentual e nos anos de 2013 e 2015 ocupa o primeiro lugar com o melhor percentual de participação.

Assim, percebe-se a necessidade de compreender o que leva os alunos a não participarem das avaliações externas, tendo em vista que o SADEAM é uma política da SEDUC-AM que faz parte da organização curricular das escolas estaduais, direcionando ações, como: aplicações de simulados, preparatórios no decorrer do ano letivo, bem como a distribuição de materiais adaptados para os alunos, com foco nos descritores do SADEAM, dentre outros.

Surgem, portanto, os seguintes questionamentos: como alunos, professores e equipe gestora enxergam a avaliação externa do SADEAM no contexto escolar? Que ações são implementadas pelas escolas, no sentido de sensibilizar os discentes a participarem das avaliações do SADEAM? Quais estratégias de ações foram adotadas para melhorar o percentual de participação dos alunos nas avaliações do SADEAM? Até que ponto os resultados das avaliações do SADEAM têm sido utilizados como instrumento de autorreflexão no âmbito escolar?

No segundo capítulo, analisaremos, por meio de pesquisas e coletas de dados fundamentados a partir de referenciais teóricos, os fatores que podem estar contribuindo para o baixo desempenho e para a baixa participação dos estudantes das duas escolas investigadas nas avaliações do SADEAM.

2 ANÁLISE, APROPRIAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS: AÇÕES REALIZADAS NA ESCOLA

A partir do que foi apresentado no capítulo 1, a expansão e consolidação das avaliações em larga escala no Brasil, influenciado pelo SAEB, levou estados e municípios a buscarem alternativas que possibilitassem um diagnóstico mais específico da realidade educacional de suas redes de ensino, corroborando para que o Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM) fosse implantado em 2008, a fim de atender o que determinava o “Plano de Metas Compromissos Todos pela Educação”, instituído pelo governo federal, com o objetivo de projetar metas para estados e municípios.

Nesta perspectiva, o SADEAM surgiu com a finalidade de contribuir substantivamente para o estabelecimento de diagnósticos sobre os problemas educacionais do estado do Amazonas, avaliando os estudantes da rede pública de ensino através de exames padronizados. Dessa forma, ele se apresentou como uma ferramenta fundamental para o desenho e para implementação de políticas públicas educacionais (AMAZONAS, 2015b).

Partindo do contexto macro, apresentamos as características da Coordenadoria Regional de Educação do município de Uarini, destacando as Escolas Estaduais Edson Melo e Cinthia Régia Gomes do Livramento, que são os objetos de estudos da pesquisa. Em relação às duas instituições, a proficiência média e os percentuais de participação dos alunos nas avaliações externas do SADEAM se encontravam abaixo da média da Rede Estadual de Ensino, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, no 7º ano do Ensino Fundamental, nas edições de 2012, 2013 e 2015.

Este capítulo está estruturado em três seções. Na primeira, abordaremos o referencial teórico, que permite uma reflexão sobre as avaliações externas como instrumento capaz de auxiliar as instituições educacionais na busca por melhorias no desempenho escolar dos alunos, em destaque o índice de participação como um indicador essencial.

Na segunda seção, apresentamos o percurso metodológico, destacando os instrumentos utilizados para a coleta de dados, bem como o que levou a escolha dessas ferramentas e sua importância para a pesquisa, tendo em vista o contexto em que os sujeitos estão inseridos e a percepção dos pesquisadores sobre o que

vivenciaram em campo. Dessa forma, serão descritos os percursos utilizados nas entrevistas semiestruturadas, que foram realizadas com professores e gestores das escolas em destaque, e a análise de dados das escolas, extraídos das revistas e sites do CAEd, além de demais documentos que possam contribuir para uma melhor compreensão da problemática.

A terceira e última seção é resultado do trabalho realizado na segunda etapa, que consiste no levantamento de dados. De posse desses instrumentos, é o momento de analisá-los, buscando as respostas para a baixa participação dos alunos nas avaliações externas do SADEAM, num cenário onde o baixo desempenho nas últimas edições se constitui um desafio para a Coordenadoria Regional de Educação do município de Uarini.

2.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS SOBRE AVALIAÇÃO EXTERNA: SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO EDUCACIONAL DO AMAZONAS

Esta seção visa apresentar o embasamento teórico acerca da problemática focada nesta dissertação, que é baseada em uma questão de grande relevância na educação da atualidade, sendo um importante instrumento para aferição da qualidade da educação.

Assim, apresentamos alguns estudos já realizados acerca da temática, a partir das concepções dos autores, a fim de auxiliar a análise dos dados coletados durante a pesquisa de campo. Além disso, serão elencados os fatores que contribuem para que as escolas estaduais do município de Uarini apresentem baixo desempenho e baixa participação nas avaliações externas do SADEAM.

Para Michel (2009, p. 41), a pesquisa bibliográfica “visa arregimentar informações, entender detalhadamente o assunto, para auxiliar na proposição da pesquisa, definição de problemas e objetivos”. Destacado desta forma, a pesquisa bibliográfica vem fundamentando cada etapa do trabalho, fornecendo informações essenciais para o entendimento e para a descrição do caso de gestão em estudo.

A fundamentação bibliográfica está estruturada em quatro eixos, sendo eles as ferramentas de análises do caso de gestão em estudo. Além disso, há um diálogo com teorias já existentes, o que contribui para a construção de caminhos que auxiliarão na efetivação das respostas para o problema que ora se apresenta, sendo o elo entre a realidade investigada e as hipóteses elencadas no percurso. Dessa

forma, serão utilizadas questões inerentes à experiência e às funções dos atores envolvidos na pesquisa, bem como aspectos relacionados à política de avaliação do estado do Amazonas, SADEAM. Nesta perspectiva, os eixos de análises são:

a) O SADEAM como indicador da qualidade da educação do Estado do Amazonas, cujo foco é analisar os elementos que são usados para aferir a qualidade da educação como o IDEAM, que combina o resultado do desempenho do estudante nos testes com os índices de aprovação, reprovação e evasão escolar em cada etapa de ensino. Numa dimensão mais específica, focar nos padrões de desempenho, que são as ferramentas da escala de proficiência do SADEAM, na qual estão implícitos conjuntos de habilidades e competências que caracterizam cada unidade educacional avaliada, a partir do desempenho dos seus estudantes;

b) A Gestão escolar, os reflexos de suas ações na construção de indicadores educacionais nas avaliações externas do SADEAM. Busca-se realizar uma reflexão acerca dos perfis dos gestores das duas escolas estaduais do município de Uarini, procurando entender a forma como enxergam essa modalidade de avaliação, bem como o tratamento dado aos resultados que chegam as escolas;

c) Interpretação, apropriação e utilização dos resultados das avaliações externas, cuja perspectiva é compreender a forma como os dados aferidos nas avaliações do SADEAM, que chegam à escola, são tratados junto aos agentes escolares. É questionado se tais resultados são utilizados na perspectiva de ressignificar a proposta pedagógica da escola e, conseqüentemente, a prática docente, tornando o processo ensino aprendizagem uma ação- reflexão -ação;

d) Relação entre o SADEAM e a prática docente dos professores, buscando compreender como se dá a relação entre o que é proposto pelo SADEAM e a prática pedagógica em sala de aula, tendo em vista que a matriz de referência representa um recorte do currículo escolar.

2.1.1 O SADEAM como indicador da qualidade da educação do Estado do Amazonas

As reformas educacionais, implementadas nas últimas décadas, têm direcionado às instituições escolares responsabilidades pela melhoria da qualidade de ensino. Nessa perspectiva, houve a abertura de caminhos para a efetivação de

estilos de gestão descentralizados, bem como aos esforços pela promoção de uma maior participação de outros atores nas iniciativas pela melhoria educacional.

A expansão de modelos de políticas públicas entre os países ocorreu numa proporção que, segundo Brooke (2012, p. 325), é comparável a um “incêndio florestal como se estivessem seguindo um receituário de políticas educacionais”, que fossem capazes de resolver os problemas educacionais presentes nas mais diversas sociedades, sem considerar os aspectos sociais e culturais.

Um movimento, que tem como pano de fundo a busca pela qualidade da educação e as políticas de avaliação em larga escala, passa a ocupar um lugar central nas agendas dos governos nos âmbitos nacional, estadual e municipal. Nesse sentido, o principal mecanismo de aferição dessa qualidade é através de testes padronizados, deslocando o foco da avaliação interna, realizada no interior da escola.

Para Oliveira (2000), a expansão das políticas de avaliação em larga escala, nas perspectivas que vivenciamos atualmente, está pautado em um movimento mais amplo de reformas educativas, que tem o seu marco na década de 1990, quando os governos começaram a produzir novas políticas governamentais de controle dos investimentos nas políticas educacionais.

[...] a década de noventa caracterizou-se pela dedicação de tempo, talento e recursos importantes às tarefas de modernizar a gestão dos sistemas de educação pública, oferecer a todos iguais oportunidades de acesso a uma educação de qualidade, fortalecer a profissão docente, aumentar o investimento educacional e abrir os sistemas de educação e ensino as demandas da sociedade. (GAJARDO, 2000 apud BROOKE, 2012, p. 333).

A efetivação desse novo modelo de avaliação, e sua expansão nos anos 1990, principalmente na América Latina, está presente no Quadro 7, que destaca alguns países e o ano de implantação dos seus respectivos sistemas de avaliação.

Quadro 7 – Ano de implantação dos sistemas de avaliação por país, América Latina

País	Ano de Implantação do Sistema
Argentina (SINEC)	1993
Bolívia (SIMECAL)	1996
Brasil (SAEB)	1993
Chile (SIMCE)	1988
Colômbia	1991
Costa Rica	1995
Cuba	1975
Honduras	1990
México	1994
Nicaragua (SINED)	1998
Paraguai	1996
República Dominicana	1992
El Salvador	1993
Uruguai	1996
Venezuela	1995

Fonte: Garjado (2012).

O Quadro 7 evidencia que a década de 1990 foi um momento no qual houve uma expansão significativa das avaliações externas na América Latina. Dos países em destaque, apenas Chile e Cuba não implantaram seus sistemas de avaliação na referida década, uma vez que foram estabelecidos nos anos de 1988 e 1975, respectivamente.

A expansão das avaliações em larga escala nesse período se tornou

uma área onde os avanços latino-americanos foram impressionantes, generalizando-se na região o uso de sistemas de aferição de resultados de aprendizado e avaliação de qualidade (BROOKE, 2012, p. 337).

A qualidade da educação é um dos princípios da Constituição Federal que, em seu artigo 206, Inciso VII, destaca que deverá ser garantido um padrão de qualidade, dando igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, como um direito de todos legalmente constituído, visando ao desenvolvimento integral dos sujeitos (BRASIL, 1988). Cabe destacar que o termo qualidade, no campo da educação, é complexo, possuindo diversas dimensões e significados,

sobretudo por se tratar de uma área com inúmeros desafios, na qual os principais atores são sujeitos com diferentes concepções e visões de mundo. Na concepção de Dourado, Oliveira e Santos (2007, p. 6):

[...] a Qualidade da Educação é definida envolvendo a relação entre os recursos materiais e humanos, bem como, a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula, ou seja, os processos ensino aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem com relação à aprendizagem das crianças, etc. A qualidade pode ser definida a partir dos resultados educativos, representados pelo desempenho do aluno.

Conforme destacado pelos autores, uma das definições de qualidade na educação está relacionada à busca constante pelo desempenho dos alunos e, conseqüente, das redes de ensino. Nesse sentido, os resultados são acompanhados através das avaliações em larga escala, que tem se apresentado como um elemento central nas discussões educacionais no Brasil, sendo alvo de uma série de críticas, que “muitas vezes estão relacionados à falta de compreensão no que diz respeito a seus objetivos, a seus limites e as suas possibilidades” (AMAZONAS, 2015b, p. 12).

Numa perspectiva controversa, o IDEB apresenta uma concepção de qualidade numa visão objetivista, com base em dois indicadores: taxas de aprovação; e desempenho dos alunos nas avaliações externas da escola ou da rede ensino. O Decreto nº 6.094/2007 apresenta a perspectiva do IDEB em relação ao potencial para indicar a qualidade da escola:

Art.3 – A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica – ANEB e a Avaliação Nacional Rendimento Escolar (Prova Brasil). (BRASIL, 2007b, p. 62).

Nesta direção, é notória a tentativa de agir sobre o problema da qualidade da educação, utilizando apenas indicadores isolados, sem considerar o contexto em que ocorre o processo ensino aprendizagem. Essa tentativa é uma consequência, muitas das vezes, de movimentos e reivindicações da sociedade frente ao fraco desempenho dos alunos em avaliações nacionais e internacionais. Por outro lado, há que se considerar algumas potencialidades do IDEB, principalmente,

[...] por conta de duas características: por facilitar uma apreensão mesmo que parcial da realidade educacional brasileira, ai destacada suas escolas, e sobretudo por articular dois elementos que há muito tempo parece ser antagônico: o aumento da aprovação e do desempenho, tópicos que não são, de forma alguma, estranhas ao processo escolar que se pretenda como qualidade (MACHADO; ALAVARSE, 2012, p. 7).

Refletir sobre a qualidade da educação implica, sobretudo, em compreender a função da escola na contemporaneidade, tendo em vista que ela assume distintos papéis, indo além de mera transmissora de conhecimento, com atribuições devidamente reconhecidas pela legislação educacional brasileira.

2.1.2 Gestão escolar, reflexos de suas ações na construção de indicadores educacionais nas avaliações externas do SADEAM

Na conjuntura atual que se apresenta a educação pública brasileira, é notória a importância atribuída à gestão para a efetivação da tão almejada qualidade educacional. Esse é um campo sobre o qual estudiosos de diversas áreas do saber têm se debruçado, elencando teorias que buscam traçar modelos geridos nas organizações educativas, a fim de responder “as demandas decorrentes das transformações globais pelas quais a sociedade passa em todos os seus aspectos” (OLIVEIRA, 2008, 71). A gestão escolar deve se preparar para lidar com essas transformações, que envolvem também o contexto escolar.

É importante salientar que o termo “gestão educacional” surgiu, de acordo com Luck (2002), em substituição a expressão “administração educacional”, para representar um novo paradigma, que busca definir novas ideias, em que as relações que se estabelecem no contexto interno e externo das instituições surgem como um instrumento dialético, com potencial de gerir os conflitos entre os atores escolares. Para a autora, a gestão não se propõe a depreciar a administração, mas sim a superar suas limitações de enfoque simplificado e reduzido, e a redimensioná-la.

A gestão não prescinde nem elimina a administração educacional. Apenas a supera, dando a esta um novo significado, mais abrangente e de caráter potencialmente transformador. Daí porque ações propriamente administrativas continuaram a fazer parte do

trabalho dos dirigentes de organizações de ensino, como controle de recursos, de tempo, etc. (LUCK, 2002, p. 5).

Tal concepção vem se desenhando de forma mais incisiva nas últimas décadas, assumindo novas roupagens, uma vez que se discute “a adaptação de modelos da área da administração para o contexto da educação” (CUNHA, 2007, p. 338). Nesse sentido, há a busca por inserir mecanismos que sejam capazes de promover a eficácia dos processos, que culminaria na equidade educacional, o centro das discussões, atualmente, quando se trata da qualidade da educação.

A definição de um modelo de gestão se constitui em um desafio, haja vista que cada organização apresenta singularidades que devem ser consideradas, sendo necessário, segundo Ferreira (2009, p. 48), fundamentar-se em duas dimensões: “a forma que se refere à configuração organizacional, e a função que diz respeito às tarefas que precisam ser cumpridas na organização”. Desse modo, fica clara a complexidade da definição de gestão num contexto em que as organizações educativas se apresentam com particularidades e especificidades que diferem das demais organizações.

Para Cunha (2007, p. 338), os principais fatores que compõe a especificidade das instituições educacionais são: “sua finalidade, sua estrutura pedagógica, suas relações internas e externas e sua produção”, o que torna a escola um espaço dinâmico e complexo, razão pela qual se constitui tamanha importância para toda e qualquer sociedade.

É sabido que a gestão educacional se apresenta em vários ângulos e dimensões, que vão desde o contexto macro, que se refere ao gerenciamento dos sistemas de ensino, relacionados às diversas redes, bem como a gestão escolar, que se configura de forma específica para cada instituição, onde são exigidas funções e ações de grandes responsabilidades, que impactam diretamente nos processos educativos, sendo decisivos na eficácia escolar.

Luck (2009, p. 35), apresenta uma concepção de gestão educacional que permite uma compreensão mais clara, ao defini-la como:

[...] o processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para a implementação das políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas, comprometidos com os princípios da democracia e com métodos

que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências) de participação e compartilhamento (tomada conjunta de decisões e efetivação de resultados), autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações) e transparência (demonstração pública de seus processos e resultados).

A autora, nesta perspectiva, evidencia que a gestão educacional está diretamente ligada às políticas públicas educacionais, que são as ferramentas legais capazes de atender às demandas da sociedade. Ou seja, são garantia dos direitos e cidadania, nos quais a justiça social constitui um valor básico de uma democracia digna, “sendo um requisito para o pleno exercício dos direitos civis” (BARBOSA, 2007, p. 34).

Nesta direção, são atribuídas ao gestor da educação um conjunto de competências que o tornará capaz de desenvolver habilidades, responsáveis por fazê-lo encontrar a solução mais adequada para um determinado problema, ou decidir qual o melhor caminho a seguir diante de um impasse. A um gestor, compete “desenvolver atividades de forma autônoma, planejada, implementando e avaliando, desempenhando ações dentro de padrões esperados” (OLIVEIRA, 2007, p. 72). Dessa forma, ele será capaz de tornar as perspectivas educacionais, elencadas nas políticas públicas, possibilidades concretas, “transformando metas e objetivos educacionais em ações, dando concretudes às direções traçadas pelas políticas” (BORDIGNON; GRACINDO, 2006, p. 129).

Numa dimensão micro, na qual se situa a escola, o gestor escolar tem assumido a responsabilidade de gerir questões de caráter pedagógico e administrativo, sobretudo quando se estabelece os princípios da gestão democrática, que, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB),

deve estar em conformidade com os princípios de participação dos profissionais na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e de participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares e equivalentes (BRASIL, 1996, p. 32).

Nessa nova abordagem de gestão escolar, há a possibilidade de maior participação por parte da comunidade no processo decisório da escola, envolvendo-a na realização das múltiplas tarefas da gestão, o que permite responsabilizar a todos pelos resultados e, conseqüentemente, maior comprometimento.

Bordignon e Gracindo (2006, p. 164) destacam que a gestão democrática da escola, consiste:

Na mediação das relações intersubjetivas, compreendendo, antes e acima das rotinas administrativas: identificação de necessidade, negociação de propósitos; definição clara de objetivos e estratégias de ação; linhas de compromissos; coordenação e acompanhamento de decisões pactuadas; mediação de conflitos, com ações voltadas para a transformação social.

Tornar esses princípios democráticos em situações reais no dia a dia da escola não é tarefa simples, sobretudo, por ser um espaço de conflitos e demandas, que envolve diferentes atores com concepções de mundo diversas, atreladas, muitas vezes, a posturas autoritárias e centralizadoras, o que dificulta a efetivação de um processo mais democrático e participativo.

Dessa forma, Cunha (2015, p. 340) ressalta que a gestão escolar precisa:

[...] traçar estratégias para criar um bom clima escolar, produzindo um sentimento de pertencimento nos alunos; convidar o professor a participar efetivamente da gestão, favorecendo um ambiente que permita o desenvolvimento de práticas pedagógicas e possibilitar a participação da família no desenvolvimento escolar dos alunos.

A liderança exercida por um gestor na escola se configura como uma das chaves para as transformações dos sistemas educativos, especificamente das organizações escolares, num momento em que se atribui às escolas certa autonomia no processo de gerenciamento. Esse gerenciamento deve ser construído de forma coletiva e participativa, assim como as responsabilidades pelos resultados educacionais, que são aferidos através de testes em larga escala. Como consequência desse processo, essa liderança assume o formato de prestação de contas que, segundo Machado (2015, p. 28 apud LUCK, 2012, p. 12), “deve responder por suas ações, prestar contas dos seus atos e realizar os seus compromissos, de modo a enfrentar reveses e dificuldades”.

Na esteira de composição da escola, o gestor escolar, como destaca Machado (2012), “é o dirigente e principal responsável pela escola, tem a visão do conjunto, articula e integra os vários setores”, gerindo conflitos, bem como mediando soluções de caráter pedagógico e administrativo. Nesse sentido, ele é, portanto, o

principal ator no processo de apropriação e utilização dos resultados das avaliações externas, sendo que o seu trabalho:

[...] impacta em grande medida, no trabalho do professor que está ligado diretamente com os estudantes. Desse modo, apesar do efeito do seu ofício no desempenho dos alunos propriamente dito ser indireto, o diretor tem a capacidade de influenciar no desempenho da escola como um todo. O seu papel de liderança deve se focar muito mais no sentido de potencializar diferentes lideranças dentro da escola, criando espaço de participação coletiva (AMAZONAS, 2015, p. 19).

Assim, o gestor escolar da educação contemporânea passa a assumir responsabilidades importantes no contexto educacional, respondendo por aspectos político, administrativo e pedagógico. Dessa forma, está apto a se envolver nos processos de construção das políticas públicas e, conseqüentemente, em sua efetivação. Para tanto, tem o dever de construir coletivamente indicadores educacionais de qualidade, a partir do desempenho dos seus alunos em avaliações em larga escala.

2.1.3 Interpretação, apropriação e utilização dos resultados das avaliações externas

Dentre as diversas discussões que giram em torno das avaliações externas nos dias atuais, uma das que vem se acentuando é sobre o uso dos resultados como instrumentos capazes de impactar o processo ensino aprendizagem. Isso ocorre, porque, os dados estão expostos, disponíveis para as escolas e para toda sociedade, sendo necessária uma apropriação de forma coesa pela comunidade escolar, através da mudança de práticas pedagógicas, para gerar melhores resultados.

Souza e Oliveira (2010, p. 795) afirmam que “são ainda escassas as investigações que se propõem a explorar o uso dos resultados nos processos decisórios pelas diversas instâncias do sistema educacional”. A institucionalização de tais resultados tem implicações nas políticas públicas de educação. Esse impacto envolve as instituições, o currículo, os profissionais e os estudantes, redesenhando a função do Estado diante das demandas educacionais atuais.

Nesta perspectiva,

os sistemas de avaliação precisam ser analisados para além da superfície vislumbrada por suas propostas e seus instrumentos de avaliação, com intuito de verificar qual sua potencialidade para colocar-se como marco de política educacional que efetivamente interfere na escola (SOUZA; OLIVEIRA, 2010, p. 796).

Diante de tal constatação, Barreto et al. (2001) salientam que:

[...] a predominância do discurso oficial nesta temática, principalmente na explicitação das características e finalidades de um sistema permanente de avaliação capaz de contribuir para a melhoria da qualidade das escolas. [...] Os estudos mais sistemáticos realizados no País pelos próprios sistemas de aferição – Saeb, Paemg, Saresp – parecem encerrar-se em si mesmos, sem que haja um esforço maior de articulação com os demais estudos sobre a escola e o rendimento escolar, não se evidenciando uma reflexão acumulada (p. 61).

É importante destacar que vivemos um momento no qual se questiona o papel do Estado diante das demandas advindas das sociedades capitalistas. Nesse sentido, atualmente há uma tendência a direcionar para as instituições educacionais a responsabilidade pela melhoria da qualidade da educação ofertada. Nesta perspectiva, os resultados tendem a ser utilizados como instrumento de direcionamento das ações a serem implementadas pelas redes de ensino.

Assim, apenas divulgar os resultados, sem estabelecer mecanismos de apropriação, não é suficiente, haja vista que precisam ser analisados dentro da realidade de cada escola, de modo que se considerem as ferramentas possíveis a serem utilizadas e os instrumentos contextuais da escola. Para Souza e Oliveira (2010):

[...] o poder dos testes e exames para afetar indivíduos, instituições, currículo é um fenômeno perceptivo: se os estudantes, professores ou administradores acreditam que os resultados de um exame são importantes, importa pouco se isso é verdadeiro ou falso, o efeito é produzido pelo que os indivíduos percebem ser (p. 798).

Neste sentido, há críticas à forma como são divulgados os resultados, pois ela permite a elaboração de um *ranking* das melhores e piores escolas e sistemas de ensino do país, estado e município. Para Machado (2012, p. 5), essa apropriação dos dados, “desatreladas de outras análises, é equivocada, pois impele as escolas e

as redes à competição e não ao estudo minucioso da realidade educacional e suas dificuldades”, o que é preocupante, diante dos desafios educacionais que enfrentamos nos dias atuais.

Nesse sentido, a avaliação precisa ser utilizada com um novo olhar, visando impactos na vida escolar do aluno e, conseqüentemente, na sociedade na qual está inserido. Vianna (2005, p. 16) afirma que

a avaliação não é um valor em si e não deve ficar restrita a um simples rito da burocracia educacional; necessita integrar-se ao processo de transformação do ensino/aprendizagem e contribuir, desse modo, ativamente, para o processo de transformação dos educandos.

Diante do que foi exposto, as avaliações externas têm servido para proporcionar informações para os gestores das redes de ensino, podendo servir como um mecanismo de reflexão, que levem os professores a analisarem seus métodos e técnicas de ensino. De acordo com Oliveira (2011, p. 137), “as comunicações de resultados das avaliações com foco na escola devem promover uma articulação com o trabalho pedagógico escolar de maneira a aprimorá-lo”. Para tanto, é primordial que não haja uma pressão externa junto aos profissionais da educação, responsável por culpabilizá-los pelos resultados e, conseqüentemente, impedindo-os de desenvolver um trabalho mais profícuo, voltado para as reais necessidades educacionais dos alunos.

O sucesso de uma política pública perpassa pela efetivação dos seus resultados. Na educação, são estabelecidos indicadores de qualidade, cujo objetivo é mensurar a eficácia dos serviços ofertados à sociedade. No Brasil, seja em âmbito federal, estadual ou municipal os sistemas de avaliação possuem indicadores como o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que “agrega dados obtidos nas avaliações com os dados das taxas de aprovação já existentes no Censo Escolar, com o objetivo de torna-lo um indicador de qualidade” (MACHADO, 2012, p. 72).

Essas informações são ferramentas essenciais para a gestão da educação, no entanto, só fazem sentido “quando desencadeiam as outras etapas necessárias para a efetivação da avaliação externa: a interpretação dos dados e o uso dos resultados no trabalho das escolas” (MACHADO, 2012, p. 73). Para Souza e Bonamino (2012, p. 126), “o problema não é a prova, o problema é o que se faz com

o uso das provas”, o que torna indispensável à apropriação dos resultados pela equipe gestora, professores e demais agentes que compõe a comunidade escolar.

Estimular a utilização e a apropriação competente dos resultados, por parte dos profissionais da escola, é uma das condições necessárias para assegurar a melhoria da qualidade da educação. Neste cenário, a equipe gestora assume papel relevante, devendo atuar, de acordo com Soligo (2010), problematizando os resultados aferidos pelos testes a fim de melhorar a educação.

Os dados, quando apropriados pela equipe gestora, podem contribuir para a reflexão “sobre todas as áreas de atuação da gestão escolar, mas devem principalmente, servir à análise sobre a efetiva condução da escola na realização da sua função social na sociedade democrática” (MACHADO, 2012, p. 74). Nesse sentido, são garantidas, aos seus alunos, as condições necessárias para que tenham acesso a um processo de ensino aprendizagem que atenda às suas demandas, na expectativa de oferecer à sociedade serviços educacionais de qualidade. Machado (2012) explicita que usar os resultados das avaliações externas é colocar os dados obtidos no alicerce da construção de novas oportunidades de ensinar a todos os alunos, ressignificando essa ferramenta tão difusa na educação atual.

Assim, diante das diversidades dos dados e informações das avaliações em larga escala, algumas questões surgem para orientar o uso de seus resultados, conforme destacadas por Soligo (2010):

[...] como esses dados podem ser utilizados nas escolas para contribuir na melhoria da qualidade da educação? Como professores e gestores utilizam esses dados? Como é feita a divulgação de resultados internamente na comunidade escolar? Existem programas direcionados as avaliações de larga escala nas escolas para auxiliar professores e gestores no uso dos resultados e processos destes sistemas? (p. 3).

Refletir acerca das questões apresentadas, tentando buscar respostas é importante, sobretudo quando se compreende que a melhoria do desempenho dos educandos perpassa por um conjunto de fatores que envolvem os sujeitos responsáveis pelo processo educativo. Além disso, a utilização, interpretação e a apropriação dos resultados das avaliações em larga escala constitui ferramenta essencial para subsidiar as ações e tomadas de decisões. Nesse sentido, será

possível propagar uma educação que atenda, de fato, aos anseios da sociedade, preocupada, sobretudo com a formação dos seus cidadãos, enquanto sujeitos ativos e partícipes dos processos decisórios, seja a nível municipal, estadual ou nacional.

2.1.4 Relação entre o SADEAM e a prática docente dos professores

A escola é um espaço que sofre influência de diversos aspectos internos e externos. É um lugar de lutas e conflitos, onde todos os sujeitos assumem papéis relevantes, sendo coautores de um projeto educativo que possa ser capaz de impactar positivamente o contexto no qual está inserida. Nesse sentido, é um organismo vivo, lugar das diferenças, cujo objetivo central é propagar o conhecimento, numa relação intrínseca dos diversos saberes constituídos pelos sujeitos que nela se encontram.

Para Santos, Gimenes e Mariano (2013, p. 39), a instituição escolar:

Não é abstrata, é o cerne do sistema educativo formal, haja vista que é lugar de decisão, onde ocorre aprendizagem, em que alunos e professores se envolvem num processo organizacional com o compromisso de transmitir e construir conhecimentos, com destaques para os significados e sentidos da escola para a formação dos alunos, ou seja, o ensino e a aprendizagem constituem o objetivo central nesse movimento de constituição de sujeitos.

É certo que nos dias atuais a escola tem assumido inúmeras atribuições para além do mero papel de transmissora dos saberes, o que consiste em mudanças ideológicas e, conseqüentemente, numa redefinição dos objetivos da educação. A própria legislação educacional brasileira assume a concepção de que “a escola é responsável por diversas funções e a estas estão associadas também múltiplos objetivos” (SANTOS; GIMENES; MARIANO, 2013, p. 40).

Na conjuntura do organismo escola, os atores que a compõem são responsáveis em mantê-la viva e eficaz, tornando-a cada vez mais significativa, a partir das ações coletivas. Porém, neste contexto, o professor constitui o sujeito responsável por concretizar as finalidades educacionais estabelecidas nas diretrizes. Nesse sentido, a ele compete desenvolver “práticas docentes capazes de promover situações de aprendizagem em que o aluno aprenda a aprender, articulando saberes

e situações concretas” (BORGES, 2006, p. 9), tornando-o atuante, participativo nas decisões dos problemas relacionados ao meio onde está inserido.

A prática docente, portanto, se estabelece a partir do papel social e político que desempenha na educação formal, tendo

um compromisso primeiro com a sociedade e sua responsabilidade e preparar os alunos para se tornarem cidadãos ativos e participantes na família, no trabalho, nas associações de classe, na vida cultural e prática (LIBÂNEO, 1990, p. 47).

O fazer pedagógico, nesta perspectiva, deve direcionar as ações da escola, propiciando mecanismos e possibilidades aos seus estudantes em desenvolver habilidades, capazes de gerar atitudes competentes, sendo o mediador do processo educativo, que de acordo com Altet (2006, p. 13), é:

[...] um processo interpessoal, intencional, que utiliza essencialmente a comunicação, a situação pedagógica levada a cabo pelo professor como meio de provocar, favorecer, fazer alcançar a aprendizagem de um saber ou de um saber fazer. A aprendizagem é ela própria, definida como um processo de aquisição, um processo de mudança.

Diante dos múltiplos papéis designados ao professor da contemporaneidade, há que se destacar aquele que vem se desenhando nas últimas décadas, a partir das políticas de responsabilização, que consiste na tentativa de melhorar os resultados das escolas “mediante a criação de consequência para a escola ou para professores, sejam elas materiais ou simbólicas, de acordo com o desempenho dos alunos” (BROOKE, 2008, p. 94). Essa política de responsabilização é incorporada nos princípios das avaliações em larga escala, ferramenta pela qual são estabelecidos indicadores de qualidade da educação.

A avaliação não é algo desconhecido dos professores, sempre esteve presente em suas ações pedagógicas, sendo um instrumento de coletas de informações quanto ao aprendizado dos alunos. Ou seja,

é um instrumento inseparável da prática pedagógica, por meio do qual é possível o professor acompanhar o progresso de seus alunos, analisarem o desenvolvimento do trabalho escolar, assim como seu próprio desempenho” (SANTOS; GIMENES; MARIANO, 2013, p. 40).

Contudo, há que se considerar certo distanciamento das avaliações externas, que seguem a uma normatização, com critérios estabelecidos, e são elaboradas sem a participação do professor, conforme destaca Machado (2012). A autora afirma que “a avaliação externa é todo processo avaliativo do desempenho das escolas desencadeado e operacionalizado por sujeitos alheios ao cotidiano escolar” (MACHADO, 2012, p. 71), sendo “marcado fortemente por princípios seletivos, meramente quantitativos e classificatórios” (SANTOS; GIMENES; MARIANO, 2013, p. 40). Nessa perspectiva, há certas resistências desses profissionais em assumir a responsabilidades por tais resultados.

Devido ao reconhecimento desses limites, é necessário estabelecer um elo entre os dados obtidos com as avaliações externas e os obtidos com a interna, produzidas nas próprias escolas. Dessa forma, será possível construir elementos de gestão que sejam capazes de um reordenamento das políticas públicas educacionais e que consigam impactar o fazer pedagógico do professor, que, em determinadas situações, se sente impotente diante das cobranças por melhorias nos resultados do desempenho dos alunos.

Através dos resultados obtidos nas avaliações externas, pode-se identificar até que ponto os objetivos traçados, quanto aos resultados do desempenho dos alunos, foram alcançados, cabendo à avaliação interna compreender as origens daqueles resultados. Na ótica dos profissionais, ao que parece, “avaliação entendida como significativa é a avaliação do aprendizado do aluno, que ocorre no âmbito de competência de cada professor” (SOUZA; OLIVEIRA, 2010, p. 813).

Assim, o Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas tem influenciado as práticas pedagógicas docentes, haja vista que a busca por melhores resultados permeia o universo de cada instituição. Nesse contexto, as escolas traçam suas estratégias visando alcançar as metas estabelecidas pela Secretaria Estadual de Educação. Além disso, também procuram conquistar a política de bonificação “Prêmio Escola de Valor” que, a partir dos resultados aferidos em cada edição do SADEAM, premia as escolas que mais se destacarem, criando-se um ranking.

2.2 PERCURSO METODOLÓGICO

Com a perspectiva de coletar os dados necessários para a análise dos fatores associados à baixa participação e desempenho dos alunos, a presente pesquisa será estruturada a partir de procedimentos metodológicos que sejam capazes de assegurar a compreensão em profundidade do fenômeno em estudo, tendo como técnica de coleta de dados a entrevista.

Pesquisar em tempos modernos significa buscar respostas para as questões que inquietam a humanidade, despertando no homem o espírito investigativo, levando-o a instigar situações que desafiam seu modo de ser e ver as coisas que o cercam. Para Arnoldi e Rosa (2006, p. 238), a pesquisa, “é uma atividade de investigação capaz de oferecer e, portanto, produzir um conhecimento novo a respeito de uma área ou de um fenômeno, sistematizando-o em relação ao que já se sabe”.

Essa busca “é um processo de perguntas e investigação, é sistemática e metódica, e que aumenta o conhecimento humano” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 78). Nesse sentido, contribui para o trato dos problemas e processos do dia a dia nas mais diversas atividades humanas, no ambiente de trabalho, nas ações comunitárias, no processo de formação e outros.

Para Oliveira (2002), a pesquisa, tanto para efeito científico como profissional, envolve a abertura de horizontes e a apresentação de diretrizes fundamentais, que podem contribuir para o desenvolvimento do conhecimento. Portanto, ter a oportunidade de produzir novos conhecimentos, principalmente para contribuir com a evolução de informações na área de atuação profissional, é algo relevante. Para que uma pesquisa assuma importância em um determinado contexto, ela

necessita de métodos e procedimentos precisos, planejamento eficaz, critérios e instrumentos adequados que passem confiança e credibilidade tanto aos envolvidos no processo quanto no resultado do trabalho (MENEZES; VILLELA, 2006, p. 56).

A pesquisa apresenta caráter qualitativo, pois procura “estudar os fenômenos educacionais e seus atores dentro do contexto social e histórico em que acontecem e vivem, respectivamente, tendo o cotidiano como campo de expressão humana” (SILVA, 2009, p. 48). Ainda para Silva (2009), a pesquisa com o enfoque qualitativo

considera que “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (p. 62), pois envolve uma complexidade de fatos relacionados à situação problema, que exigem processos mais dinâmicos, porém mais simples.

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Para Silva (2009, p. 49), “o ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave”, assumindo um papel preponderante no processo de elucidação das questões levantadas pela pesquisa, pois está sempre muito preocupado com o contexto e com o acontecer, dentro da dinâmica dos próprios fenômenos.

O trabalho está estruturado em pesquisa bibliográfica, que consiste em estudos já publicados, sendo o material constituído basicamente de livros, artigos, e informações disponibilizadas na internet. Sua principal vantagem “é possibilitar ao investigador a cobertura de uma gama de acontecimentos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (SILVA, 2012, p. 50).

Na perspectiva de elencar dados relacionados aos atores que fazem parte do universo da pesquisa, tendo em vista a baixa participação nas avaliações do SADEAM, outro instrumento que utilizamos foi a entrevista semiestruturada, que consiste “em uma comunicação verbal entre duas ou mais pessoas com um nível de estruturação previamente determinado, com a intenção de obter informações de pesquisa. É uma das técnicas de coleta de dados mais usada nas ciências sociais” (SOUZA, 2012, p. 60).

Ribeiro (2008, p. 239) destaca que a entrevista é:

A técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistados.

Quanto aos sujeitos, sua definição se deu a partir da perspectiva da pesquisa, buscando compreender o contexto em que estão inseridos, bem como a postura que têm assumido diante da baixa participação e baixo desempenho dos alunos do 7º ano do Ensino Fundamental nas avaliações externas do SADEAM. Dessa forma,

gestores escolares e professores das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, do 7º ano do Ensino Fundamental, das duas escolas pesquisadas, foram os agentes que participaram da entrevista.

Tabela 13 – Número de entrevistados por segmento escolar

Segmento	Nº de entrevistados
Gestor	03
Professor de Língua Portuguesa	03
Professor de Matemática	03
Professor presencial Mediação Tecnológica	01
Total	10

Fonte: Elaborada pelo autor.

A Tabela 13 destaca a quantidade de sujeitos que foram entrevistados, tendo como critério de escolha os anos de 2012, 2013 e 2015. Nesse período, na Escola Estadual Edson Melo, atuaram dois gestores, sendo necessário envolver na pesquisa três sujeitos com tais atribuições. Em relação aos docentes, foram entrevistados um professor de cada disciplina (Língua Portuguesa e Matemática), que atuaram nos anos focados na pesquisa. O professor presencial atua no Ensino Mediado por Tecnologia, modalidade atendida pela Escola Estadual Cinthia Régia Gomes do Livramento.

Nesta perspectiva, as propostas de roteiros para entrevistas semiestruturadas com questões abertas estão estruturados da seguinte forma: Apêndice A, roteiro de entrevista direcionado aos gestores escolares das duas escolas focos da pesquisa; e Apêndice B, roteiro de entrevista voltado aos professores das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, do 7º ano do Ensino Fundamental, das Escolas Estaduais Edson Melo e Cinthia Régia Gomes do Livramento. Os dois roteiros focam no SADEAM.

Na mesma direção, realizou-se a técnica de análise documental, na qual foram consultados documentos e registros contidos nas revistas pedagógicas das edições do SADEAM de 2012, 2013 e 2015, disponibilizadas pelo CAEd. Nessa pesquisa, focou-se nos padrões de desempenho e no percentual de participação das referidas escolas, bem como da Coordenadoria Regional de Educação do município de Uarini-AM.

É importante salientar que o caso em estudo não nos permite generalizar a Rede Estadual de Educação do Amazonas. Entretanto, é possível compreender uma

realidade vivida em duas escolas estaduais do município de Uarini, possibilitando uma reflexão sobre a baixa participação dos alunos nas avaliações do SADEAM, o que pode influenciar estudos posteriores, potencializando-o.

Na próxima seção, será realizada a análise dos resultados obtidos nas entrevistas e a análise documental, tendo como foco as duas escolas pesquisadas.

2.3 ANÁLISE DOS DADOS

Esta seção busca apresentar e analisar os dados elencados no decorrer das entrevistas, fazendo um elo com as principais ideias apresentadas nos pressupostos teóricos, fundamentados em quatro eixos, focando em questões relacionadas ao cotidiano e ao perfil dos sujeitos que fizeram parte das entrevistas. Assim, serão tomadas como mecanismos, as categorias: trajetória profissional dos entrevistados, tratamento dado ao SADEAM pela Secretaria Estadual de Educação junto às escolas, divulgação dos resultados do SADEAM junto à comunidade escolar, apropriação e utilização dos resultados do SADEAM pela gestão escolar, participação dos alunos nas avaliações do SADEAM, resultados das avaliações do SADEAM e intervenção pedagógica, na qual gestores e professores são os atores envolvidos.

Essa seção está estruturada em três divisões: 1. trajetória profissional, acadêmica e principais responsabilidades da função em que estão atuando os sujeitos da pesquisa das escolas estaduais Edson Melo e Cinthia Régia; 2. tratamento dado ao SADEAM, formas de divulgação e acesso aos resultados das avaliações pelas escolas e 3. interpretação, apropriação e utilização dos resultados do SADEAM pelos gestores e professores, além de intervenções pedagógicas.

2.3.1 Trajetória profissional, acadêmica e principais responsabilidades da função em que estão atuando os sujeitos da pesquisa (gestores e professores) das escolas estaduais Edson Melo e Cinthia Régia Gomes do livramento

Os atores envolvidos na pesquisa são profissionais que possuem experiências e vivências com o cotidiano escolar, contribuindo com informações essenciais relacionadas aos aspectos pedagógicos e administrativos e,

especificamente, sobre o processo de implementação de ações direcionadas ao SADEAM.

Esses profissionais constituem atores essenciais no processo de construção de mudanças no contexto das duas escolas. Além disso, contribuem para a execução de ações que visem melhorias dos indicadores educacionais das escolas estaduais em que atuam, nos anos finais do Ensino Fundamental, que apresentam baixo desempenho e baixa participação dos alunos nas avaliações.

Os entrevistados são sujeitos que trabalham nas duas escolas, objeto de estudo da pesquisa, sendo dois gestores e seis professores da Escola Estadual Edson Melo; um professor presencial e um gestor da Escola Estadual Cinthia Régia Gomes do Livramento.

Quadro 8 – Descrição da trajetória profissional e formação acadêmica dos sujeitos que fizeram parte da pesquisa

(continua)

Entrevistado	“Descrição”	Dia da entrevista
Gestora A	Atuou dez meses nesta função na Escola Estadual Edson Melo no ano de 2013, tem formação em Normal Superior e possui dezessete anos de experiência na docência.	17/03/2017
Gestor B	Exerceu a função nos anos de 2014 e 2015, possui formação em Matemática e atua no magistério há 30 anos. O mesmo exerceu, ainda, a função de gestor em uma escola municipal no período de 2005 a 2008.	18/03/2017
Gestor C	Possui uma experiência na docência de dezesseis anos e, ao longo dessa trajetória, atuou na gestão de uma escola municipal, nos anos de 2008 e 2009, e desde o ano de 2010, ano em que foi fundada, vem exercendo a função de gestor da Escola Estadual Cinthia Régia Gomes do Livramento.	23/03/2017
Professor de Língua Portuguesa A	É licenciada em Normal Superior e pós-graduada em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa. Possui uma experiência de dezessete anos na docência, sendo que atuou como professora de Língua Portuguesa nos Anos Finais durante dez anos na Escola Estadual Edson Melo. Em julho de 2016, assumiu a gestão da referida escola.	20/03/2017
Professor de Língua Portuguesa B	Possui licenciatura em Normal Superior e atua na rede estadual há 20 anos. No período de 2009 a 2012, exerceu a função de gestora em uma escola da rede municipal.	20/03/2017

Quadro 8 – Descrição da trajetória profissional e formação acadêmica dos sujeitos que fizeram parte da pesquisa

(conclusão)

Entrevistado	“Descrição”	Dia da entrevista
Professor de Língua Portuguesa C	Possui formação em Normal Superior e especialização em Educação Infantil e Séries Iniciais. Tem uma experiência de vinte quatro anos na docência, atuando na rede municipal. Porém, nos anos de 2012 e 2013, atuou em contrato temporário como professora na disciplina de Língua Portuguesa no 7º ano do Ensino fundamental na Escola Estadual Edson Melo.	24/03/2017
Professor de Matemática A	Possui experiência de vinte e oito anos na docência. Tem licenciatura em Matemática, e atua no município há seis anos. Antes atuava em outro município.	25/03/2017
Professor de Matemática B	Possui licenciatura em Educação Física e no ano de 2015 concluiu o curso de Matemática, atuou no 7º ano do Ensino Fundamental no ano de 2015, em contrato temporário. Atua como professor na rede municipal há dez anos.	25/03/2017
Professor de Matemática C	É licenciada em Pedagogia, atua como professora há dezessete anos, com uma vasta experiência nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Porém, pela carência de professor com formação específica no município, no ano de 2012 atuou com os anos finais do Ensino Fundamental.	28/03/2017
Professor Mediação Tecnológica	Atuou como professor presencial em contrato temporário na turma do 7º ano do Ensino Fundamental, Ensino Mediado por Tecnologia no ano de 2015. Possui licenciatura em Normal Superior e experiência de dezoito anos na docência.	23/03/2017

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas.

A descrição dos sujeitos da pesquisa, destacada no Quadro 8, apresenta algumas evidências que apontam para as causas do problema investigado, questões que precisam ser compreendidas no contexto de cada escola, pois apresentam características divergentes que exigem atribuições específicas dos atores.

A Escola Estadual Edson Melo, conforme destacado no Quadro 1 no capítulo 1, no período de 2012 a 2016, foi gerenciada por quatro gestores escolares, sendo que a Gestora A esteve na direção por dez meses e o Gestor B, no decorrer de dois anos e cinco meses. Quando se analisa os períodos em que os profissionais atuaram, é possível perceber que o ciclo de uma edição do SADEAM para outra foi interrompido.

Os dados elencados através das avaliações do SADEAM em 2012 deveriam ser tratados pela equipe gestora para que na edição de 2013 houvesse um reflexo positivo, superando as dificuldades de aprendizagem apresentadas na edição anterior. No entanto, em abril de 2013, ocorreu a troca de gestor, período em que ainda não havia sido divulgado os resultados das avaliações da edição de 2012, que se deu no mês de junho do ano subsequente. Neste sentido, a gestão dispôs de um curto período para trabalhar os dados elencados, pois em novembro de 2013 houve avaliação.

Quando se analisa a edição de 2015, percebe-se que houve um período de um ano e cinco meses para que fosse realizado um trabalho nos resultados, já que em 2014, o 7º ano não participou das avaliações. No entanto, no período em que ocorrem as três edições do SADEAM, focadas neste estudo, houve uma descontinuidade de planos de gestão, o que levou ao não acompanhamento sistêmico dos dados elencados. Para Freitas (2009, p. 47), a avaliação deve servir como “um instrumento de acompanhamento global de redes de ensino com o objetivo de traçar séries históricas do desempenho, permitindo verificar tendências ao longo do tempo”.

Esse acompanhamento é indispensável quando se trata das escolas, pois permite diagnósticos que apontam aspectos específicos que devem ser tratados de forma mais efetiva, buscando superar as deficiências de aprendizagem. Neste processo, o gestor escolar assume papel relevante, conforme apresentado no segundo eixo de análise, no qual se destaca que compete a este profissional, dentre outras coisas, acompanhar a evolução dos alunos, construindo um perfil da clientela e, assim, criar espaços de participação coletiva, que possam impactar positivamente o processo educativo. Em relação ao Gestor C, é possível perceber que mesmo estando há sete anos na gestão da Escola Estadual Cinthia Régia, ainda não havia vivenciado de forma concreta uma edição do SADEAM, representando algo novo, com dados que não podem ser comparados, já que em 2016 não houve avaliação. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que pouco se fez para que obtivesse melhor resultado em 2015, tendo em vista o desempenho dos alunos.

Em relação à formação dos professores, percebe-se que um dos problemas é a não habilitação desses profissionais nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, como é o caso das professoras de Língua Portuguesa A, B e C, ambas

licenciadas em Normal superior. Já dos professores de Matemática, apenas a C não possui licenciatura na área.

Essa carência de profissionais tem refletido negativamente nos resultados apresentados pelos alunos nas avaliações, tendo em vista a impossibilidade de construir habilidades e competências nos alunos que não estejam contemplados em sua área de formação. Além disso, há também a inexperiência de alguns com os anos finais do Ensino Fundamental, como o caso dos professores de Matemática B e C, que atuaram nesta área de conhecimento apenas para atender a uma necessidade temporária.

Vale destacar que a Professora de Língua Portuguesa C não atua mais na rede estadual. Além disso, dos seis professores da Escola Estadual Edson Melo que fizeram parte da pesquisa, apenas os professores de Língua Portuguesa A e B atuaram na disciplina no 7º ano, nos anos de 2012, 2013 e 2015. O professor de Matemática A no ano de 2012 atuou no Ensino Médio. Esses dados demonstram a alta rotatividade de professores, um desafio enfrentado pelos gestores que usam do improvisado para atender as necessidades.

Quanto à baixa participação dos alunos nas avaliações, a instabilidade na gestão e a alta rotatividade dos professores, vivenciada pela escola Edson Melo, tem dificultado a continuidade de ações voltadas à melhoria dos resultados. A cada mudança, novas perspectivas são implantadas e projetos são retomados com formas de trabalhos peculiares a cada profissional, o que requer tempo e adaptação. No caso dos resultados do SADEAM, é necessária uma nova leitura dos dados apresentados, para poder projetar metas.

Em se tratando das atribuições das funções dos profissionais, os três gestores afirmaram que respondem pela parte administrativa e pedagógica das escolas, buscando manter um elo com a Secretaria Estadual de Educação, a fim de resolver as demandas que surgem no decorrer do ano letivo, bem como dar suporte com materiais que possam auxiliar o trabalho dos professores em sala de aula. O gestor da Escola Estadual Cinthia Régia Gomes do Livramento afirmou que:

Na escola exerço a função de gestor, pedagogo, psicólogo, secretário, e outras funções, pois não há profissionais para exercer essas funções, deixando a desejar em áreas como a pedagógica, onde muitas das vezes os professores não recebem suporte em suas atividades diárias (GESTOR C, entrevista concedida em março 2017).

De acordo com a fala do gestor, é possível perceber o que Ferreira (2009) destaca, ao afirmar que a definição de um modelo de gestão se configura na forma como se organiza a instituição, tendo como pano de fundo as tarefas que precisam ser cumpridas no interior da escola. Essa ausência de profissionais também é destacada na fala dos dois gestores da Escola Estadual Edson Melo, principalmente de pedagogos, quando a gestora A afirma que:

A principal carência da escola se refere à falta de pedagogos. Trabalhamos com uma quantidade significativa de alunos. Muitos chegam com dificuldades de aprendizagem principalmente em leitura e escrita e em alguns momentos não tinha como ajudar os professores porque precisava resolver outras situações da escola (GESTORA A, entrevista concedida em março de 2017).

Nesta perspectiva, observa-se que a falta de pedagogos na Escola Estadual Edson Melo é um problema apontado. Nesse sentido, cabe ao gestor fazer um esforço para atender às demandas da escola, porém, precisa fazer um esforço maior para cumprir com tais obrigações, haja vista que existem outras situações com quais lida. Segundo Luck (2009), a gestão pedagógica é uma das dimensões mais importantes.

A gestão pedagógica é de todas as dimensões da gestão escolar, a mais importante, pois está mais diretamente envolvida com o foco da escola que é o de promover aprendizagem e formação dos alunos [...]. Constitui-se como a dimensão para a qual todas as demais convergem, uma vez que esta se refere ao foco principal do ensino que é a atuação sistemática e intencional de promover a formação e a aprendizagem dos alunos [...]. (LUCK, 2009, p. 95).

A dimensão pedagógica está atrelada diretamente às atribuições dos professores, e estes, em suas falas, evidenciaram como principal função o cumprimento de atividades diárias em sala de aula, buscando atender as necessidades dos alunos e, assim, oferecer um ensino melhor. Relataram que cumprem uma rotina pautada em normas estabelecidas pelas escolas. Já o professor que atua com o Ensino Mediado por Tecnologia destacou que suas atribuições consistem em:

Arrumar a sala, ligar os equipamentos onde as aulas serão transmitidas pelo Centro de Mídias, mediar a interação entre os alunos e professores nos tira dúvidas, realizar a frequência, aplicar as provas e lançar as notas no sistema e entregar a ata final na secretaria da escola (PROFESSOR MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA, entrevista concedida em março de 2017).

Analisando a fala do professor, conclui-se que suas ações em sala de aula se resumem a situações técnicas, voltadas ao cumprimento de tarefas de caráter administrativo, pois as questões pedagógicas são definidas pelos professores ministrantes de cada área de conhecimento, responsáveis pela preparação das aulas que são transmitidas por meio de vídeos conferências.

A seção seguinte pretende apresentar as formas como os entrevistados enxergam o SADEAM, buscando verificar até que ponto conhecem os instrumentos que fazem parte dessa modalidade de avaliação, bem como a forma como os atores escolares têm acesso aos dados produzidos por estas e em que período esses dados chegam às escolas e aos professores.

2.3.2 Tratamento dado ao SADEAM, formas de divulgação e acesso aos resultados das avaliações pelas escolas estaduais Edson Melo e Cinthia Régia Gomes do Livramento

A perspectiva inicial das perguntas desta seção permite realizar um comparativo nos diferentes pontos de vista dos atores envolvidos, destacando a importância das avaliações externas – SADEAM. Além disso, elas buscam compreender a relevância desta política pública nos contextos das escolas investigadas, que se apresentam num cenário onde seus indicadores se encontram abaixo das médias da Rede Estadual de Educação do Amazonas, havendo a baixa participação e o baixo desempenho dos alunos do 7º ano do Ensino Fundamental nas avaliações.

Para Machado (2012), as avaliações em larga escala fornecem informações para gestores, profissionais da educação e sociedade, acerca da situação de cada unidade educacional, podendo auxiliar na construção de novos projetos que proporcione a equidade. Embora todos os entrevistados concordem com a importância das avaliações externas enquanto mecanismos capazes de apresentar dados que apontem um diagnóstico da situação de cada unidade educacional

demonstram, em determinados momentos, pontos de vista diferentes sobre essa questão.

Para os gestores, o SADEAM é um instrumento que vem a cada ano tomando proporções significativas, influenciando as decisões pedagógicas das escolas, conforme destacado na fala dos gestores que atuaram na Escola Edson Melo:

Ouvimos sempre falar de escolas que se dedicam exclusivamente a preparar os alunos para as provas, selecionam até os melhores para fazer as provas. Acredito que os resultados do SADEAM não reflete a realidade da escola (GESTOR B, entrevista concedida em março de 2017).

Para mim, o SADEAM acaba dizendo aquilo que tem que ser trabalhado pelos professores, pois a escola tem que apresentar um bom resultado (GESTOR A, entrevista concedida em março de 2017).

De acordo com a fala dos gestores, percebe-se que os resultados das avaliações do SADEAM não expressam a realidade das escolas, pois são priorizadas atividades voltadas à preparação dos alunos para as provas. Para o Gestor A, o SADEAM interfere diretamente no currículo escolar, direcionando as ações pedagógicas dos professores, haja vista que é necessário apresentar bons resultados. O quarto eixo vem fundamentar a ideia de que a avaliação externa permite a descontextualização da real necessidade de cada unidade educacional, marcada por uma padronização, sem considerar as especificidades locais.

Em relação à formação voltada ao SADEAM, para o Gestor da Escola Estadual Cinthia Régis ela não existiu nos últimos anos. O mesmo destacou que:

A última vez que participei de uma formação relacionada ao SADEAM foi no ano de 2014 no encontro de gestores. Na ocasião, apresentaram-se de forma rápida as ferramentas que fazem parte do mesmo, bem como os resultados de cada escola. Na verdade, nesses anos que estou como gestor, nunca foi realizado nenhuma formação que priorizasse o SADEAM aqui no município (GESTOR C, entrevista concedida em março de 2017).

Neste sentido, podemos perceber que os gestores que participaram da entrevista acreditam que a SEDUC-AM deveria promover, de forma mais efetiva, momentos para reflexão dos resultados do SADEAM, bem como dos elementos que a compõem.

Para os professores, as avaliações externas, especificamente o SADEAM, são instrumentos relevantes, uma vez que os dados elencados apontam a deficitária realidade da educação pública. Porém, todos destacaram que as avaliações vêm sendo usadas de forma incorreta, como forma de punição, por permitir a comparação entre as escolas. No caso do Amazonas, segundo os professores, o Prêmio Escola de Valor permite um ranqueamento, acelerando as desigualdades.

Essa ideia está atrelada nas afirmações de Santos, Gimenes e Mariano (2013), ao destacar que as avaliações externas são fortemente marcadas por princípios seletivos. É o que se pode destacar na fala da professora de Língua portuguesa B, ao afirmar que:

Esses tipos de testes não correspondem com a realidade de nossos alunos, pois são elaborados baseados nas escolas da capital, aquelas de tempo integral que normalmente apresentam os melhores resultados, onde são selecionados os melhores alunos. Pra mim, as pessoas que elaboram estas provas não conhecem a realidade de nossas escolas, onde muitos alunos chegam ao 7º ano com dificuldades de leitura, escrita e interpretação de texto (PROFESSORA DE LÍNGUA PORTUGUESA B, entrevista concedida em março de 2017).

Observa-se, nas palavras da professora, uma insatisfação quanto aos modelos de testes padronizados aplicados pelas avaliações externas, pois não respeitam as peculiaridades inerentes a cada realidade educacional. Isso demonstra certo distanciamento de tais modalidades de avaliação internas, realizadas pelos professores em sala de aula. É o que Souza e Oliveira (2010) afirmam, quando destacam que para os profissionais que lidam com a escola, a avaliação entendida como significativa é aquela que o professor elabora a partir dos conteúdos que ministra, atribui uma nota, e classifica os alunos como apto e não apto, com mecanismos sobre o qual tem total controle.

No entanto, independente da forma de avaliação, o aluno deveria dominar as habilidades inerentes ao seu ano escolar. E isso não varia de região para região, pois fazem parte do conjunto de competências definidas nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas como “direitos de aprendizagem”.

Essa é uma visão fragmentada de avaliação, que se apresenta fortemente na fala do professor de Matemática, quando diz que:

Atuo há vários anos como professor de matemática e vejo que os alunos não valorizam esse tipo de avaliação, porque não têm muito a ver com sua realidade, e mesmo não serve pra muita coisa, apenas para responsabilizar nós professores pelos resultados, principalmente se for ruim. Se os alunos não querem fazer as provas, não posso obrigá-los, pois mesmo que a escola seja premiada, não vai mudar muita coisa mesmo. Se assim fosse, nossa escola estaria entre as melhores, pois ganhou trinta mil reais e nada mudou, as coisas só pioraram. Nossos resultados estão cada vez mais baixos (PROFESSORA DE MATEMÁTICA A, entrevista concedida em março de 2017).

O depoimento do professor demonstra sua insatisfação quanto às avaliações externas, sentindo-se punido quando os resultados da escola não são satisfatórios, uma vez que recai sobre os professores essa responsabilidade. Para o mesmo, esses indicadores não proporcionam mudanças que possam refletir em melhorias educacionais, sobretudo pelo fato de a escola já ter sido premiada com a bonificação do estado no ano de 2012, porém, não houve reflexo positivo na busca por melhorias de seus resultados. Para Brooke (2013), trata-se de efeitos colaterais dos testes de alto impacto, “*high-stakes*”:

[...] como no caso das avaliações dos estados brasileiros que criaram políticas de incentivos monetários vinculados aos resultados dos alunos. Esses efeitos incluem a capacidade de falsear os dados das avaliações, induzir à desonestidade, substituir os esforços de ensino pela mera preparação dos alunos para os testes e, em consequência, estreitar o currículo, além de provocar ansiedade em alunos, pais, professores e administradores (BROOKE, 2006, p. 43).

O autor destaca que as políticas de incentivos têm levado as instituições a buscarem alternativas que priorizem os testes, interferindo no currículo escolar. Por outro lado, sabe-se que essa cobrança recai sobre os professores, levando-os a focarem suas atividades pedagógicas na preparação dos alunos para as avaliações.

Contudo, é necessário considerar as diferenças da clientela que a escola atende, pois são fatores que podem impactar nos resultados. E essa perspectiva foi destacada na fala da professora de Língua Portuguesa A, quando diz que:

A escola Edson Melo recebe alunos de diferentes características: filhos de pescadores, agricultores, comerciantes, muitos indígenas. Há aqueles que são indisciplinados que não respeitam os professores e não querem saber de estudar. Muitos deles recebemos no 6º ano e não sabem ler e escrever. Então é difícil lidar com essa

situação (PROFESSORA LINGUA PORTUGUESA A, entrevista concedida em março de 2017).

É evidente que, de acordo com a fala da professora, o fato de a escola atender a uma diversidade de alunos com diferentes características constitui um dos desafios a ser trabalhado. Além disso, ela relata que parte da demanda de alunos que recebe de outras escolas apresenta problemas de aprendizagem, o que pode contribuir para o baixo desempenho que a escola vem apresentando nas últimas edições do SADEAM.

É notória a existência de certas resistências pelos professores, havendo uma tendência de um reflexo na postura dos alunos. Os estudantes podem não ter interesse em participar das avaliações, já que não ocorre em sala de aula ações que possam motivá-los a participar dos testes, o que remonta ao grave problema que a escola enfrenta: a baixa participação e o baixo desempenho dos alunos nas últimas edições do SADEAM. É o que destacam os professores, ao afirmar que:

Faço o possível para mostrar aos alunos a importância de fazer as provas. No entanto, muitos não querem saber de estudar e aí me preocupo apenas com meu conteúdo. Não posso obrigar quem não tem interesse em estudar (PROFESSORA DE LÍNGUA PORTUGUESA A, entrevista concedida em março de 2017).

É difícil a gente ter bons resultados com estes alunos. Não querem nada com nada, e, então, como professor, cumprio meu papel que é de ensinar, mas se não querem aprender não posso fazer nada. Agora imagina obriga-los a fazer uma prova (PROFESSOR DE MATEMÁTICA A, entrevista concedida em março de 2017).

e os alunos não conseguem aprender o mínimo estabelecido para sua etapa de escolaridade, significa que os professores não estão cumprindo com o seu papel. O que remete a novas reflexões relacionadas ao ato de educar onde o professor assume papel relevante.

Na perspectiva de compreender de que forma ocorre o processo de divulgação e acesso aos resultados do SADEAM, os agentes entrevistados relataram que:

A SEDUC mandou os resultados da escola por meio de e-mail e quase no final do ano recebemos um CD contendo esses resultados juntamente com uma revista. Nunca houve nenhuma apresentação dos resultados pela secretaria para os municípios, por meio do

Centro de Mídias. Peguei os resultados e apresentei aos professores em uma reunião (GESTORA A, entrevista concedida em março de 2017).

Os resultados chegam à escola no início do ano em um CD, porém não há nenhum trabalho feito pela SEDUC para apresentar os resultados, eu como gestor que fiz uma reunião e apresentei os resultados para os professores (GESTOR B, entrevista concedida em março de 2017).

Os resultados da escola em que estou gestor foram apresentados pelo coordenador regional do município em uma reunião realizada com os professores no início do ano de 2016, resultado do SADEAM do ano de 2015. Os dados foram mostrados em slides, onde vimos que a escola não está bem, muitos alunos foram mal na prova. Não me lembro de a SEDUC realizar algum momento pra divulgar os resultados (GESTOR C, entrevista concedida em março de 2017).

As falas dos gestores apresentam pontos em comuns, quando relatam que a SEDUC-AM não oferece momentos para a divulgação dos resultados do SADEAM, e que estes são realizados em reuniões com os professores, cabendo aos gestores tal responsabilidade. Esses resultados chegam à escola através dos e-mails institucionais e CDs e não há evidências se os mesmos acessam os sites do CAEd e SEDUC-AM, nos quais são divulgados os resultados.

Por outro lado, os gestores não relataram se os resultados são divulgados para os demais atores escolares, principalmente aos pais dos alunos. Assim como não ficou evidente se usam painéis e murais para apresentar os resultados à comunidade escolar.

Os professores de Língua Portuguesa se posicionaram em relação à divulgação e acesso aos resultados do SADEAM, destacando que:

Nesses anos que trabalho nunca foi feito nenhuma atividade para divulgar os resultados, por parte do gestor não. Lembro que certa vez deixaram uma revista na sala dos professores com uns resultados, não entendemos muito bem o que ali se apresentava. Ouvi falar melhor sobre o SADEAM depois que criaram a coordenadoria, que no ano de 2015 reuniu os professores e apresentou os resultados da escola (PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA A, entrevista concedida em março de 2017).

Pela gestora da escola, nunca foi feito nenhuma reunião para apresentar os resultados. A primeira reunião que participei sobre o resultado do SADEAM aconteceu quando o coordenador da SEDUC realizou, não lembro o ano que aconteceu. Ouvia apenas comentário de que os resultados da escola não estavam bons (PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA B, entrevista concedida em março de 2017).

Que eu lembre, os resultados chegavam à escola através de uma revista, deixada na sala dos professores. No entanto, nunca foi feita reunião pela gestora com os professores para apresentar os resultados. Eu nunca entendi bem o que significava aqueles resultados, estou sendo honesta (PROFESSORA DE LÍNGUA PORTUGUESA C, entrevista concedida em março de 2017).

Ao analisar as falas dos professores, observa-se que apresentam pontos semelhantes, quando afirmam que a gestão escolar não realizava reuniões para apresentar os resultados do SADEAM. Além disso, tinham acesso aos dados através das revistas pedagógicas, porém sem nenhuma ação planejada que os levassem a uma reflexão. Essa questão contraria o que afirmaram os gestores escolares, ao destacar que reuniam os docentes para apresentar os resultados do SADEAM. Ressalta-se que a Gestora A atuava na escola no período de divulgação dos resultados das avaliações da edição de 2012, bem como os resultados da edição de 2013 foram divulgados na gestão do Gestor B.

Os professores entrevistados, que atuaram na disciplina de Matemática, apresentaram os mesmos argumentos, destacando que:

Nunca foi dado muita importância na escola para esses dados. Não me lembro de se algum gestor reuniu para apresentar os resultados da escola. O que tinha era uma revista que colocavam na sala dos professores (PROFESSOR DE MATEMÁTICA A, entrevista concedida em março de 2017).

Professor o que sei é que nunca foi feita reunião para apresentar esses resultados. Bom, na verdade, depois que criaram a coordenadoria houve uma reunião para apresentar os resultados de 2015. Acho que os gestores não entendem bem esses resultados. (PROFESSOR DE MATEMÁTICA B, entrevista concedida em março de 2017).

Não sabemos em que período chega à escola, por que os gestores não reúnem com os professores para expor esses dados. Acho que se sentem inseguro, pois é um pouco complicado entender aqueles dados. Como que vão explicar algo que não conhece bem (PROFESSOR MATEMÁTICA C, entrevista concedida em março de 2017).

Nas falas dos professores de Matemática, surgem novos elementos, uma vez que acreditam que os gestores escolares não conseguem compreender a forma como os resultados são divulgados, tornando-os passivos diante dos dados que

chegam à escola. Assim, percebe-se que os professores atribuem culpa pela não divulgação dos resultados do SADEAM aos gestores escolares.

É necessário considerar, ainda, a fala do professor ministrante, que atua no Ensino Mediado por Tecnologia, quando afirma que:

A gente que trabalha com o tecnológico ouve falar constantemente sobre o SADEAM pelos professores que ministram a disciplina no Centro de Mídias. Porém, acho que os resultados da nossa escola não são divulgados como deveria. Apesar de participar pela primeira vez em 2015 com o 7º ano, o gestor não reuniu com os professores para mostrar como os alunos se saíram nas provas. Fomos saber desses resultados quando o coordenador reuniu as três escolas do estado para mostrar os resultados de cada uma. (PROFESSOR MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA, entrevista concedida em março de 2017).

Nisto, nota-se que apesar de o professor presencial atuar em uma realidade diferente dos demais professores entrevistados e que existe um trabalho realizado pelos professores ministrantes voltado às avaliações do SADEAM, a gestão não desenvolve ações que possam tornar os dados acessíveis a toda comunidade escolar. Essa é uma realidade que torna evidente a ausência de uma cultura voltada a essas modalidades de avaliação nas duas escolas objeto de estudo.

Em relação à participação dos professores nas reuniões propostas pelos gestores para divulgação dos resultados do SADEAM, percebe-se, nos relatos apresentados nas entrevistas, que não havia interesse por parte dos docentes em conhecer os dados da escola. Esses momentos aconteciam nos horários de aulas, o que impossibilitava a participação de todos, porém, sem uma reflexão mais profunda. Os mesmos destacaram que:

Tinha que marcar a reunião no horário de aula senão os professores não participavam. Mostrava o desempenho dos alunos e não havia nenhum questionamento. Apenas ouviam, sem demonstrar nenhum interesse por aqueles dados (GESTORA A, entrevista concedida em março de 2017).

Para os professores participarem, tinha que pensar numa estratégia, então tinha que utilizar um dia letivo para realizar a reunião. Os professores participavam daquele momento, no entanto, sem muita discussão (GESTORA B, entrevista concedida em março de 2017).

Assim, é evidente a falta de uma compreensão sobre os objetivos, limites e potencialidades do SADEAM, enquanto uma política pública que pode indicar os

pontos em que cada unidade educacional deve avançar. Nesse sentido, essa realidade constitui em um grave problema para as escolas foco da pesquisa. Nesta ótica, o gestor escolar surge como o agente que assume a responsabilidade de mobilizar o corpo docente e “desenvolver atividades de forma autônoma, planejada, implementando e avaliando as ações” (OLIVEIRA, 2008, p. 72), dando a concretude às políticas públicas educacionais.

Para Luck (2009), o gestor é o responsável por coordenar as ações da escola, articulando-as com as políticas públicas educacionais. Além disso, deve buscar torná-las concretas, a partir de princípios democráticos, nos quais os sujeitos assumem a responsabilidade pelos resultados da escola. Dessa forma, há a necessidade de um gestor escolar flexível, comprometido com as demandas da educação atual, sendo agente de mobilização e sensibilização dos demais atores escolares.

Nesta perspectiva, o que se pode concluir, segundo as falas dos sujeitos entrevistados, é que os gestores escolares não têm assumido uma postura de agentes de mudança. Além disso, têm dificuldades em lidar com questões da educação atual, como as avaliações externas, sendo esse um dos fatores ligados à baixa participação e baixo desempenho dos alunos nas últimas edições do SADEAM. Essa falta de perspectiva dos gestores, diante dos dados apresentados pelo SADEAM, tem reflexo nas posturas dos professores e alunos, que desconhecem os resultados de suas escolas, haja vista que não ocorre um processo de divulgação de forma sistemática, que envolva os pais, professores, gestores e alunos.

Nesta direção, Machado (2012) sinaliza que a equipe gestora tem um papel determinante no processo de articulação dos resultados das avaliações externas com o trabalho pedagógico, envolvendo todos os sujeitos nos projetos desenvolvidos pela escola.

A seção seguinte irá apresentar o grau de entendimento do que vem a ser apropriação de resultados e quais ações são consideradas parte desse processo. Além disso, irá mostrar até que ponto os dados referentes aos resultados do SADEAM, das duas escolas, são tratados como indicadores que podem ser utilizados para melhoria da qualidade da educação. Por fim, será apresentado se gestores e professores propõem ações para intervenção pedagógica, visando atender os descritores críticos apresentados pelas escolas.

2.3.3 Interpretação, apropriação e utilização dos resultados do SADEAM pelos gestores e professores e intervenções pedagógicas

Os gestores entrevistados foram questionados sobre os objetivos do SADEAM e sobre a apropriação dos resultados. Nesse sentido, foi perguntado se eles acreditam que podem utilizar esses resultados para a melhoria do ensino na escola, além de quais ações eles consideram relevantes no processo de apropriação. Diante do questionado, afirmaram que:

Acho que apropriação dos resultados nos leva a conhecer melhor os resultados da escola no SADEAM. Porém, acredito que a SEDUC deveria realizar formação para os gestores, pois temos dificuldades de entender o que vem a ser aqueles padrões. Então, como que vamos ajudar nossos professores? Tentei trabalhar com os professores os resultados, mas também não tinha muito conhecimento daquilo (GESTORA A, entrevista concedida em março de 2017).

Acredito ser importante realizar a apropriação dos resultados do SADEAM, ajuda os professores a trabalhar o que o aluno precisa aprender. Agora, tenho que ser honesta, apesar do esforço que fazia, não conseguia ajudar os professores, porque é algo difícil de entender. Na minha opinião, esse trabalho deveria ser feito por uma equipe da SEDUC especializada, que poderia vir no município e reunir com todos os professores e gestores (GESTOR B, entrevista concedida em março de 2017).

Professor, entendo que apropriação dos resultados é compreender o desempenho dos alunos nas provas, aqueles resultados que a SEDUC envia para as escolas. Agora, como usar esses resultados se os professores que ministram as disciplinas estão todos em Manaus? E aqui o professor presencial não tem como atender essas dificuldades, principalmente por falta de tempo. Eu, enquanto gestor, procuro ajudar os professores na medida do possível, apesar de ser algo difícil de entender (GESTOR C, entrevista concedida em março de 2017).

Segundo os depoimentos apresentados, os gestores escolares demonstram ter dificuldades em compreender os resultados e, conseqüentemente, em interpretá-los junto aos professores para posterior apropriação. Atribuem à Secretaria de Educação a responsabilidade pela apropriação que, segundo a Gestora A, deveria promover formação para os gestores, preparando-os para lidar com os dados que chegam à escola.

Essa perspectiva é destacada nas afirmações de Souza e Oliveira (2010), que salientam a escassez de estudos que propõe explorar o uso dos resultados das avaliações externas como elemento essencial nos processos decisórios pelas diversas instâncias do sistema educacional, o que constitui algo novo para muitos gestores e professores. Para Vianna (2003), as ações direcionadas à apropriação dos resultados têm sido pontual, pois:

[...] ainda que os resultados dos desempenhos sejam apresentados em escalas elaboradas por intermédio de rigorosos procedimentos estatísticos, e com a especificação dos vários níveis correspondentes de competência, dificilmente os professores têm condições técnicas para interpretar dados que resultam da expertise técnica dos responsáveis pelos relatórios (VIANNA, 2003, p. 45).

O autor fundamenta a fala dos gestores A e B, evidenciando um dos desafios enfrentados pelas escolas: a falta de competência técnica dos profissionais da educação para interpretar os dados apresentados na escala de proficiência do SADEAM, na qual é explicitado o desempenho dos alunos, exigindo uma interpretação pedagógica que caracteriza as habilidades e competências cognitivas desenvolvidas pelos discentes.

Na mesma direção, o Gestor B destacou que a SEDUC-AM deveria enviar ao município uma equipe especializada para realizar esse trabalho junto à comunidade escolar. Para o Gestor C, o fato de escola atuar por Mediação Tecnológica dificulta o processo de apropriação, tendo em vista que os professores que ministram as disciplinas desconhecem os resultados e que o professor presencial não dispõe de tempo para trabalhar essas questões.

Assim, pode-se concluir que as escolas investigadas não realizaram ações voltadas para a interpretação e apropriação dos resultados do SADEAM nas últimas edições. Essa realidade é explicada, principalmente, pela falta de conhecimento dos gestores em relação aos instrumentos que compõe essa política pública, já que todos afirmaram ter dificuldade no compartilhamento das informações. É evidente que não existe uma sintonia entre a SEDUC-AM e escolas, no sentido de construção conjunta de meios para facilitar a apropriação dos resultados. Esse pode ser um desafio imposto pela geografia do estado, impossibilitando que os municípios mais distantes da capital tenham um atendimento mais específico por parte da equipe da SEDUC-AM.

Para os professores de Língua Portuguesa, a apropriação dos resultados do SADEAM se configura da seguinte forma:

Nunca houve na escola reunião para discutir os resultados do SADEAM. Nos planejamentos, são tratadas apenas questões voltadas a outros problemas que enfrentamos. Os gestores não se preocupam com isso. Na verdade, não existe uma preocupação dos gestores em melhorar os resultados da escola, que parece estar bem ruim (PROFESSORA LINGUA PORTUGUESA A, entrevista concedida em março de 2017).

Olha, professor, no tempo que trabalho na escola, desconheço se alguma vez houve um momento específico voltado à discussão desses resultados. A gente vê nas revistas, mas tenho dificuldade de entender. Acho que a escola deveria incluir, em seu plano de ação, momentos para discutir esses resultados. Só ouvimos falar em avaliação do SADEAM na época da aplicação (PROFESSORA LINGUA PORTUGUESA B, entrevista concedida em março de 2017).

Os dois anos que atuei na escola, não houve esses momentos para discutirmos os resultados do SADEAM. O que via era que a gestora não dava importância para esses dados. Não tenho muito que falar sobre isso, o que sei é que fui comunicada perto do dia que iria acontecer as provas que tinha que avisar os alunos para participarem (PROFESSORA DE LINGUA PORTUGUESA C, entrevista concedida em março de 2017).

Analisando as falas das professoras de Língua Portuguesa, observa-se que ambas afirmaram que não houve ações realizadas pelas escolas, voltadas para a apropriação dos resultados do SADEAM. Além disso, elas atribuem aos gestores escolares a responsabilidade pela omissão dos dados, inclusive nas reuniões pedagógicas. As profissionais deixam evidente que não existe um trabalho direcionado às avaliações externas no decorrer do ano letivo, apenas nos dias em que são aplicados os testes, conforme destacou a Professora de Língua Portuguesa C.

Seguindo as mesmas perspectivas, os professores de Matemática foram ainda mais contundentes, ao afirmar que:

A apropriação não existe na escola. Muitos professores nem sabe o que é isso. Os próprios gestores desconhecem de fato o que seja apropriação de resultados e, então, não tem como ajudar os professores. Eu conheço os resultados das escolas, porque a gente recebe nas revistas, mas não utilizo esses resultados para elaborar os planos de curso (PROFESSOR MATEMÁTICA A, entrevista concedida em março de 2017).

Na verdade, nunca houve esses momentos onde o gestor reuniu os professores para explicar os resultados da escola. Ouvia falar das avaliações do SADEAM na época em que os alunos iam fazer as provas (PROFESSOR MATEMÁTICA B, entrevista concedida em março de 2017).

Não existiu apropriação na escola, nos planejamentos não eram tratados desses resultados, acho que falta conhecimento por parte dos gestores, e também não tinha pedagogo que poderia fazer esse trabalho (PROFESSOR MATEMÁTICA C, entrevista concedida em março de 2017).

As falas dos professores de Matemática deixam evidentes que a não apropriação dos resultados do SADEAM no processo pedagógico constitui um grave problema enfrentado pelas escolas investigadas, fator que pode estar relacionado diretamente com a baixa participação e baixo desempenho dos alunos do 7º ano do Ensino Fundamental, que representa o caso de gestão focado nesta pesquisa.

O professor que atuou no Ensino Mediado por Tecnologia, em seus argumentos, destacou que:

Os professores que ministram as disciplinas no Centro de Mídias estão sempre falando sobre o SADEAM, e falam sobre apropriação, inclusive ao final de cada bimestre acontece simulado para todos os alunos. O que vejo é que a escola deveria se organizar melhor para trabalhar as dificuldades que os alunos apresentam nas provas (PROFESSOR MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA, entrevista concedida em março de 2017).

A fala do professor destaca que a Secretaria Estadual de Educação tem buscado, através do Centro de Mídias, uma cultura de avaliação, inserindo, em suas programações, ações direcionadas ao SADEAM, como o simulado. No entanto, cada escola apresenta indicadores diferentes e não é possível atender a essas especificidades. De fato, a escola precisa sistematizar ações, em sua proposta pedagógica, voltadas para a apropriação dos resultados, sendo os professores os principais agentes nesse processo.

Quando se questiona sobre as oficinas de apropriação realizadas através do Centro de Mídias, percebe-se que não havia uma participação efetiva da equipe gestora e professores. Foi alegado que geralmente esses momentos acontecem nos horários de aulas. Um dos professores destacou que desconhece essas formações e que nunca foi convidado a participar. Neste sentido, os entrevistados falaram que:

Quando acontecia alguma formação sobre o SADEAM no Centro de Mídias, era difícil pedir para os professores participar, pois tinham que dar aula. A SEDUC não liberava os professores para participar, então era complicado (GESTOR B, entrevista concedida em março de 2017).

Nunca fui convidada a participar de oficina sobre o SADEAM. Não sabia que a SEDUC fazia essas formações pelo Centro de Mídias. Acho que foi falha do gestor, que deveria mobilizar os professores para participar (PROFESSORA DE LÍNGUA PORTUGUESA A, entrevista concedida em março de 2017).

Observa-se que o professor de Língua Portuguesa A atribui ao gestor a culpa pela não participação dos professores nas oficinas. Por outro lado, o Gestor B atribui à SEDUC a não participação dos professores nas formações. Em relação às oficinas de apropriação oferecidas pelo CAEd, os gestores e professores destacaram que desconhecem essa ferramenta, ou seja, nunca participaram desses momentos.

De acordo com Gouveia e Gouveia (2013, p. 8),

Quando direcionados aos professores, os resultados permitem uma direta intervenção pedagógica. Os professores podem elaborar projetos que sejam específicos às necessidades de uma determinada turma tendo como foco os estudantes que estão com dificuldades no desenvolvimento das habilidades, mas pensando também em como desenvolver habilidades por aqueles que têm acompanhando de modo satisfatório a disciplina até aquele momento. Assim os professores têm na avaliação, os dados para atuar de modo que todos possam alcançar o sucesso escolar.

Nesta perspectiva, a avaliação não tem sido usada como um processo de respostas ao trabalho docente, o que remete a não apropriação dos resultados do SADEAM. Nesse sentido, a utilização desses resultados é um grave problema comum entre as escolas estaduais do município de Uarini, fator que tem contribuído para a situação que se desenhou atualmente.

A não apropriação dos resultados do SADEAM tem impactado diretamente em outra importante etapa das avaliações externas, a intervenção pedagógica. Esse momento permite a elaboração de projetos que atendam às especificidades educacionais, a partir do desempenho dos estudantes, tendo como foco as habilidades avaliadas. Para Machado (2012), os dados das avaliações externas são ferramentas essenciais para a gestão, mas só fazem sentido quando desencadeiam

as outras etapas, sendo elas: a interpretação dos dados e o uso dos resultados no trabalho das escolas.

Essa intervenção pedagógica acontece a partir da interpretação dos dados. Ou seja, se não ocorre à apropriação, conseqüentemente não haverá a utilização como forma de intervenção. Para Soligo (2010), a utilização competente dos resultados pelos profissionais possibilita o uso correto dos dados, no sentido de impactar a rotina da escola, sendo uma das condições capazes de assegurar a qualidade da educação.

Todos os gestores afirmaram que não realizaram ações voltadas à intervenção pedagógica e atribuíram culpa à SEDUC-AM por tal fato, conforme destacou a Gestora B:

Professor, não vou mentir pro senhor, durante o tempo que passei como gestora não foi elaborado nenhum plano de intervenção, pois a SEDUC nunca mandou sequer um modelo pra gente seguir. Então é complicado, como gestor, ter que dá conta de um monte de coisas. A SEDUC cobra demais, mas não dá condições para a gente realizar as atividades (GESTORA B, entrevista concedida em março de 2017).

Na mesma direção, os professores afirmaram que as escolas não realizaram ações de intervenção voltadas aos resultados do SADEAM, e destacaram os gestores como os responsáveis por essa questão, o que torna evidente um jogo de culpa entre os diversos segmentos e atores escolares. A professora de Língua Portuguesa A destaca que:

Os únicos planos que elaboramos é o plano de curso para trabalhar durante todo o ano. Nunca paramos para elaborar algum plano de intervenção. Os gestores não se preocupam com isso (PROFESSORA DE LINGUA PORTUGUESA A, entrevista concedida em março de 2017).

Cabe destacar que gestores e professores precisam conhecer de forma mais específica os objetivos, os aspectos metodológicos e instrumentos utilizados, tendo uma capacidade pedagógica de interpretar os dados que recebem na escola. Nisto, é possível perceber que recai sobre o gestor a responsabilidade de planejar e articular coletivamente, junto aos professores, ações que permitam uma melhor compreensão desses resultados.

Além disso, é necessário considerar ainda a necessidade de a SEDUC-AM realizar, de forma mais pontual, um trabalho direcionado aos gestores, tendo em vista que eles não possuem conhecimento no assunto e, nessa perspectiva, ficam impotentes diante da situação apresentada. Em ambas as escolas, segundo o depoimento de seus atores, é urgente uma compreensão dessa política pública. Ademais, é preciso pensar em ações de intervenção, a partir da apropriação e utilização dos resultados, buscando conhecer os níveis de proficiência e suas implicações, bem como as causas da não participação efetiva dos alunos.

No próximo capítulo, será apresentado o plano de ação como uma proposta inicial de intervenção.

3 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA A MELHORIA DO PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO E DESEMPENHO DOS ALUNOS NAS AVALIAÇÕES EXTERNAS DO SADEAM

A proposta de plano de ação aqui apresentada tem como perspectiva elencar ações de intervenção para melhorar o percentual de participação e o desempenho dos alunos do 7º ano do Ensino Fundamental, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, de duas escolas estaduais pertencentes à Coordenadoria Regional de Educação do Município de Uarini-AM.

A criação do SADEAM se fundamentou na possibilidade de se produzir informações específicas em relação ao nível de aprendizagem dos alunos da Rede Estadual de Ensino do Amazonas, haja vista que anteriormente os dados se limitavam à Prova Brasil e ao SAEB, que são realizados no intervalo de dois anos. Assim, o SADEAM, ao permitir a criação de estratégias pedagógicas, possibilita minimizar os problemas de aprendizagem enfrentados pelas escolas, o que torna essa política pública importante no cenário da educação amazonense.

O caso de gestão em questão se instituiu como uma problemática a partir dos dados descritos no primeiro capítulo. Nele, foi feita uma contextualização do SADEAM enquanto política de avaliação externa, tendo como referência o SAEB e a Prova Brasil como instrumentos de aferição da qualidade da educação brasileira, através do IDEB.

Partindo para o contexto das escolas investigadas, foram apresentadas as suas principais características, sendo demonstrado que o percentual de participação dos alunos nas avaliações do SADEAM estava abaixo da média estadual. Além disso, há um baixo desempenho, com um número significativo de alunos nos padrões de desempenho abaixo do básico e básico. Nesta perspectiva, fez-se um breve histórico das duas escolas selecionadas, apresentando a proficiência média das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática nas avaliações do SADEAM, bem como o percentual de participação nas edições de 2012, 2013 e 2015.

No segundo capítulo, foram apresentados os eixos de análises a partir da fundamentação teórica. Nele, foram tecidas considerações baseadas em teorias já existentes acerca das avaliações externas, tendo como instrumento de pesquisa a entrevista estruturada, aplicada aos gestores e professores de Língua Portuguesa e Matemática, para posterior apresentação e análise dos resultados.

Este capítulo faz a apresentação de um Plano de Ação Educacional (PAE), objetivando melhorar o percentual de participação e desempenho dos alunos do 7º ano do Ensino Fundamental nas avaliações do SADEAM. Vale destacar que intervenções pedagógicas precisam ser realizadas, a fim de verificar a eficácia do plano.

3.1 JUSTIFICATIVA DE UM PLANO DE AÇÃO, UMA PERSPECTIVA DE INTERVENÇÃO FUTURA

No decorrer das entrevistas, realizadas junto aos atores envolvidos, foi possível averiguar algumas perspectivas e dificuldades encontradas. Nesse sentido, elas precisam ser consideradas na proposta de ações para a melhoria desses resultados nas avaliações do SADEAM.

Assim, os diversos anseios que surgiram ao longo da pesquisa estão relacionados às questões do âmbito macro, sob responsabilidade da SEDUC-AM, Coordenadoria Regional de Educação, e nos aspectos micros, com ênfase aos gestores e professores das duas escolas, onde as ações descritas no PAE contemplarão tais demandas.

Um dos aspectos que merecem atenção é a falta de suporte, por parte da Secretaria Estadual de Educação, às escolas no momento da divulgação, apropriação, monitoramento e intervenção pedagógica. Essa realidade é comprovada nas dificuldades, dos gestores e professores, em lidar com esses instrumentos, sendo necessária a realização de formações específicas, contemplando todos os profissionais da educação.

A falta de conhecimento dos gestores, em relação ao SADEAM, é um fator que tem proporcionado um descaso aos resultados, o que reflete na postura dos professores e, consequente, dos alunos, proporcionando uma baixa participação nas avaliações. Na realidade, não há uma cultura de avaliação pautada nas concepções atuais, que visam o estabelecimento de metas e a construção de indicadores que possam contribuir para a melhoria da qualidade da educação.

Nesta perspectiva, a Coordenadoria Regional de Educação do município de Uarini deverá assumir a responsabilidade de propor ações voltadas ao SADEAM, a fim de dar suporte às escolas. Assim, é necessária a nomeação de um profissional, lotado na coordenadoria, com competência para atuar junto aos gestores e

professores, com a finalidade de auxiliá-los no processo de interpretação e apropriação dos resultados do SADEAM e, conseqüentemente, na proposição de ações de intervenção pedagógica.

A instituição desse profissional se dá pelo fato de a coordenadoria não possuir o adjunto pedagógico ou assessor, como ocorre nos municípios com maior número de escolas. No caso do município de Uarini, esta responsabilidade recai ao coordenador regional, que lida com outras demandas, principalmente de caráter administrativo, o que dificulta a realização de ações específicas direcionadas aos resultados do SADEAM, apresentados por cada escola.

São necessários ajustes no quadro de professores, buscando diminuir a alta rotatividade, bem como atender às necessidades de professores licenciados em Língua Portuguesa e Matemática. Na mesma direção, há a necessidade de contratar pedagogos para as três escolas pertencentes à rede estadual, facilitando o trabalho pedagógico, tendo em vista que a Escola Estadual Hermano Stradelli alimenta a Edson Melo. De acordo com a Instrução Normativa 002/2016 em Artigo 4º, “será lotado 01 pedagogo por turno de funcionamento nas escolas estaduais” (AMAZONAS, 2016c, p. 03). O Assessor Pedagógico, assim como os pedagogos, apoiará os professores de todas as áreas de conhecimento.

Para a efetivação deste plano de ação, é preciso que haja um trabalho contínuo e conjunto de discussão e reflexão pela SEDUC/AM, gestores, professores e comunidade em geral. Nesse sentido, é necessário que a escola seja um espaço de constantes mudanças, assumindo a sua função social para a qual foi designada, possibilitando aos educandos avanços em seu aprendizado.

Nesse sentido, faz-se necessário e urgente promover a formação continuada dos professores, haja vista que eles são os agentes no processo de mediação da aprendizagem. São eles que tornam concretos os objetivos de aprendizagem, que são aferidos pelas avaliações externas. Essas formações se darão por meio de oficinas pedagógicas específicas, instituídas em um calendário.

Em relação à divulgação dos resultados do SADEAM junto à comunidade intra e extraescolar, serão promovidas reuniões específicas, pelo profissional da coordenadoria, juntamente com os gestores, bem como a elaboração de painéis e banners para a exposição dos resultados.

Nas oficinas, as revistas pedagógicas do CAEd serão usadas como suporte aos profissionais da educação. De posse dos dados, serão elaborados planos de

intervenções pedagógicas, com ações direcionadas aos descritores críticos. Nesse sentido, elas serão inseridas nas propostas pedagógicas dos professores, sendo monitoradas pelo profissional da coordenação e gestores escolares.

A busca pela tão almejada equidade educacional, onde todos os alunos tenham a oportunidade de aprender em todas as etapas de ensino, é o principal foco do PAE, pois os resultados das séries avaliadas são reflexo do trabalho realizado em todo o processo. A finalidade do PAE não é simplesmente melhorar os resultados no SADEAM, mas sim promover a melhoria na qualidade do ensino ofertado aos alunos apoiando-se nos dados fornecidos pelas avaliações realizadas.

Ao compreender uma escala de desempenho, onde os alunos estão situados, gestores e professores poderão delinear estratégias para superar as lacunas observadas e, também planejar como aqueles alunos que já alcançaram o padrão de desempenho desejado podem avançar ainda mais. As demais áreas curriculares serão alvo do plano da coordenação e da escola, visando um ensino de qualidade com equidade. Os resultados das avaliações bimestrais incidirão em ações formativas para todas as áreas curriculares impactando no esforço coletivo da comunidade escolar a fim de alcançar o objetivo final.

Para que essas ações se tornem concretas, o estado, por meio da SEDUC-AM, deverá possibilitar as condições necessárias à coordenação e às escolas, dando suporte com o oferecimento de estrutura e material adequados, além de estar ciente da situação, sendo, portanto, um agente essencial nesse processo. É necessário um trabalho de motivação e conscientização dos atores que lidam dentro da escola, para que este plano de ação se torne concreto.

3.2 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL (PAE)

As ações propostas no PAE serão divididas em quatro dimensões: 1 – SEDUC-AM, 2 – Coordenação Regional, 3 – Gestão Escolar, 4 – Professores. Nessa proposta, serão apresentadas sugestões de melhorias para a participação e proficiência dos alunos nas avaliações do SADEAM, a partir de formação continuada, apropriação, monitoramento, intervenção pedagógica, formas diversificadas de divulgação dos resultados, reforço escolar aos alunos, dentre outros.

Para a proposição das ações, foram considerados alguns achados, elencados no decorrer da pesquisa, e que serviram de referências para a elaboração do PAE, conforme o Quadro 9.

Quadro 9 – Achados da pesquisa e ações propostas

(continua)

ACHADOS DA PESQUISA	AÇÕES PROPOSTAS
Falta de profissionais habilitados nas áreas de conhecimento de Língua Portuguesa e Matemática.	- Contratação de professores habilitados nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, através de Processo Seletivo Simplificado (PSS).
Falta de pedagogos nas escolas e ausência de profissional com competência para assessorar as escolas estaduais, nos aspectos pedagógicos.	- Contratação de pedagogos habilitados para atender às três escolas da rede; - Disponibilização de um profissional, com formação em pedagogia e experiência em gestão e avaliação, a ser lotado na Coordenadoria Regional, a fim de atuar como assessor pedagógico junto às escolas.
Ausência de conhecimentos sobre o SADEAM (equipe gestora, professores e pais de alunos).	- Reuniões com os pais dos alunos para tratar da importância do SADEAM enquanto instrumento capaz de contribuir para a melhoria da qualidade da educação; - Estudos sobre o SADEAM com todos os professores das diversas áreas de conhecimento; - Conversas informais em sala de aula acerca da importância das avaliações do SADEAM para a escola e vida escolar do aluno.
A não divulgação, pela equipe gestora, dos resultados das avaliações externas do SADEAM junto aos professores e pais dos alunos.	- Encontros pedagógicos com os gestores e professores das escolas estaduais, com a perspectiva de apresentação dos resultados das avaliações do SADEAM nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática; - Reunião com os pais dos alunos, para que seja realizada a divulgação dos resultados do SADEAM; - Confeção de banners com os resultados do SADEAM; - Reunião envolvendo gestores e professores de Língua Portuguesa e Matemática para analisar os resultados do SADEAM, peculiares a cada escola.

Quadro 9 – Achados da pesquisa e ações propostas

(conclusão)

ACHADOS DA PESQUISA	AÇÕES PROPOSTAS
Ausência de suporte da Secretaria Estadual de Educação do Amazonas às escolas estaduais referentes aos resultados do SADEAM;	- Formação continuada para os gestores e professores de Língua Portuguesa e Matemática em relação ao SADEAM através do Centro de Mídias; - Formação do assessor pedagógico, profissional que dará suporte aos gestores e professores quanto ao SADEAM.
Falta de apropriação e utilização dos resultados do SADEAM pela equipe gestora e professores das escolas;	- Oficinas pedagógicas, organizadas pela coordenadoria, envolvendo a equipe gestora e professores de Língua Portuguesa e Matemática, com foco em apropriação dos resultados do SADEAM; - Reunião pedagógica, envolvendo o Coordenador Regional de Educação, Assessor Pedagógico e gestores escolares, para tratar dos avanços e conquistas em relação aos resultados das avaliações do SADEAM; - Inclusão, nos planejamentos bimestrais das escolas, de momentos de reflexão sobre os resultados do SADEAM.
Ausência de Plano de Intervenção Pedagógica e monitoramento das ações pela equipe gestora e professores;	- Elaboração de Plano de intervenção Pedagógica, com foco nos descritores críticos apresentados pela escola, a partir dos resultados das avaliações do SADEAM; - Aplicação de avaliação diagnóstica bimestralmente, a fim de verificar os descritores nos quais as escolas precisam atuar de forma mais efetiva; - Monitoramento das ações propostas no Plano de Intervenção Pedagógica; - Acompanhamento individual dos alunos no decorrer de cada bimestre; - Aulão com foco nos descritores críticos da escola; - Efetivação das atividades do “Caderno de Apoio ao Aluno”.

Fonte: elaborado pelo autor.

Essas ações serão apresentadas através da ferramenta 5W2H, utilizada com o objetivo de sistematizar, de forma coerente, as ações de um determinado plano de ação. O nome dessa ferramenta foi assim estabelecido, por juntar as primeiras letras, das nomenclaturas em inglês, dos mecanismos utilizados nesse processo. A ferramenta 5W2H se constitui dos seguintes elementos: *what* (o que fazer?); *why* (por que fazer?); *how* (como fazer?); *who* (por quem será feito?); *when* (quando será feito?); *where* (onde será feito?); e *how much* (quanto custará fazer?).

As ações propostas a seguir têm como perspectiva contribuir para a melhoria do percentual de participação e do baixo desempenho dos alunos, do 7º ano do Ensino Fundamental, de duas escolas estaduais nas avaliações externas do SADEAM. Essa realidade constitui uma questão que se desenhou nos últimos anos, tornando-se um desafio para a Coordenadoria Regional de Educação.

A próxima seção apresentará a primeira dimensão, cujas ações estão voltadas a SEDUC-AM.

3.2.1 Plano de ação na dimensão da SEDUC-AM

Esta primeira dimensão do PAE apresenta a proposição de ações direcionadas à SEDUC, como instituição macro responsável pela implantação das políticas públicas nas instituições pertencentes à rede estadual. Ela tem uma importância significativa no processo de tomadas de decisões, sendo a mantenedora dos programas e investimentos necessários à concretude das ações.

A contratação de pedagogos e profissionais habilitados, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, assim como um profissional especializado lotado na coordenadoria, acontecerá no primeiro ano de vigência do plano, e atenderá às necessidades das escolas. Vale destacar que o PAE terá vigência de quatro anos.

Os pedagogos atuarão a partir de um plano de ação para ajudar os professores a lidar com os diferentes níveis de aprendizagem em sala de aula. Nisto serão propostas atividades diferenciadas para grupos de alunos em níveis diferentes.

As formações continuadas poderão ser realizadas pelo Centro de Mídias, na própria escola, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, assim como por meio de oficinas pedagógicas, a partir da presença da equipe do núcleo de Gestão e

Avaliação da SEDUC-AM, que é responsável pela interpretação e apropriação dos resultados das avaliações duas vezes ao ano.

O profissional selecionado, para atuar como assessor pedagógico junto às escolas, deverá passar por um processo de formação, com foco nas avaliações externas, especificamente nos elementos que compõe o SADEAM, bem como em questões atuais relacionadas à educação. Nessa perspectiva, ele poderá contribuir para sanar as deficiências relacionadas à participação e baixo desempenho dos alunos, dando suporte aos gestores e professores no decorrer do ano letivo.

Esse profissional organizará oficinas para a divulgação, interpretação e apropriação dos dados apresentados por cada escola nas avaliações do SADEAM. Nesse sentido, estará envolvido nos planejamentos e encontros pedagógicos e, através do diálogo, poderá construir planos de intervenção pedagógica, monitorando-os constantemente e, sempre que necessário, retomar ações focadas nos descritores críticos.

Essas ações serão sintetizadas no quadro 10, seguindo aos modelos utilizados pelas ferramentas 5W2H.

Quadro 10 - Ações a serem desenvolvidas no âmbito da SEDUC-AM

(continua)

SEDUC-AM						
What- O que será feito (etapas)	Whay – Por que será feito (justificativa)	Where – Onde será feito (local)	When – Quando será feito (tempo)	Who – Por quem será feito (responsabilidade)	How – Como será feito (método)	How much – Quanto custará fazer (custo)
Contratação de pedagogos para as duas escolas, a fim de atender às necessidades pedagógicas, bem como contratação do Assessor Pedagógico para atuar junto às escolas, profissional lotado na coordenadoria.	Para que as escolas tenham um trabalho pedagógico mais específico, com o assessoramento de profissionais que possam auxiliar as três escolas da rede, visando à promoção de uma educação com equidade, envolvendo-se nas decisões pedagógicas da coordenadoria e das escolas.	Na SEDUC-AM	No início e ao longo do ano letivo.	Pela Secretaria Estadual de Educação do Amazonas (SEDUC-AM)	Por meio de contratação temporária (pedagogos) e nomeação do Assessor Pedagógico.	R\$ 8.070,50 (oito mil e setenta reais e cinquenta centavos)

Quadro 10 - Ações a serem desenvolvidas no âmbito da SEDUC-AM

(conclusão)

SEDUC-AM						
Formação continuada para os gestores e professores de Língua Portuguesa e Matemática	Para que gestores e professores conheçam as ferramentas do SADEAM, bem como sejam capazes de interpretar, apropriar e utilizar os resultados como forma de intervenção pedagógica.	Na sala de Mídias da escola, que possui espaço adequado.	No início do ano letivo e logo após a divulgação dos resultados do SADEAM.	Pela SEDUC-AM, através do Centro de Mídias de Educação do Amazonas.	Realização de oficinas, palestras e seminários via Centro de Mídias.	Sem custo para a secretaria
Formação do assessor pedagógico, profissional que dará suporte às escolas em relação ao SADEAM.	Para preparar um profissional que seja capaz de assessorar as escolas estaduais em relação à interpretação, apropriação e utilização dos resultados das avaliações e intervenções pedagógicas.	Na sede da SEDUC em Manaus, no Centro de Formação Profissional Padre José Anchieta (CEPAN) e em escolas que possuam internet.	No início do ano e sempre que houver divulgação dos resultados a cada edição.	Equipe do núcleo de avaliação da SEDUC.	Por meio de cursos de capacitação presencial e a distância.	R\$ 3.860, 00 (três mil oitocentos e sessenta reais).

As propostas apresentadas no Quadro 9 poderão ser adaptadas para outras escolas que estejam vivenciando as mesmas situações, caso a Secretaria Estadual de Educação do Amazonas achar necessário. A expansão destas ações para outras escolas da rede se dará caso haja resultados positivos nas duas escolas.

Na próxima seção, serão apresentadas as propostas de ações no âmbito da Coordenadoria Regional de Educação do município de Uarini-AM.

3.2.2 Plano de ação na dimensão da Coordenadoria Regional de Educação do município de Uarini-AM

Na segunda dimensão do PAE, serão apresentadas ações voltadas ao âmbito da Coordenadoria regional de Educação, cuja finalidade é contemplar as atribuições do órgão responsável pelas escolas pertencentes à rede estadual, coordenando os programas e projetos implementados pela SEDUC-AM no município.

Nesta perspectiva, a coordenadoria deverá proporcionar o suporte necessário às escolas, para que consigam amenizar as suas necessidades educacionais e, assim, buscar cumprir com o papel para qual foi designada. Quando se trata das avaliações externas e particularmente ao SADEAM, recaem sobre a coordenadoria diversas responsabilidades, como a divulgação dos resultados junto às escolas, para que coletivamente construam estratégias de melhorias dos indicadores. Vale destacar que a Coordenadoria Regional de Educação foi implantada em junho de 2014, e o estudo de caso focado na pesquisa tem como referência as edições do SADEAM de 2012, 2013 e 2015.

Porém, mesmo com a implantação, os profissionais que atuam na coordenadoria são restritos com apenas o Coordenador Regional de Ensino e o Chefe de Setor Pessoal, deixando uma deficiência na área pedagógica, o que respalda a existência de um profissional para atuar nesta área.

A primeira proposta elencada está voltada a realização de encontros pedagógicos, envolvendo as escolas da Rede Estadual de Ensino, cujo objetivo é dialogar acerca dos indicadores e, conseqüentemente, propor planos de intervenção pedagógica para cada escola, sendo coordenado pelo assessor pedagógico.

Serão propostas oficinas pedagógicas, envolvendo gestores e professores das três escolas pertencentes a rede estadual de ensino, com foco na interpretação,

apropriação e utilização dos resultados das avaliações do SADEAM, tendo como ferramentas as revistas pedagógicas do CAEd.

A cada semestre, a coordenadoria realizará uma reunião com os pais dos alunos das duas escolas, a fim de tratar da importância das avaliações para a melhoria da qualidade da educação, buscando aproximar a família e a escola e, assim, criar uma cultura de avaliação, que refletirá na melhoria do percentual de participação dos alunos.

Ao final de cada bimestre, a Coordenadoria Regional de Educação, a partir dos descritores críticos, irá elaborar uma avaliação diagnóstica nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e, assim, verificar quais necessitam de maior atenção para posteriores intervenções pedagógicas. Os resultados serão acompanhados pela equipe gestora e pelo assessor pedagógico, havendo a apresentação coletiva de sugestões de ações voltadas para a superação das dificuldades dos alunos.

No início de cada semestre, será realizado um encontro, envolvendo o coordenador regional, assessor pedagógico, pedagogos das escolas e gestores, para discutir os avanços, desafios e perspectivas futuras, traçando metas que possam atender às especificidades de cada escola. As ações propostas nos planos de intervenção serão monitoradas pelo assessor pedagógico.

O Quadro 11 apresenta a síntese das ações direcionadas à Coordenadoria Regional de Educação.

Quadro 11 - Ações a serem desenvolvidas no âmbito da Coordenadoria Regional de Educação de Uarini-AM

COORDENADORIA REGIONAL UARINI-AM						
What - O que será feito (etapas)	Whay – Por que será feito (justificativa)	Where – Onde será feito (local)	When – Quando será feito (tempo)	Who – Por quem será feito (responsabilidade)	How – Como será feito (método)	How much – Quanto custará fazer (custo)
Encontros pedagógicos realizados com as escolas estaduais, voltados aos indicadores educacionais dos resultados das escolas nas avaliações do SADEAM.	Para a capacitação da equipe gestora e professores de todas as áreas de ensino das três escolas, a fim de superar as dificuldades em lidar com os dados aferidos pelas avaliações do SADEAM.	Em uma das escolas estaduais que possua um espaço adequado para a realização dos encontros.	Dois encontros, no decorrer do ano letivo, sendo um no primeiro e outro no segundo semestre, além de encontros sempre que houver a divulgação dos resultados do SADEAM.	Pelo Assessor Pedagógico e Coordenador Regional de Educação.	Através da realização de encontros sistematizados e planejados pela Coordenadoria Regional de Educação.	Sem custo para a Secretaria Estadual de educação (SEDUC-AM).
Oficinas pedagógicas, direcionadas pela coordenadoria, com a equipe gestora e professores de Língua Portuguesa e Matemática, com foco na apropriação dos resultados do SADEAM	Para a capacitação da equipe gestora e professores das duas escolas. Nesse sentido, será possível superar as dificuldades encontradas em relação à apropriação dos resultados do SADEAM de suas escolas.	Em uma das escolas estaduais que possua espaço capaz de atender à essa demanda.	No início do ano letivo e sempre que houver divulgação dos resultados do SADEAM.	Pela Coordenadoria Regional de Educação, através do Assessor Pedagógico.	Através de estudos, palestras, seminários a partir das revistas do CAED.	Sem custo para a Secretaria Estadual de educação (SEDUC-AM).

Quadro 11 - Ações a serem desenvolvidas no âmbito da Coordenadoria regional de Educação de Uarini-AM

(continua)

COORDENADORIA REGIONAL UARINI-AM						
Reuniões com os pais dos alunos para tratar da importância das avaliações externas como instrumentos capazes de contribuir para a melhoria da educação.	Para buscar aproximar as famílias das escolas e, assim, conscientizar sobre a importância das avaliações do SADEAM, buscando, dessa forma, contribuir para a melhoria do percentual de participação dos alunos nas avaliações.	Em uma das escolas estaduais que possua espaço para acolhimento dos pais.	Duas vezes ao ano, no mês de novembro, período próximo às aplicações dos testes.	Coordenador Regional e Assessor Pedagógico.	Através de palestras e seminários.	Sem custo para a Secretaria Estadual de educação (SEDUC-AM).
Encontros com o Coordenador Regional, Assessor Pedagógico, gestores escolares e pedagogos para tratar dos desafios, avanços e conquistas relacionadas aos resultados das avaliações do SADEAM.	Para que a coordenadoria, juntamente com a equipe gestora, seja capaz de avaliar as ações propostas e seus impactos no contexto das escolas. Dessa forma, seja capaz de construir planos de intervenção pedagógica, atendendo às necessidades educacionais de cada escola.	Em uma das escolas estaduais pertencentes à Coordenadoria que possua um espaço adequado para o acolhimento dos profissionais.	Dois encontros anuais, sendo o primeiro no mês de fevereiro, no início do ano letivo, e o segundo no mês de julho.	Pela Coordenadoria Regional de Educação de Uarini, (Coordenador e Assessor Pedagógico).	Promovendo estudos, debates e seminários.	Sem custo para a Secretaria, pois os encontros serão promovidos pelo Assessor Pedagógico lotado na coordenadoria.

Quadro 11 - Ações a serem desenvolvidas no âmbito da Coordenadoria regional de Educação de Uarini-AM

(conclusão)

COORDENADORIA REGIONAL UARINI-AM						
Aplicação de avaliação diagnóstica bimestral, a fim de verificar os descritores com os quais as escolas precisam atuar de forma mais efetiva (descritores críticos).	Para diagnosticar as principais dificuldades de aprendizagem dos alunos e, assim, detectar os descritores críticos, os quais serão considerados no Plano de Intervenção Pedagógica.	Na própria escola	Ao final de cada bimestre.	Pela Coordenadoria Regional de Educação de Uarini-AM.	Através da aplicação de testes diagnósticos elaborados pela coordenadoria com foco nos descritores das avaliações do SADEAM.	Sem custo para a SEDUC-AM.

Fonte: elaborado pelo autor.

Essas ações serão inseridas no plano de ação anual da Coordenadoria Regional de Educação, sendo essencial o apoio da Secretaria Estadual de Educação do Amazonas enquanto entidade mantenedora, responsável pelas escolas estaduais.

Na seção seguinte, serão apresentadas as propostas de ações no âmbito da Gestão Escolar.

3.2.3 Plano de ação na dimensão da Gestão Escolar

Esta dimensão do PAE propõe ações aos gestores escolares, por serem agentes que estão relacionados cotidianamente aos professores, alunos e comunitários. Nesse sentido, vivenciam os desafios apresentados, tendo a responsabilidade de gerir conflitos e buscar alternativas de mudanças.

A primeira ação proposta é a realização de reuniões com os profissionais da educação e pais de alunos sempre que houver a divulgação dos resultados do SADEAM, tornando, desta forma, esses dados evidentes e importantes para o contexto da escola. Na mesma direção, serão elaborados banners, com os resultados, para serem expostos na escola e, assim, valorizar esses elementos como algo que faz parte do cotidiano dos sujeitos escolares.

Outra proposta é reunir os gestores e professores para analisar os resultados das avaliações do SADEAM de forma individualizada nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e, assim, detectar os alunos que apresentaram maior dificuldade, tendo como referência as habilidades e competências aferidas. De posse dos dados, é necessário propor um plano de intervenção. Cabe destacar que o ensino não se restringe aos descritores críticos, haja vista que os professores deverão dar conta de todo currículo previsto, permitindo que os estudantes sejam capazes de desenvolver as habilidades e competências inerentes a sua etapa de escolaridade.

Além disso, deverão ser incluídas, nos planejamentos bimestrais, análises dos resultados da escola. Dessa forma, os professores de Língua Portuguesa e Matemática poderão conhecer os descritores críticos e, nesse sentido, viabilizar as possíveis intervenções pedagógicas, construídas em um plano de intervenção de forma democrática a partir das necessidades educacionais dos alunos.

A gestão escolar deverá promover estudos sobre o SADEAM com os professores das diversas áreas de conhecimento, com a perspectiva de que conheçam esta política pública. Assim, será possível desenvolver, de forma articulada, um trabalho interdisciplinar, no qual o processo avaliativo será uma ferramenta de respostas aos avanços e retrocessos.

As ações propostas pela gestão escolar serão monitoradas de forma sistemática, havendo o acompanhamento do trabalho dos professores em sala de aula, de forma a dar suporte sempre que necessário e promover momentos motivacionais e de reflexão da prática pedagógica docente.

No Quadro 12, estão sintetizadas as ações direcionadas ao âmbito da gestão escolar, a serem executadas em consonância com o trabalho dos professores e pais de alunos.

Quadro 12 - Ações a serem desenvolvidas no âmbito da Gestão Escolar

(continua)

GESTÃO ESCOLAR						
What- O que será feito (etapas)	Why – Por que será feito (justificativa)	Where – Onde será feito (local)	When – Quando será feito (tempo)	Who – Por quem será feito (responsabilidade)	How – Como será feito (método)	How much Quanto custará fazer (custo)
Reunião com os profissionais da educação e pais, para que seja realizada a divulgação dos resultados das avaliações externas do SADEAM.	Para possibilitar à toda a comunidade escolar conhecimento dos resultados da escola nas avaliações do SADEAM.	Na própria escola.	No início do ano letivo e sempre que houver divulgação dos resultados.	Pelo Gestor Escolar.	Através de seminários e palestras.	Sem custo para a Secretaria.
Confecção de banners com os resultados do SADEAM.	Para que sejam expostos os resultados da escola e, assim, toda a comunidade tenha conhecimento dos dados.	Na própria escola.	No início do ano letivo e assim que houver divulgação dos resultados.	Pela gestão escolar, através da APMC da escola.	Mandando confeccionar em gráficas.	R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais).
Reunião envolvendo gestores e professores de Língua Portuguesa e Matemática para analisar os resultados do SADEAM individualmente.	Para que se tenha conhecimento do desempenho individual dos alunos nas avaliações do SADEAM e, assim, propor intervenções pedagógicas.	Na própria escola	No início do ano letivo.	Gestão Escolar.	Por meio de palestras e estudos sistematizados.	Sem custos para a Secretaria de Educação.

Quadro 12 - Ações a serem desenvolvidas no âmbito da Gestão Escolar

(continua)

GESTÃO ESCOLAR						
Elaboração de Plano de Intervenção Pedagógica com foco nas principais deficiências, elencadas através das avaliações externas do SADEAM.	Para propor ações de intervenção pedagógica, a fim de auxiliar os professores em suas praticas em sala de aula, focando os descritores críticos aferidos nas avaliações externas do SADEAM.	Na própria escola.	No início do ano letivo e assim que houver divulgação dos resultados das avaliações.	Equipe Gestora da escola.	Analisando os resultados dos alunos individualmente.	Sem custo para a Secretaria.
Inclusão nos planejamentos bimestrais da escola, momentos de reflexão em relação aos resultados das avaliações do SADEAM.	Para que seja realizada a apropriação dos resultados da escola no decorrer do ano letivo, fazendo uma reflexão nos avanços e retrocessos.	Na própria escola.	Bimestralmente, nos planejamentos definidos no Calendário Escolar.	Equipe Gestora.	Por meio de palestras e conversas informais.	Sem custo para a Secretaria Estadual de Educação.
Estudos sobre o SADEAM com todos os professores das diversas áreas de conhecimento.	Para que todos os educadores tenham conhecimento referente ao SADEAM e, assim, construam coletivamente um trabalho interdisciplinar, focado nas necessidades educacionais dos alunos, criando uma cultura de avaliação externa.	Na própria escola.	No início do ano letivo.	Equipe Gestora	Através de palestras e seminários.	Sem custo para a Secretaria.

Quadro 12 - Ações a serem desenvolvidas no âmbito da Gestão Escolar

(conclusão)

GESTÃO ESCOLAR						
Monitorament o das ações propostas no Plano de Intervenção Pedagógica.	Para que seja feito um acompanhamento das ações direcionadas aos descritores críticos da escola e, assim, poder intervir sempre que houver necessidade.	Na própria escola.	Durante todo o ano letivo.	Equipe gestora.	Acompanhando as práticas pedagógicas dos professores em sala de aula.	Sem custo para a Secretaria.

Fonte: elaborado pelo autor.

As ações direcionadas à gestão escolar não gerarão custos para a SEDUC-AM, sendo necessário maior envolvimento dos atores que atuam no dia a dia da escola. Porém, elas exigirão uma postura ativa do gestor escolar, que deverá aprimorar sua práxis, sendo agente de mobilização dos demais sujeitos envolvidos no processo educativo. Sempre que houver necessidade, serão feitos ajustes segundo as características da escola,

Na próxima seção, serão apresentadas a proposta de ação no âmbito dos professores de Língua Portuguesa e Matemática.

3.2.4 Plano de ação na dimensão dos professores de Língua Portuguesa e Matemática

Nesta última dimensão do PAE, serão apresentadas as propostas direcionadas ao âmbito dos professores, como sujeitos responsáveis por coordenar as atividades em sala de aula, concretizando os objetivos de aprendizagem.

A primeira ação proposta é a realização constante de conversas informais, acerca da importância das avaliações do SADEAM, para a escola e trajetória acadêmica dos alunos, buscando motivá-los e conscientizá-los para que futuramente haja maior participação nos testes.

Outra ação seria um acompanhamento individual dos alunos, no decorrer de cada bimestre, para posterior intervenção, permitindo, desta forma, criar um perfil da clientela e, assim, buscar superar as deficiências de aprendizagem. De posse desses dados, os professores poderão atuar nos conteúdos considerados críticos, buscando alternativas para superar tais limitações.

A cada bimestre, será realizado um aulão com foco nos descritores do SADEAM. Será um dia com atividades específicas, voltadas para a superação dos descritores mais críticos, utilizando, para isso, diversas ferramentas audiovisuais, bem como jogos e outros.

Nesse sentido, será dada maior importância ao programa “Caderno de Apoio ao Aluno” da Secretaria Estadual de Educação, uma ação do Núcleo de Avaliação que envia às escolas cadernos de atividades para cada aluno, com foco nos descritores do SADEAM. Essa ferramenta apresenta ao professor um manual com sugestões pedagógicas a ser trabalhadas semanalmente.

Essas ações serão destacadas no Quadro 13 e executadas pelos professores de Língua Portuguesa e Matemática, em colaboração com a equipe gestora e demais professores da escola.

Quadro 13 - Ações a serem desenvolvidas no âmbito dos professores de Língua Portuguesa e Matemática

(continua)

PROFESSORES						
What- O que será feito (etapas)	Whay – Por que será feito (justificativa)	Where – Onde será feito (local)	When – Quando será feito (tempo)	Who – Por quem será feito (responsabilidade)	How – Como será feito (método)	How much – Quanto custará fazer (custo)
Conversas informais em sala de aula acerca da importância das avaliações do SADEAM para a escola e trajetória acadêmica dos alunos.	Para que os alunos se conscientizem da importância das avaliações e, assim, tornem-se sensíveis e participes de todas as ações propostas ao longo do ano letivo.	Na própria escola.	No decorrer do ano letivo no dia a dia das atividades docentes.	Pelos professores de todas as áreas de conhecimento.	Através de conversas e diálogos entre professor e aluno.	Sem custo para a Secretaria.
Acompanhamento individual dos alunos no decorrer de cada bimestre.	Para que seja realizado um acompanhamento individual a cada aluno e, assim, verificar os avanços focando suas necessidades educacionais, criando um perfil da clientela da escola.	Na própria escola.	No decorrer do ano letivo.	Pelos professores de Língua Portuguesa e Matemática.	Avaliando, de forma sistemática e processual, o desempenho dos alunos em sala de aula e, consequentemente propondo atividades de intervenção.	Sem custo para a Secretaria.

Quadro 13 - Ações a serem desenvolvidas no âmbito dos professores de Língua Portuguesa e Matemática

(conclusão)

PROFESSORES						
Aulão com foco nos descritores críticos da escola.	Para que sejam superadas as dificuldades aferidas através das avaliações externas do SADEAM e, assim, proporcionar melhorias no desempenho dos alunos.	Na própria escola.	Ao final de cada bimestre no decorrer do ano letivo.	Pelos professores de Língua Portuguesa e Matemática.	Através de atividades diversificadas utilizando recursos audiovisuais e jogos.	Sem custo para a Secretaria.
Efetivação das atividades do “Caderno de Apoio ao Aluno”.	Para que os alunos consigam desenvolver habilidades e competências aferidas nas avaliações do SADEAM, superando suas deficiências.	Na própria escola.	No decorrer do ano letivo, conforme propõe a SEDUC-AM.	Professores de Língua Portuguesa e Matemática.	Executando em sala de aula as atividades sugeridas para cada semana e monitorando o envolvimento dos alunos nas atividades em sala de aula.	Sem custo para a Secretaria.

Fonte: elaborado pelo autor.

As ações elencadas no âmbito dos professores constituem ferramentas essenciais para amenizar a baixa participação e baixo desempenho dos alunos do 7º ano do Ensino Fundamental, haja vista que é necessário um trabalho de sensibilização junto aos estudantes. Além disso, são os professores os agentes que convivem cotidianamente dentro da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As avaliações externas, enquanto política pública, vêm se desenhando, nas últimas décadas, como o principal instrumento de aferição da qualidade da educação, levando as redes de ensino a implantarem sistemas próprios de avaliação. No caso específico do estado do Amazonas, o Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM) se efetivou com a perspectiva de produzir dados que apontassem as principais necessidades educacionais e, assim, direcionar os rumos da educação do estado.

Um dos desafios dessa política é que ela se fundamenta em instrumentos padronizados, o que dificulta a sua efetivação de forma coesa no estado do Amazonas, pelas peculiaridades regionais e culturais, como é o caso da Escola Estadual Cinthia Régia Gomes do Livramento, que se caracteriza como uma escola do campo. Para estudar nela, a sua clientela utiliza o transporte fluvial para chegar à escola. Sabe-se que essa região apresenta uma heterogeneidade, com um complexo ecossistema e diversidades culturais, que a diferencia das demais regiões brasileiras.

A descrição dos contextos das duas escolas objeto de estudo revelou que apresentam aspectos semelhantes, como o Ensino Mediado por Tecnologia, modalidade de ensino que tem se consolidado como um instrumento capaz de atender aos desafios da região. Porém, existem diferenças significativas, relacionadas às características de sua clientela, reflexo da localização geográfica em que se encontram, zona urbana e rural.

Outro aspecto que merece destaque é a familiaridade com as avaliações externas, pois a Escola Estadual Edson Melo apresenta uma trajetória histórica com dados do SADEAM do 7º ano do Ensino Fundamental, por meio dos quais é possível comparar o desempenho dos estudantes desde a primeira edição. Entretanto, a Escola Estadual Cinthia Régia Gomes do Livramento apresenta apenas dados da edição de 2015, o que impossibilitou a realização de uma leitura cronológica, que pudesse apontar dados mais consistentes.

Essa dissertação teve como objetivo descrever e analisar os principais fatores que têm levado duas escolas estaduais de Ensino Fundamental, pertencentes à Coordenadoria Regional de Educação de Uarini-AM, a apresentar baixa participação e baixo desempenho nas avaliações externas do SADEAM nas edições de 2012,

2013 e 2014. Além disso, foi elaborado um Plano de Ação Educacional que permita auxiliar os agentes escolares no enfrentamento dessa problemática, buscando melhorias nos indicadores educacionais.

A partir da pesquisa realizada nas duas escolas estaduais, identificamos que as avaliações externas, em particular o SADEAM, não têm sido tratadas como uma política pública, capaz de construir indicadores que possam apontar as principais necessidades de aprendizagem e, assim, auxiliar a equipe gestora e corpo docente no processo de tomadas de decisões. A ausência de conhecimento sobre o SADEAM tem dificultado a efetivação de uma cultura de avaliação, desencadeando outros fatores que levam ao descaso com os dados que chegam às escolas.

Essa realidade evidenciou que, por mais que haja um esforço por parte da SEDUC-AM para a oferta de uma formação continuada, através do Centro de Mídias voltada à avaliação externa, não se tem alcançado os agentes escolares, principalmente porque não são convocados pela gestão a participar desses momentos. De acordo com um dos gestores entrevistados, um dos fatores que dificulta a participação dos professores nas formações é o fato de serem realizadas no horário de funcionamento das aulas. É comumente relevante destacar a ausência de suporte às escolas objeto de estudo por parte da SEDUC-AM e Coordenadoria Regional de Educação.

Os depoimentos revelaram que nas duas escolas não há a divulgação dos resultados do SADEAM pela gestão escolar, impossibilitando que seja realizada a interpretação e apropriação dos resultados para posterior intervenção pedagógica. Daí a necessidade da nomeação de um Assessor Pedagógico, lotado na Coordenadoria Regional de Educação, um profissional competente para atuar junto aos gestores e professores. Surge ainda a necessidade da contratação de pedagogos para atuarem nas duas escolas estaduais e, assim, construir coletivamente ações de intervenção que contribuam para melhoria do percentual de participação e desempenho dos estudantes.

A Escola Estadual Cinthia Régia, apesar de atuar por meio do Ensino Mediado por Tecnologia, através do Centro de Mídias, onde são desenvolvidas ações voltadas à preparação dos alunos para as avaliações, como simulados, não apresentou um trabalho de divulgação e apropriação dos resultados pelo gestor escolar junto à comunidade e corpo docente.

Evidenciou-se também a carência de professores habilitados nas áreas de conhecimento de Língua Portuguesa e Matemática, o que permitiu uma constante rotatividade no quadro de professores, formado em sua maioria por profissionais habilitados em Normal Superior. Na mesma direção, as mudanças prematuras que ocorreram na gestão da Escola Estadual Edson Melo geraram uma inconstância na proposição de ações que pudessem contribuir para amenizar o problema em destaque. Não houve, nos últimos anos, um trabalho que pudesse dar continuidade aos programas e projetos da SEDUC voltados ao SADEAM.

Nesta perspectiva, respondemos à questão norteadora: quais os fatores que têm proporcionado a baixa participação e o baixo desempenho dos alunos do 7º ano do Ensino Fundamental, de duas escolas estaduais do município de Uarini-AM, nas avaliações externas do SADEAM. As evidências, elencadas a partir das análises, identificaram vários desafios quanto à melhoria do percentual de participação e desempenho dos alunos, sendo eles relacionados à SEDUC-AM, Coordenadoria Regional, gestão escolar e docentes. Isso evidencia a necessidade da construção de um trabalho conjunto, de forma mais efetiva, junto às escolas, sendo as ações propostas no PAE ferramentas essenciais nesse processo.

A realização deste trabalho de pesquisa me permitiu compreender, de forma sistemática, os desafios e perspectivas enfrentados pelos atores escolares em relação às avaliações externas, particularmente o SADEAM. O cenário atual apresenta indicadores que apontam para a necessidade de melhorias no processo de aprendizagem, em especial devido à dificuldade do uso dos resultados nas ações pedagógicas das escolas. Enquanto Coordenador Regional de Ensino, lido cotidianamente com esses desafios, tendo a responsabilidade de envolver os demais segmentos nas ações propostas pela SEDUC-AM. Assim, o coordenador regional tem papel relevante na execução das ações propostas no PAE.

Sabe-se que envolver a comunidade escolar no processo de decisão das escolas não é tarefa simples, no entanto, necessário quando se pretende construir uma educação que promova a equidade, tendo os resultados do SADEAM como indicadores que fornecem informações preciosas que auxiliarão no processo de tomadas de decisões.

Cabe destacar que um dos principais entraves na implementação do PAE é o fator financeiro, principalmente na contratação dos pedagogos e na nomeação do Assessor Pedagógico, que depende exclusivamente de recursos da Secretaria

Estadual de Educação. Essa demanda se justifica, porque não compete ao coordenador regional, gestores e professores o cumprimento de tal demanda

Enfim, considera-se que as ações propostas no PAE não representam a solução para todos os problemas relacionados à avaliação externa, considerando as particularidades de cada escola. No entanto, representam a possibilidade de contribuir para a melhoria do percentual de participação e desempenho dos alunos nas avaliações do SADEAM, em duas escolas estaduais do município de Uarini.

No decorrer do estudo surgiram desafios e questionamentos que necessitam de novos olhares e metodologias investigativas como: quais fatores têm contribuído para que algumas Coordenadorias Regionais de Educação como Anamã, pudessem melhorar o percentual de participação dos alunos de uma edição para outra nas avaliações do SADEAM? Até que ponto o Ensino Mediado por Tecnologia tem atendido as reais necessidades educacionais de cada localidade, promovendo a equidade, tendo em vista que os resultados da Escola Estadual Cinthia Régia encontram-se bem abaixo da Escola Estadual Edson Melo? Esses questionamentos apontam para outras problemáticas que não foram contempladas nesta pesquisa e podem ser exploradas em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

ALTET, M. As competências do professor profissional: entre conhecimentos, esquemas de ação e adaptação, saber analisar. In: PERRENOUD, P. **Formando professores profissionais: quais estratégias? Quais competências?** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

AMAZONAS. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino. Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas. **Censo Escolar – 2016**. Manaus, AM, 2016a. Disponível em: <<http://sigeam.prodam.am.gov.br/>>. Acesso em: 16 maio 2017.

_____. **Níveis de Desempenho**. Manaus, AM, 2016b. Disponível em: <<http://www.sadeam.caedufjf.net/resultados-2/resultados-por-escolas/resultados-2016/>>. Acesso em: 25 maio 2017.

_____. **Instrução normativa nº 002, de 17 de agosto de 2016**. Estabelece a lotação dos profissionais da educação e dá outras providências. Manaus, AM, 2016a.

_____. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino. Sistema de Avaliação de Desempenho do Estado do Amazonas **Resultados por escola – 2015**. Manaus, AM, 2015a. Disponível em < <http://www.sadeam.caedufjf.net/resultados-2/resultados-por-escolas/resultados-2015/>>. Acesso em: 29 maio 2016.

_____. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino. **Revista da Gestão Escolar Sadeam – 2015**. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 2, jan./dez., 2015, Juiz de Fora, 2015b.

_____. **Decreto nº 35.983, de 26 de junho de 2015**. Altera na forma que especifica o Prêmio de Incentivo ao Cumprimento de Metas da Educação Básica e o Prêmio Escola de Valor e Modifica a legislação correspondente dá outras providências. Manaus, AM, 2015c.

_____. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino. Centro de Mídias de Educação do Estado do Amazonas **Proposta Pedagógica Ensino Médio com Mediação Tecnológica**. Manaus. AM, 2014a.

_____. **Portaria do Gabinete do Secretário nº 538, de 26 de junho de 2014**. Determinou a nomeação de um coordenador regional de ensino. Manaus, AM, 2014b.

_____. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do ensino. **Sumário Executivo Sadeam – 2013** / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAED. V.7, jan./dez., 2013, Juiz de Fora, 2013.

_____. **Decreto nº 31.487, de 02 de agosto de 2011.** Altera na forma que especifica o Prêmio de Incentivo ao Cumprimento de Metas da Educação Básica e o Prêmio Escola de Valor e modifica a legislação correspondente dá outras providências. Manaus, AM, 2011a.

_____. **Decreto-Lei nº 3.642 de 26 de julho de 2011.** Determina a criação das Coordenadorias Regionais e Distritais de Educação. Manaus, AM, 2011b.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Resolução nº 122, de 30 de novembro de 2010.** Estabelece o Regimento Geral das Escolas Estaduais do Amazonas. Manaus, AM, 2010a.

_____. **Decreto nº 30.232 de 26 de junho de 2010.** Cria a Escola Estadual Cinthia Régia Gomes do Livramento. Manaus, AM, 2010b.

_____. Fundação Amazonas Sustentável. **Missão e Valores** [online]. Manaus, 2009. Disponível em: <<http://fas-amazonas.org/>>. Acesso em: 16 maio 2016.

_____. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino. **SADEAM – 2008.** Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd, v.1, jan./dez. 2008a (Anual).

_____. **Portaria do Gabinete do Secretário de Educação nº 2.636, de 26 de setembro de 2008.** Estabelece o Sistema De Avaliação Do Desempenho Educacional Do Amazonas e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Amazonas, Manaus, AM, 26 de setembro de 2008b.

_____. **Lei nº 3.279, de 22 de junho de 2008.** Dispõe sobre o Programa de Incentivo ao cumprimento de metas da Educação Básica. Diário Oficial do Estado do Amazonas, Manaus, AM, 2008c.

_____. **Decreto nº 28.164, de 17 de dezembro de 2008.** Regulamenta o “Prêmio de Incentivo ao Cumprimento da Educação Básica” e o “Prêmio Escola de Valor”. Manaus, AM, 2008d.

_____. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino. **Proposta Pedagógica Curricular do Ensino Fundamental**. Manaus, AM, 2004.

_____. **Decreto nº 21.712, de 23 de fevereiro de 2001**. Declara os servidores do quadro suplementar do poder executivo. Manaus, AM, 2001.

_____. **Decreto nº 12.937, de 17 de abril de 1990**. Regulamenta o funcionamento da Escola Estadual Edson Melo como instituição educacional pública. Diário Oficial do Estado do Amazonas, Manaus, AM, Seção: poder executivo, 17 de abril de 1990.

AMAZONIANAREDE. Portal de Notícias. **Seduc avaliará mais de 270 mil estudantes por meio do Sadeam**. 08 nov. 2012. Manaus, AM, 2012. Disponível em: <<http://www.amazonianarede.com.br/seduc-avaliara-mais-de-270-mil-estudantes-por-meio-do-sadeam/>>. Acesso em: 03 out. 2016.

ARNOLDI, M. A. G.; ROSA, M. V. F. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

BARBOSA, M. C. S. Culturas escolares, culturas de infância e culturas familiares: as socializações e a escolarização no entretecer destas culturas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.28, n.100, p.1.059-1083, out.2007. (Número Especial). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2028100.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2016.

BARRETO, E. S. S.; PINTO, R. P.; MARTINS, A.M.; DURAN, M. C. G. Avaliação na educação básica nos anos 90 segundo os periódicos acadêmicos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 49-88, nov. 2001. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/584/583>>. Acesso em: 26 out. 2016.

BONANIMO, A.; OLIVEIRA, L. **Estudos Longitudinais e Pesquisa na Educação Básica**. Linhas Críticas, Brasília, v. 19, n. 38, p. 33–50, jan./abr. 2013.

BONANIMO, A.; SOUSA, S. Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.38, n.2, p. 373-388, abr./jun. 2012.

BORDIGNON, G.; GRACINDO, R. V. Gestão da educação: o município e a escola. In. FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. (Org.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**, São Paulo, Cortez, 2006.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Portaria nº 304, de 21 de junho de 2013**. Estabelece a sistemática para a realização das avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB: Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - ANRESC (Prova Brasil) e Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB, no ano de 2013. Brasília, DF, 2013.

Disponível em:

<http://www.lex.com.br/legis_24549477_PORTARIA_N_304_DE_21_DE_JUNHO_D E_2013.aspx>. Acesso em: 15 set. 2016.

_____. **Portaria nº 174, de 13 de maio de 2015**. Estabelece a sistemática para a realização das avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB: Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - ANRESC (Prova Brasil) e Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB, no ano de 2015. Brasília, DF, 2015.

Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/legislacao/2015/portaria_n174_13052015.pdf>. Acesso em: 15 set. 2016.

_____. Ministério da Educação. **O Plano Nacional de Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007a. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016

_____. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Todos pela Educação pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília, DF, abr. 2007b. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm. Acesso em: 16 out. 2016.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 11 abr. 2017.

_____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988.

BROOKE, N. Responsabilização educacional no Brasil. **Revista Iberoamericana de Evaluacion Educativa**, v.01, v.1, p. 93-109, 2008. Disponível em:

<<http://www.rinace.net/riee/numeros/vol1-num1/art7port.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2016.

_____. (Org.). **Marcos históricos na reforma da educação**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

_____. Sobre a equidade e outros impactos dos incentivos monetários para professores. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v 24, n. 55, p. 34-62, abr./ago. 2013.

BURGOS, B.; CANEGAL, A. **Diretores Escolares em um contexto de Reforma da Educação**. Revista Pesquisa e Debate, Juiz de Fora, v. 1, n.1, p. 21–43, jul./dez. 2011.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2 ed. Porto Alegre: Brookman, 2005.

CONDÉ, E. S. **Abrindo a caixa: dimensões e desafios na análise de Políticas Públicas**. Revista Pesquisa e Debate em Educação, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p. 78 – 100, jan./jun. 2012.

CUNHA, L.A. O desenvolvimento da educação brasileira entre o Estado e o mercado. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.28, n.100, p.809-829, out. 2007. (Número Especial).

DOURADO, L. F. (coord.); OLIVEIRA, J. F. SANTOS, C. de A. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília: MEC/INEP, 2007. Disponível em: <<http://www2.unifap.br/gpcem/files/2011/09/A-Qualidade-na-educacao-DISSCUSS%C3%83O-N%C2%BA-24.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2016.

FERREIRA, V.C.P. Et Al. **Modelos de Gestão**. Rio De Janeiro: Editora FGV, 2009.

FERNANDES, R.; GREMAUD, A. Qualidade da Educação: avaliação, indicadores e metas. In: VELOSO, F. et al. (Org.). **Educação Básica no Brasil: construindo o país do futuro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FREITAS, D. N. T. **Avaliação e gestão democrática na regulação da educação básica brasileira: uma relação a avaliar**. Educação e Sociedade, São Paulo, v. 28, n. 99, p. 501-521, ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101733020070002200011&nrm=iso>. Acesso em: 12 out. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Dados do Saeb**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/saeb/aneb-e-anresc>>. Acesso em: 28 out. 2016.

GARJADO, M. Reformas educativas na América Latina: balaço de uma década. In: BROOKE, N. (Org.). **Marcos históricos na reforma da educação**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

GOUVEIA, C.A. A.; GOUVÊA, C. de L. Avaliar Conceitos Matemáticos na Perspectiva da Avaliação Externa: O Tema Números e Operações. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, Curitiba, 2013. **Anais...**Curitiba, 2013.

LIBÂNEO, J.C. Que destino os educadores darão à Pedagogia? IN: PIMENTA, S.G (Org.). **Pedagogia, ciência da educação?** São Paulo: Cortez, 1996.

LUCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

_____. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002.

MACHADO, C. Avaliação externa e Gestão Escolar: reflexões sobre o uso dos resultados. **Revista @mbiente Educação**, São Paulo, v.5, n.1, p. 70-82, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_educacao/pdf/volume_5_1/educacao_01_70-82.pdf>. Acesso em: 17 out. 2016.

MACHADO, C.; ALAVARSE, M. Avaliação Interna no Contexto das Avaliações Externas: Desafios para a Gestão Escolar. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, XXVI, Recife, 27 a 30 de maio de 2013. **Anais...**Recife: ANPAE, 2013. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/CristianeMachado-ComunicacaoOral-int.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

MENEZES, N. L.; VILELLA, F. A. Pesquisa Científica. **Revista SEED News**, Pelotas, v.8, n.2, s.p., mar./abr. 2006. Disponível em: <http://www.seednews.inf.br/portugues/seed82/print_artigo82.html>. Acesso em: 18 de out. 2016.

MICHEL, M. H. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

OLIVEIRA, L. K. M. **Três investigações sobre Escalas de Proficiências e suas interpretações**. 2008. 216f. Tese (Doutorado em Educação)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, Rio de Janeiro, 2008.

OLIVEIRA, D. A. **Políticas Públicas e Educação**: regulação e conhecimento. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

OLIVEIRA, R. P. Reformas Educativas no Brasil na década de 90. In: OLIVEIRA, R. P. e CATANI, A. M. (Ed.). **Reformas Educacionais em Portugal e no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

OLIVEIRA, S. L. **Metodologia científica aplicada ao direito**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

PASQUALI, L. **Relatório Geral de Desempenho**. [S.l.], 2010. Disponível em: <<http://www.sadeam.caeduff.net>>. Acesso em: 03 out. 2016.

RIBEIRO, E. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. Evidências: olhares e pesquisa em saberes educacionais. **Evidência**: olhares e pesquisa em saberes educacionais, Araxá, n.4, p. 129-148, 2008. Disponível em: <<http://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/view/328/310>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

SANTOS, A. O.; GIMENES, O. M.; MARIANO, S. F. Avaliações Externas e seus impactos nas práticas pedagógicas: percepções e visões preliminares. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, VII, Uberaba, 21 a 25 de outubro de 2013. **Anais...**Uberaba: UNEB, 2013. Disponível em: <<http://revistas.uniube.br/index.php/anais/article/viewFile/671/968>>. Acesso em: 10 out. 2016.

SILVA, R. **Metodologia do Trabalho Científico**. Centro Universitário Leonardo Da Vinci. Indaial – SC: GRUPO UNIASSELVI, 2009.

SILVA, L. R. **A Superintendência Regional de Ensino Diamantina e o Progestão**: apropriação de uma política de formação continuada. 2012. 108f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Programa de Pós Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Juiz de Fora, 2012.

SILVA, R. P.; MOREIRA, L. V.; CÂMARA, M. A atuação do gestor na utilização dos resultados das avaliações estaduais do SADEAM em duas escolas da Coordenadoria Distrital de Educação 01 da SEDUC/AM. In: QUIOSSA A. S.; MACHADO, C. S. M; VILARDI L; G. de A; SANABIO M. T. (Org.). **Casos de Gestão**, Juiz de Fora: FADEP/CAED, 2015.

SILVEIRA, C.; FERRON, A. Reflexões sobre Avaliação Externa no contexto de uma Rede Municipal de Ensino: Elemento para pontuar a qualidade na educação. 2012. In: SEMIÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, IX, 2012, 29 de julho a 01 de agosto de 2012. **Anais...**Caxias do Sul: ANPED, 2012. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/GT05___Estado_e_Politica_Educacional/Trabalho/09_03_55_GT_05_Carmem_Lucia.pdf>. Acesso em: 28 out. 2016.

SOLIGO, V. Possibilidades e desafios das avaliações em larga escala da Educação Básica na Gestão Escolar. **Política e Gestão Educacional** [online], Araraquara, v. 8, p. 1-15, 2010. Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/CienciasdaEducacao/RevistaEletronica/1_Possibilidades_e_Desafios_Valdecir_Soligo.pdf>. Acesso em: 14 out. 2016.

SOUZA, S. OLIVEIRA, R. **Sistemas Estaduais de Avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências**. Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Programa de Pós Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Juiz de Fora, 2010. (Material didático de disciplina).

VIANNA, H. M. Avaliações Nacionais em Larga Escala: análises e propostas. **Estudos em Avaliação Educacional**. São Paulo, n. 27, p.41-73, jan./jun. 2003.

VIANNA, H. M. **Fundamentos de um programa de avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro, 2005.

VIEIRA, M. F.; FERNANDES, T. W. P.; MELO, M. P. C. Escola Estadual André Vidal de Araújo: rendimento escolar versus desenvolvimento nas avaliações do SADEAM. In: QUIOSSA A. S.; MACHADO, C. S. M; VILARDI L. G. de A; SANABIO M. T. (Org.) **Casos de Gestão**. Juiz de Fora: FADEP/CAEd, 2015.

VILARDI, L. O. Avaliação Externa: Uso e Desenhos. In: QUIOSSA A. S.; MACHADO, C. S. M; VILARDI L. G. de A; SANABIO M. T. (Org.). **Casos de Gestão**. Juiz de Fora: FADEP/CAEd, 2015.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA DO GESTOR DE ESCOLA

Caro gestor(a), este trabalho tem como perspectiva elencar informações junto aos profissionais de educação que atuam como gestor escolar em duas escolas estaduais do município de Uarini-AM, que atendem o Ensino Fundamental anos finais, onde apresentam baixa participação nas avaliações externas do SADEAM. Sua colaboração é de grande relevância para a veracidade dos dados. A pesquisa faz parte da dissertação de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da UFJF

Escola:

Município:..... Estado:.....

Dependência Administrativa: 1() Municipal 2() Estadual

Cargo/função:

BLOCO 1 – TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

Me conte um pouco da sua trajetória profissional.

- Formação profissional
- Tempo de magistério em sala de aula.
- Tempo de atuação como gestor (a) escolar.
- Tempo que exerce a função de Direção nesta escola.
- Atuação como gestor em outras escolas.
- Principais atribuições.

BLOCO 2 – TRATAMENTO DADO AO SADEAM PELA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO JUNTO AS ESCOLAS

A SEDUC promove e/ou promoveu alguma formação junto aos gestores escolares, voltadas ao SADEAM?

- Tipo de material utilizado
- Oferecimento de suporte

Qual a sua avaliação sobre o tratamento dado ao SADEAM pela SEDUC?

BLOCO 3 – DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DO SADEAM JUNTO A COMUNIDADE ESCOLAR

Como os dados produzidos pelas avaliações externas do SADEAM chegam à escola?

- Período em que esses dados chegam à escola
- Meios usados para a divulgação
- Sujeitos que participam do processo de divulgação
- Linguagem utilizada na divulgação dos resultados

BLOCO 4 – APROPRIAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DO SADEAM PELA GESTÃO ESCOLAR

A escola realiza alguma atividade para compreensão dos resultados do SADEAM?

- Tipo de atividades
- Sujeito responsável pelas ações
- Sujeitos envolvidos nas discussões
- Dados apresentados nestas ações
- Instrumentos utilizados na apresentação dos dados (escala de proficiência, padrão de desempenho, desvio padrão, etc.)
- Professores (área de atuação) que participam das discussões.

A SEDUC auxilia a escola quanto à interpretação e apropriação dos resultados do SADEAM?

- Meios usados nesse processo
- Período em que ocorre
- Ações realizadas - Sujeitos envolvidos
- Sugestões de ações visando avanços nos indicadores

BLOCO 5 – PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS NAS AVALIAÇÕES DO SADEAM

Além do desempenho dos alunos são destacados outros dados como o percentual de participação?

- Dados de participação da escola no SADEAM
- Participação do 7º ano na última edição
- Tratamento dado a esses dados
- Atores que participam dessas discussões
- Ação motivacional direcionada aos alunos visando sua participação nas avaliações do SADEAM

Como a escola pode garantir a participação dos alunos nas avaliações do SADEAM?

- Conhecimento dos pais em relação a essa modalidade de avaliação
- Credibilidade dos pais quanto a esse tipo de avaliação
- Estabelecimento de metas pela escola visando a melhoria do percentual de participação dos alunos

BLOCO 6 – RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES DO SADEAM E INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

A escola propõe ações de intervenção baseadas nos resultados das avaliações do SADEAM?

- Proposição de Plano de Intervenção
- Monitoramento da execução do plano de intervenção
- Atores responsáveis pelo monitoramento

Quais as ações realizadas pela escola para auxiliar os professores a utilizarem os resultados do SADEAM em suas ações pedagógicas?

- Medidas pedagógicas tomadas pela escola visando melhorias do baixo desempenho e baixa participação dos alunos no SADEAM.

Quais as contribuições do SADEAM para que a escola em que você atua promova um ensino de qualidade?

Obrigado!

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA

Caro professor (a), este trabalho tem como perspectiva elencar informações junto aos profissionais de educação que atuam nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática no 7º ano do Ensino Fundamental em duas escolas estaduais do município de Uarini-AM. Sua colaboração é de grande relevância para a veracidade dos dados. A pesquisa faz parte da dissertação de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da UFJF.

BLOCO 1 – TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

Me conte um pouco sobre sua trajetória profissional.

- Formação profissional
- Tempo que atua como professor
- Tempo que atua como professor (a) nessa escola
- Disciplinas que ministra Língua Portuguesa ou matemática

BLOCO 2 – TRATAMENTO DADO AO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO EDUCACIONAL DO AMAZONAS - SADEAM

Qual o tratamento dado ao SADEAM pela escola em que atua como professor?

- Envolvimento dos pais dos alunos no processo de discussão do SADEAM
- Atuação da Gestão diante do SADEAM no contexto da escola
- Tratamento dado ao SADEAM nos planejamentos e ações pedagógicas da escola
- Discussão em torno da Matriz de Referência do SADEAM do 7º ano do Ensino Fundamental

BLOCO 3 - DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DO SADEAM JUNTO A COMUNIDADE ESCOLAR

Como os dados produzidos pelas avaliações externas do SADEAM chegam à escola?

- Período em que esses dados chegam à escola
- Meios usados para a divulgação
- Sujeitos que participam do processo de divulgação
- Linguagem utilizada na divulgação dos resultados

BLOCO 4 – INTERPRETAÇÃO, APROPRIAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DO SADEAM PELOS PROFESSORES.

Quais os instrumentos usados pelo SADEAM para apresentar o desempenho dos alunos nas avaliações?

- Interpretação da escala de proficiência
- Percentual de participação dos alunos do 7º ano do Ensino Fundamental

Quais as ações promovidas pela gestão para a apropriação e interpretação dos resultados do SADEAM?

- Tratamento dado pela equipe gestora e corpo docente a esses dados
- Momentos de discussão realizada pela escola
- Atores que participam do processo de apropriação dos resultados

BLOCO 5 – RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES DO SADEAM E INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Como a escola disponibiliza os resultados do SADEAM para os professores?

- Planos de intervenção pedagógica
- Monitoramento da execução do plano de intervenção pedagógica
- Atores responsáveis pelo monitoramento

Quais as ações realizadas pela escola para auxiliar os professores a utilizarem os resultados do SADEAM em suas ações pedagógicas?

Quais as contribuições do SADEAM para a melhoria da sua prática pedagógica?

Obrigado!